

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, habilitado a operar nas carteiras Comercial, de Investimentos, Financeira, Crédito Imobiliário, Câmbio e Comercialização de Energia, contando ainda com uma agência nas Ilhas Cayman.

A principal linha de negócios é a intermediação financeira voltada para operações que envolvam análise e assunção de riscos de crédito. As operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais e fusões & aquisições, com vistas ao financiamento corporativo, complementam esta atividade.

A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes, quanto de posições proprietárias, são desenvolvidas regularmente. O Banco adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

Atualmente está estruturado como um *partnership* de gestão local, com o suporte de um controlador internacional. É um dos únicos bancos brasileiros a contar com controle internacional e autonomia local, sendo que o processo de tomada de decisão dentro do banco apoia-se em comitês que, reunidos periodicamente, deliberam sobre crédito, tesouraria, investimentos e questões administrativas.

Já o investimento em tecnologia, sistemas de controle de risco e sistemas operacionais é contínuo, assim como o aprimoramento de processos. A segurança nos negócios é prioridade absoluta do Banco.

O ABC Brasil iniciou suas atividades em 1989, através de uma joint-venture do Arab Banking Corporation e do Grupo Roberto Marinho, da qual originou o Banco ABC Roma S.A., atuando em crédito corporativo e tesouraria.

Em 1991, uma nova administração tomou posse, contando com executivos brasileiros de grande experiência no segmento financeiro.

Em 1997, o Arab Banking Corporation adquiriu a participação acionária do Grupo Roberto Marinho, tornando-se o acionista controlador, e os executivos adquiriram participação minoritária, alinhando os interesses destes com os do controlador. Nesse mesmo ano, o nome do banco mudou para Banco ABC Brasil S.A., denominação mantida até o momento.

Em 2007 foi realizada a oferta pública inicial de ações do ABC Brasil, que passou a ser listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e a seu Regulamento, o qual garante vários direitos aos detentores de ações preferenciais, além de se comprometer por um relacionamento transparente com seus acionistas, analistas de pesquisa e com o mercado em geral.

Em 2013, deu início às operações do Banco de Investimentos, com *Debt Capital Markets* (DCM) e Fusões & Aquisições (M&A), de forma a auxiliar nossos clientes na captação de recursos junto aos mercados e na tomada de decisões estratégicas em operações de fusões e aquisições.

Em 2019, iniciou sua entrada no segmento Middle, voltado a atender empresas com faturamento anual entre R\$30 e 300 milhões. Neste mesmo ano, acrescentou duas áreas a sua plataforma de Banco de Investimentos: a área de *Project Finance*, focada na estruturação financeira de projetos, e a área de *Equity Capital Markets* (ECM), a fim de apoiar os seus clientes em processos de listagem de ações em bolsas de valores.

Em 2020, adquiriu uma Comercializadora de Energia e passou a atuar nesse segmento e deu início ao ABC Link, atuando na distribuição de serviços financeiros por meio de correspondentes bancários. No ano seguinte, em 2021, também constituiu uma Corretora de Seguros como parte de seu grupo econômico.

Já em 2022, iniciou a operação da área de Credit Recovery, atuando na análise e precificação de carteiras de crédito não performadas e na inteligência da gestão de recebíveis, além disso, estruturou a área de ESG com a criação do Comitê de Sustentabilidade.

Em 2023, efetuou a reorganização da área de Banco de Investimentos, com a criação da ABC Brasil Investment Banking, controlada pelo ABC Brasil e tendo seus principais executivos em uma estrutura de *partnership*, apostando no aumento da relevância da atividade dentro do Banco.

Em 2024, apresentou um novo posicionamento de marca ao mercado, alinhado com a estratégia de diversificação da instituição, que inclui ampliação do mercado endereçável de clientes. O processo de reformulação foi construído ao longo dos últimos dois anos, a partir de minucioso estudo com stakeholders.

A sede do Banco está localizada na Av. Cidade Jardim, 803 – 2º andar – Itaim Bibi – São Paulo-SP – CEP: 01453-000.

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas dos segmentos C&IB (empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões), Corporate (empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões) e Middle (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões) contando com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise e concessão de crédito corporativo.

Desde o início de suas atividades, em 1989, o ABC Brasil construiu uma sólida base de clientes corporativos, oferecendo produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas.

Em 31 de dezembro de 2024, possuía presença comercial em 50 cidades brasileiras: ABC Paulista (Santo André / São Bernardo do Campo), Americana, Araçatuba, Araraquara, Barueri, Belo Horizonte, Campinas, Divinópolis, Guarulhos, Indaiatuba, Ipatinga, Juiz de Fora, Jundiaí, Marília, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Teresópolis, Uberlândia, Vitória, Blumenau, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Joinville, Londrina, Passo Fundo, Ponta Grossa, Porto Alegre, Campo Grande, Canarana, Cuiabá, Goiânia, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Ponta Porã, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Fortaleza, Luis Eduardo Magalhães, Recife e Salvador.

O ABC Brasil (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão).

Sua carteira de crédito expandida, incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados, totalizou R\$53.171,1 ao final de dezembro de 2024 (R\$46.380,7 ao final de 2023 e R\$43.255,4 ao final de 2022). Ao final de dezembro de 2024, 96,2% da carteira de empréstimos estava classificada de AA-C (94,2% ao final de 2023 e 95,1% ao final de 2022). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,3% do total da carteira ao final de dezembro de 2024 (3,5% ao final de 2023 e 2,7% ao final de 2022).

ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A Sociedade tem por objeto: i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras Sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; iv) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; v) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e

valores mobiliários; vi) exercer funções de agente fiduciário; vii) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; viii) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; ix) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; x) praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil; xi) realizar operações compromissadas; xii) praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; xiii) operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; xiv) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; e xv) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em contrapartida, é vedado à Sociedade: i) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; ii) cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; iii) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central; iv) obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a: (a) aquisições de bens para uso próprio; (b) operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor; (c) operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor; (d) garantias na subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto de distribuição pública; v) realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores.

ABC Brasil Administração e Participações Ltda.

A Sociedade tem por objetivo a prática das seguintes atividades: aquisição, alienação, administração e negociação de ativos patrimoniais de pessoas jurídicas, mediante cessão, inclusive decorrentes de direitos creditórios de empresas comerciais ou industriais, de faturamento de venda de bens ou serviços, prestação de serviços técnicos de intermediação e assessoria em operações financeiras e comerciais à pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, elaboração de estudos, planejamentos, incorporação e participações em empreendimentos, execução, inclusive com auxílio de terceiros, de todos os trabalhos necessários à guarda e cobrança de títulos de crédito e demais documentos representativos de direitos creditórios em geral,

prestação de serviços de tecnologia da informação, a organização, a análise, o desenvolvimento, a operação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões, o gerenciamento de risco de crédito e de negócios e administração de finanças pessoais, podendo ainda, participar em outras sociedades como acionista ou quotista, prestar garantias a terceiros e praticar a compra, venda e locação de bens móveis não enquadrados na Lei nº 6.099, de 12.09.74, conforme alterada, e a administração de bens próprios.

ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda.

A Sociedade tem como objeto social a intermediação, administração e corretagem de seguros gerais e consórcio, visando: i) preencher mais uma forte demanda dos clientes do banco ABC Brasil; ii) possibilitar a entrada simultânea em diversas linhas de seguros, de forma rápida e eficiente, sem a necessidade de mobilização de amplas infraestruturas específicas de suporte; iii) permitir o desenvolvimento do canal de venda de seguros, sem demandar capital e sem exposição ao risco de sinistralidade (underwriting); iv) posicionar a ABC Brasil Corretora de Seguros como um parceiro natural de longo prazo à um amplo grupo de seguradoras, possibilitando a melhor escolha a ser ofertada aos clientes do banco ABC Brasil; v) capturar a geração de receitas e resultados em curto espaço de tempo, tangibilizando todo o potencial de distribuição do “balcão” do ABC Brasil na distribuição de produtos de seguros; e vi) criar uma série opcionalidades a serem eventualmente exploradas no futuro.

ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros Ltda.

A Sociedade tem como objeto social a intermediação, administração e corretagem de seguros com foco em benefícios, visando: i) preencher mais uma forte demanda dos clientes do ABC Brasil; ii) possibilitar consultoria especializada em produtos de benefícios, de forma rápida e eficiente, sem a necessidade de mobilização de amplas infraestruturas específicas de suporte; iii) permitir o desenvolvimento do canal de venda de seguros de benefícios, sem demandar capital e sem exposição ao risco de sinistralidade (underwriting); iv) posicionar a ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros como um parceiro natural de longo prazo à um amplo grupo de seguradoras, possibilitando a melhor escolha a ser ofertada aos clientes do banco ABC Brasil; v) capturar a geração de receitas e resultados em curto espaço de tempo, tangibilizando todo o potencial de distribuição do “balcão” do banco ABC Brasil na distribuição de produtos focados em benefícios; e vi) criar uma série opcionalidades a serem eventualmente exploradas no futuro.

ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

A Sociedade tem por objetivo a consecução das seguintes atividades: i) comercialização de energia elétrica, envolvendo a compra e a venda no ambiente de contratação livre; ii) realização de operações financeiras para o desenvolvimento de suas atividades; iii) adiantamento de contratos de energia

em projetos de geração; e iv) acesso ao mercado através da sua capilaridade comercial.

Visio Gestora de Créditos Ltda.

A Sociedade tem por objetivo atuar na atividade de Credit Recovery, com a iniciativa de análise e precificação de carteiras de crédito não performadas, bem como de inteligência da gestão de recebíveis.

ABC Brasil Investment Banking Ltda.

A Sociedade tem por objetivo atuar na reorganização da área de Banco de Investimentos. É controlada pelo Banco e tem seus principais executivos em uma estrutura de *partnership* apostando no aumento da relevância da atividade dentro do Banco.

ABC M&A e ECM Ltda.

A Sociedade tem por objetivo desempenhar as atividades de: assessoria financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas em operações de fusões e aquisições, o que inclui o processo de venda de participação total ou parcial, operações de compra de parte ou totalidade das ações, fusão entre empresas e captação de recursos.

ABC DCM Ltda.

A Sociedade tem por objetivo desempenhar as atividades de: assessoria e estruturação financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas, como assessoria para processo de non deal roadshow, emissão de rating e assessoria de projetos na modalidade Project Finance além da atuação na estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas e de fundos de investimento.

ABC Holding Financeira Ltda.

A Sociedade tem como objeto social exclusivo a participação, como sócia, quotista ou acionista, no capital de instituições financeiras e em outras sociedades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

a) Produtos e serviços comercializados

O ABC Brasil possui seu foco em clientes corporativos. Atualmente, atua nos segmentos:

- C&IB (empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões);
- Corporate (empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões); e
- Middle (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões).

Segue abaixo lista de produtos oferecidos pelo banco, dentre outros:

- Recorrentes
 - Cash Management (Pagamentos, Cobranças e Transferências)
- Não-Recorrentes
 - Empréstimos em moeda local:
 - Capital de Giro
 - Conta Garantida
 - Desconto de Recebíveis
 - Antecipação à Fornecedores
 - Cheque-Empresa
 - FINAME
 - Repasse de BNDES
 - CCB, Nota Promissória
 - Empréstimos em moeda estrangeira:
 - ACC
 - Financiamento à Importação
 - Garantias:
 - Avais
 - Fianças
 - Câmbio
 - Derivativos
 - Investment Banking
 - DCM (Debêntures, CRIs, CRAs e FIs)
 - Project Finance
 - M&A
 - ECM
 - Corretagem de Seguros
 - Comercializadora de Energia
 - Credit Recovery

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Os produtos e serviços comercializados pelo Banco resultam em dois tipos de receitas:

- a) Margem Financeira; e
- b) Receita de Serviços.

A tabela a seguir apresenta a abertura das receitas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, juntamente com a participação de cada linha na receita total.

(R\$ milhões)	2024	Participação	2023	Participação	2022	Participação
Margem Financeira	2.375,7	83,4%	2.245,2	85,4%	2.019,0	83,9%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	503,6	17,7%	559,7	21,3%	474,8	19,7%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	50,2%	1.364,2	51,9%	1.250,5	51,9%
Margem Financeira com Mercado	440,8	15,5%	321,3	12,2%	293,6	12,2%
Receita de Serviços	474,1	16,6%	383,8	14,6%	388,3	16,1%
Garantias prestadas	158,7	5,6%	162,0	6,2%	167,5	7,0%
Banco de Investimento	197,6	6,9%	120,4	4,6%	145,1	6,0%
Tarifas e Corretagem de Seguros	117,8	4,1%	101,4	3,9%	75,7	3,1%
Receita Total	2.849,8	100,0%	2.629,0	100,0%	2.407,3	100,0%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Apresentamos a seguir o Demonstrativo do Resultado Gerencial do ABC Brasil, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, incluindo o lucro ou prejuízo resultante de suas operações ao final de cada exercício.

Demonstração do Resultado Gerencial (R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Patrimônio Líquido Remunerado a CDI	503,6	559,7	474,8	-10,0%	17,9%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	1.364,2	1.250,5	4,9%	9,1%
Margem Financeira com Mercado	440,8	321,3	293,6	37,2%	9,4%
Despesa de Provisão	(278,3)	(327,5)	(235,4)	-15,0%	39,1%
Margem Financeira pós-Provisão	2.097,4	1.917,7	1.783,6	9,4%	7,5%
Receitas de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Garantias Prestadas	158,7	162,0	167,5	-2,1%	-3,3%
Banco de Investimentos	197,6	120,4	145,1	64,1%	-17,0%
Tarifas e Corretagem de Seguros	117,8	101,4	75,7	16,2%	33,9%
Despesas de Pessoal & Outras Administrativas	(769,4)	(687,8)	(600,2)	11,9%	14,6%
Despesas de Pessoal	(497,4)	(447,8)	(379,0)	11,1%	18,2%
Outras Administrativas	(272,0)	(240,1)	(221,3)	13,3%	8,5%
Despesas Tributárias	(104,4)	(100,7)	(103,4)	3,7%	-2,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	11,1	9,6	(15,8)	15,6%	-161,0%
Resultado Não Operacional	3,3	(0,8)	0,7	-509,6%	-216,2%
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações	1.712,1	1.521,8	1.453,2	12,5%	4,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(441,3)	(371,8)	(374,0)	18,7%	-0,6%
Participação nos Lucros (PLR)	(278,9)	(284,8)	(276,5)	-2,1%	3,0%
Participação de Acionistas não Controladores	(20,6)	(13,5)	(2,5)	52,0%	-
Lucro Líquido Recorrente	971,3	851,6	800,2	14,1%	6,4%

a) Características do processo de produção

O ABC Brasil oferece a seus clientes uma ampla variedade de produtos e serviços financeiros, tais como:

- a) empréstimos em moeda nacional e estrangeira;
- b) prestação de fianças;
- c) financiamento ao comércio exterior;
- d) estruturação de operações no mercado de capitais com produtos de renda fixa e variável, tais como debêntures, notas promissórias, fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs e ofertas públicas de ações;
- e) repasses de linhas de crédito do BNDES;
- f) assessoria em fusões e aquisições e *project finance*;
- g) produtos de tesouraria;
- h) *cash management*;
- i) comercialização de energia; e
- j) corretagem de seguros.

b) Características do processo de distribuição

Ao final de dezembro de 2024, o ABC Brasil atendia seus clientes através de uma rede de plataformas de negócios, sendo duas plataformas destinadas ao segmento C&IB; quinze plataformas para atender ao segmento Corporate, sendo uma delas voltada para multinacionais; onze plataformas de atendimento para o segmento Middle; três plataformas para atendimento de clientes Agro e uma plataforma de negócios para atender ao segmento de Instituições Financeiras.

As plataformas de negócios estavam distribuídas geograficamente através de uma rede de atendimento, viabilizando uma presença comercial em 50 cidades brasileiras: ABC Paulista, Americana, Araçatuba, Araraquara, Barueri, Belo Horizonte, Campinas, Divinópolis, Guarulhos, Indaiatuba, Ipatinga, Juiz de Fora, Jundiaí, Marília, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Teresópolis, Uberlândia, Vitória, Blumenau, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Joinville, Londrina, Passo Fundo, Ponta Grossa, Porto Alegre, Campo Grande, Canarana, Cuiabá, Goiânia, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Ponta Porã, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Fortaleza, Luis Eduardo Magalhães, Recife e Salvador.

Além do seu time comercial próprio, o ABC Brasil também conta com o ABC Link, iniciativa que visa a distribuição de serviços financeiros por meio de escritórios parceiros. Em 2024, a iniciativa manteve seu processo de ganho de escala através da estrutura de *finders*, com foco na ampliação e no adensamento de sua presença geográfica oferecendo uma prateleira de produtos, incluindo crédito, *cash management*, fianças, derivativos, câmbio, seguros e banco de investimentos.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

i) Participação em cada um dos mercados

O ABC Brasil é um banco especializado na concessão de crédito e serviços financeiros para o setor corporativo, atendendo empresas dos segmentos: C&IB (empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões), Corporate (empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões) e Middle (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões).

Em dezembro de 2024, o saldo de empréstimos na carteira de crédito do ABC Brasil era de R\$24.049,8 milhões, representando 0,96% do saldo total de empréstimos às Pessoas Jurídicas no Sistema Financeiro Nacional, que era de R\$2.496,7 bilhões ao final de 2024.

ii) Condições de competição nos mercados

O mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo, e o ABC Brasil enfrenta concorrência em todos os segmentos em que opera. Ao final de 2024 havia 158 bancos comerciais e múltiplos em funcionamento no país, além de diversos outros tipos de instituições financeiras oferecendo produtos e serviços de corretora, leasing, depósitos, poupança e pagamento, entre outros.

Desde o início da década de 90, a indústria bancária brasileira passou por um período de significativa consolidação. Vários bancos foram liquidados (p. ex.: Banco Rural, Banco Cruzeiro do Sul), alguns bancos estatais foram privatizados (p. ex.: Banespa, Banestado), e diversos bancos privados foram adquiridos por outras instituições financeiras (p. ex.: ABN Amro Real, Mercantil). Nesse ambiente de maior concentração bancária, o modelo de negócios do ABC Brasil tem demonstrado consistência e resiliência, e se consolidado como uma alternativa de relacionamento bancário para as empresas brasileiras de médio e grande portes.

d) Eventual sazonalidade

Por se tratar de uma instituição cuja natureza dos negócios é a intermediação financeira para clientes corporativos, as atividades do ABC Brasil poderão ser impactadas por efeitos de sazonalidade específicas nos setores de atuação desses clientes, ou de circunstâncias e eventos particulares de alguns mercados. Contudo, devido a diversificação setorial e de produtos e serviços, esses fatores não apresentam impactos significativos nos resultados do Banco.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Para o oferecimento de seus produtos e serviços financeiros, o ABC Brasil depende fundamentalmente da captação de recursos junto a terceiros, que é realizado através de diversas modalidades, dentre as quais se destacam: (i) emissão de notas públicas e privadas no exterior; (ii) emissão de letras financeiras no mercado local; (iii) emissão de letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário no mercado local; (iv) emissão de certificados de depósito bancário; e (v) operações de repasse de recursos do BNDES. Os serviços prestados por intermediários financeiros; inclusive captação de recursos, são supervisionados pelo Banco Central do Brasil, e devem respeitar as normas e políticas determinadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Tecnologia da Informação (TI) também é um componente essencial para o crescimento sustentável dos negócios do Banco ABC Brasil, e por essa razão, a arquitetura de sua estrutura de TI vem sendo continuamente desenvolvida para aumentar a eficiência e reduzir os riscos operacionais envolvidos em todos os processos de seus negócios.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O ABC Brasil não tem dependência de fornecedores específicos para a realização de suas atividades operacionais.

iii) Eventual volatilidade em seus preços

A volatilidade nos preços, como recursos para operações de crédito, taxas de juros cobradas pelos produtos e serviços financeiros, entre outros, dependem das condições macroeconômicas, porte das empresas e concorrência de mercado.

Os principais fatores que podem impactar as taxas de juros praticadas pelo ABC Brasil são: (i) variação na taxa básica de juros da economia (Selic), utilizada pelo Banco Central do Brasil como o principal instrumento de política monetária para controle da inflação; (ii) variação nos índices de inadimplência dos clientes; e (iii) variações nas alíquotas de impostos que incidem sobre as operações de crédito.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não existem clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não existem clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida.

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O Banco ABC Brasil S.A. é regulado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil. Obteve o Certificado de Autorização em 03 de agosto de 1989.

A agência do Banco ABC Brasil S.A. localizada nas Ilhas Cayman é sujeita à fiscalização do Cayman Islands Monetary Authority – CIMA. Referida agência é detentora da Licença tipo “B” emitida pelo CIMA em 26 de março de 2001.

O Banco ABC Brasil S.A., como companhia aberta, também é sujeito aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e por ela fiscalizado. O registro foi concedido ao Banco ABC Brasil em 23 de julho de 2007.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

- Resolução CMN nº 4.945/2021: estabelece que as instituições financeiras devem instituir uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), sendo está um conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. Além disso, a instituição financeira deve realizar ações com vistas à efetividade da política. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do ABC Brasil está disponível no site de RI (<https://ri.abcbrasil.com.br/governanca/politicas-e-codigo-de-etica/>) e no site institucional (<https://www.abcbrasil.com.br/media/2779/politica-responsabilidade-social-ambiental-e-climatica-2024.pdf>).
- Resolução CMN nº 4.943/2021: altera a Resolução 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. Estabelece a identificação, avaliação, classificação, monitoramento e gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático a ser adotado pelo banco em decorrência dos seus produtos, serviços, atividades ou processos e das atividades desempenhadas pelas

contrapartes da instituição, entidades controladas pela instituição e fornecedores e prestadores de serviços terceirizados da instituição, quando relevantes, com base em critérios por ele estabelecidos;

- Resolução BCB nº 139/2021: dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) em frequência anual. Deve apresentar a governança do gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático instituído pelo banco conforme tabelas padronizadas do Bacen.

O Relatório está disponível no site <https://ri.abcbrasil.com.br/esg/gestao-de-riscos-socioambientais-e-climaticos/>

- Resolução BCB nº 151/2021: estabelece a remessa de informações ao Bacen, na frequência semestral, relativas a Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos de suas exposições em operações de crédito e a títulos e valores mobiliários, e dos seus respectivos devedores.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

O Banco ABC Brasil não realizou nenhuma contribuição financeira direta ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, ou em favor de partidos políticos, ou ainda para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas Relevantes no país sede do emissor e no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor***

Não há

- b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor***

Não há. As operações do Banco por intermédio da agência de Cayman não apresentam receitas relevantes.

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

As receitas de Cayman decorrem de operações do Banco na qualidade de agência no exterior, estando em conformidade com a regulamentação brasileira, aceitas e fiscalizadas pela Cayman Islands Monetary Authority - CIMA, de acordo com o item 1.7.

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O ABC Brasil divulga informações ASG anualmente através do Relatório de Sustentabilidade. O relatório referente a 2024 será publicado em 2025 em formato de Relato Integrado.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório do ABC Brasil é elaborado de acordo com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e incorpora os indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) nas categorias Commercial Banks e Investment Banking & Brokerage. O relatório referente a 2024 será publicado em 2025 em formato de Relato Integrado.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relato Integrado do ABC Brasil referente ao ano de 2024 foi assegurado por uma entidade independente (EY).

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relato Integrado referente a 2024 será disponibilizado em 2025 no site de RI, nas versões português e inglês: <https://ri.abcbrasil.com.br/esg/relatorio-de-sustentabilidade/>.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A seleção das informações relatadas foi orientada pela Matriz de Materialidade, revisada em 2023 e adotada também para o ciclo de 2024, que identificou os temas mais relevantes para os stakeholders do ABC Brasil. O resultado foi aprovado pela mais alta instância de decisão e tem como indicadores-chave de desempenho ASG:

- Ética, transparência e integridade:
 - GRI 205-1: Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção;
 - GRI 205-2: Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção;
 - GRI 205-3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas;
 - GRI 206-1: Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio;
 - GRI 407-1: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco;
 - GRI 408-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil;
 - GRI 409-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo;
 - GRI 410-1: Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos;
 - GRI 415-1: Contribuições políticas;
 - GRI 417-1: Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços;
 - GRI 417-2: Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços;
 - GRI 417-3: Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing;
 - GRI 418-1: Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

- Privacidade e segurança de dados:

- SASB FN-CB-230. a.1: (1) Número de violações de dados, (2) porcentagem envolvendo informações de identificação pessoal, (3) número de titulares de contas afetados;
 - SASB FN-CB-230. a.2: Descrição da abordagem para identificar e resolver os riscos de segurança de dados;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Inovação e Tecnologia:
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Gerenciamento de riscos:
 - GRI 207-1: Abordagem tributária;
 - GRI 207-2: Governança, controle e gestão de risco fiscal;
 - GRI 207-3: Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Boas práticas de governança corporativa:
 - GRI 204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais;
 - SASB FN-CB-510a.1 / FN-IB-510a.1: Valor total de perdas monetárias como resultado de procedimentos legais associados a fraude, negociação com informações privilegiadas, antitruste, comportamento anticompetitivo, manipulação de mercado, negligência ou outras leis ou regulamentos relacionados ao setor financeiro;
 - SASB FN-CB-510a.2 / FN-IB-510a.2: Descrição das políticas e procedimentos de denúncia;
 - SASB FN-CB-000.B: Número e valor dos empréstimos por segmento;
 - SASB FN-CB-410a.2: Descrição da abordagem para incorporação de fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) na análise de crédito;
 - SASB FN-CB-550a.2 / FN-IB-550a.2: Descrição da abordagem para integrar os resultados dos testes de estresse obrigatórios e voluntários no planejamento de adequação de capital, estratégia corporativa de longo prazo e outras atividades comerciais;

- SASB FN-IB-410a.1: Receitas provenientes de (1) subscrição, (2) consultoria e (3) transações de titularização que incorporem a integração de aspectos ambientais, sociais e de governança. Fatores (ESG), por setor;
 - SASB FN-IB-410a.2: (1) Número e (2) valor total de investimentos e empréstimos que incorporam integração de fatores ambientais, sociais e de governança (ASG), por setor;
 - SASB FN-IB-410a.3: Descrição da abordagem para incorporação de aspectos ambientais, sociais e de governança;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Experiência do cliente:
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Desempenho econômico:
 - GRI 201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído;
 - GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas;
 - GRI 203-2: Impactos econômicos indiretos significativos;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Atração, desenvolvimento e cuidado do capital humano:
 - GRI 202-1: Proporção entre o salário mais baixo e salário-mínimo local, com discriminação por gênero;
 - GRI 401-1: Novas contratações e rotatividade de empregados;
 - GRI 401-2: Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial;
 - GRI 401-3: Licença-maternidade/ paternidade;
 - GRI 403-1: Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho;
 - GRI 403-2: Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes;
 - GRI 403-3: Serviços de saúde do trabalho;
 - GRI 403-4: Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referente a saúde e segurança do trabalho;

- GRI 403-6: Promoção da saúde do trabalhador;
 - GRI 403-7: Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócio;
 - GRI 403-8: Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho;
 - GRI 403-9: Acidentes de trabalho;
 - GRI 403-10: Doenças profissionais;
 - GRI 404-1: Média de horas de capacitação por ano, por empregado;
 - GRI 404-2: Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e assistência para transição de carreira;
 - GRI 404-3: Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Diversidade e inclusão:
 - GRI 405-1: Diversidade em órgãos de governança e empregados;
 - GRI 405-2: Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens;
 - GRI 406-1: Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas;
 - SASB FN-IB-330a.1: Porcentagem de (1) gênero e (2) representação de grupo de diversidade para (a) gestão executiva, (b) gestão não executiva, (c) profissionais, d) todos os outros funcionários;
 - GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
- Mudanças Climáticas:
 - GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização;
 - GRI 302-2: Consumo de energia fora da organização;
 - GRI 302-3: Intensidade energética;
 - GRI 302-4: Redução do consumo de energia;
 - GRI 302-5: Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços;
 - GRI 305-1: Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE);
 - GRI 305-2: Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia;

- GRI 305-3: Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE);
- GRI 305-4: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- GRI 305-5: Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- SASB FN-CB-410b.1: Emissões brutas financiadas absolutas, desagregadas por (1) Escopo 1, (2) Escopo 2 e (3) Escopo 3;
- SASB FN-CB-410b.2: Exposição bruta para cada setor por classe de ativos;
- SASB FN-CB-410b.3: Porcentagem de exposição bruta incluída no cálculo de emissões financiadas;
- SASB FN-CB-410b.4: Descrição da metodologia utilizada para calcular as emissões financiadas;
- GRI 3-3: Gestão do tema material – descrição dos impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relato Integrado do ABC Brasil referente a 2024 considera os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como materiais para o negócio:

- ODS 4: Educação de Qualidade;
- ODS 5: Igualdade de Gênero;
- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- ODS 10: Redução das Desigualdades;
- ODS 13: Ação contra a Mudança Global do Clima;
- ODS 15: Vida Terrestre;
- ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas

(TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relato Integrado do ABC Brasil referente a 2024 incluiu as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), onde é apresentada uma síntese da gestão seguindo os quatro pilares do TCDF: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

O ABC Brasil realiza e divulga o inventário de emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1, 2 e parcialmente o 3 - referente às emissões resultantes de viagens a negócios, geração de resíduos e emissões casa-trabalho. As informações referentes aos inventários estão disponíveis no Registro Público de Emissões: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3604>.

Adicionalmente, desde 2023 mensuramos nossas emissões financiadas, utilizando como base a metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) reconhecida internacionalmente.

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

O Emissor não é uma sociedade de economia mista.

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Durante os exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022, não houve aquisição e/ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco ABC Brasil S.A.

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

- **Aumento de Capital mediante capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos” (AGE 29.07.24):**

Aumento de capital social da Companhia em R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de Reais), sem modificação do número de ações, em conformidade com o art. 169, § 1º da Lei nº 6.404/76, mediante capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos”.

Considerando a capitalização de parte do saldo da “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos”, o capital social da Companhia passou de R\$4.618.602.385,84 (quatro bilhões, seiscentos e dezoito milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e oitenta e cinco Reais e oitenta e quatro centavos) para R\$5.698.602.385,84 (cinco bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e oitenta e cinco Reais e oitenta e quatro centavos), representado por 244.656.857 (duzentas e quarenta e quatro milhões, seiscentas e cinquenta e seis mil, oitocentas e cinquenta e sete) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.961.704 (cento e vinte e dois milhões, novecentas e sessenta e uma mil, setecentas e quatro) ações ordinárias e 121.695.153 (cento e vinte e um milhões, seiscentas e noventa e cinco mil, cento e cinquenta e três) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Maiores informações poderão ser encontradas nos seguintes documentos da Companhia, todos disponibilizados no site de RI e na CVM:

- a) Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02/07/24 e respectiva Proposta da Administração; e
- b) Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29/07/24.

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

O Emissor não faz parte de nenhum acordo de Acionistas. O Acordo de Acionistas do qual o Banco ABC Brasil era parte foi rescindido em 22/02/2022.

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios do emissor, incluindo informações sobre os fatos motivadores e reflexos derivados sobre os negócios do emissor.

No ano de 2024, o ABC Brasil deu continuidade à sua segmentação comercial iniciada no ano anterior com o intuito de melhor atender os seus clientes:

- i. O segmento C&IB engloba empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões;
- ii. O segmento Corporate engloba empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões; e
- iii. O segmento Middle, anunciado em maio de 2019, engloba empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões.

O objetivo da segmentação comercial é otimizar a distribuição da base clientes perante as equipes comerciais do ABC Brasil visando melhor atender os clientes existentes e potenciais, ao mesmo tempo em que o Banco amplia o seu escopo de atuação passando a também atender empresas com um faturamento anual menor, o que não ocorria anteriormente. A adoção dessa estratégia comercial, apresenta perspectivas interessantes no que tange ao crescimento da Carteira de Crédito Expandida do ABC Brasil no longo prazo.

Além disso, a segmentação também almeja entender melhor o perfil de cliente de acordo com o seu porte:

- iv. Para empresas com faturamento acima de R\$4 bilhões que representa o segmento C&IB, atende um perfil de cliente que tem acesso ao mercado de capitais (serviços oferecidos pelo Banco de Investimentos), bem como aos produtos de Empréstimos e Garantias Prestadas. O ticket médio das operações de Empréstimos e Garantias Prestadas ao final de dezembro de 2024 para esse segmento era de R\$100,2 milhões, enquanto o número de clientes com exposição de crédito foi de 124 e prazo médio de 315 dias;
- v. Para empresas com faturamento entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões que representa o segmento Corporate, atende um perfil de cliente cuja a estrutura de dívida é caracterizada pela necessidade de originação de empréstimos, mas que também pode ter acesso ao mercado de capitais (serviços oferecidos pelo Banco de Investimentos). O ticket médio das operações de Empréstimos e Garantias Prestadas ao final de dezembro de 2024 para esse segmento era de R\$22,5 milhões, enquanto o número de clientes com exposição de crédito foi de 938 e prazo médio de 372 dias; e

- vi. Para empresas com faturamento entre R\$30 milhões e R\$300 milhões que representa o segmento Middle, atende um perfil de cliente menor cuja estrutura de dívida é caracterizada pela necessidade de originação de empréstimos de curto prazo, demandando produtos como capital de giro e desconto de recebíveis, além de serviços financeiros como *cash management*. Modalidades de empréstimos como financiamentos e investimentos são menos comuns para esse segmento. O ticket médio das operações de Empréstimos e Garantias Prestadas ao final de dezembro de 2024 para esse segmento era de R\$2,6 milhões, enquanto o número de clientes com exposição de crédito foi de 1.558 e prazo médio de 357 dias.

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Em 2024, 2023 e 2022 não foram celebrados contratos, relevantes, pelo Emissor e/ou suas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco ABC BRASIL S.A.

2024

O ano de 2024 inicia-se sob impacto das reformas estruturais implementadas como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária. O arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, impôs regras para limitar o crescimento das despesas públicas, buscando maior equilíbrio fiscal. Já a reforma tributária avançou com a unificação de impostos, simplificando o sistema e prometendo mais eficiência econômica. Apesar do otimismo com essas mudanças, desafios como a necessidade de ajuste fiscal e a reação do mercado às novas regras ainda geram incertezas sobre o crescimento econômico no curto prazo. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 1,6%, refletindo um cenário de cautela, influenciado por desafios internos e incertezas no ambiente internacional com as tensões geopolíticas causadas pela guerra da Ucrânia e as taxas de inflação global causando, de um modo geral, retração ou recuperação lenta da economia mundial, com destaque para desaceleração do crescimento da China e da economia global como um todo.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2023, demonstrando a resiliência do modelo de negócios e refletindo o esforço que a organização tem feito do ponto de vista do crescimento de receitas com clientes ao longo dos últimos anos. O contínuo crescimento em linhas de negócios sem ou com baixa alocação de capital é representativo não apenas de uma melhor utilização de capital para o banco, como também de uma presença maior junto aos clientes, com uma maior quantidade de produtos ofertados e uma menor volatilidade de resultados ao longo do tempo. Tivemos, por fim, um crescimento da carteira de crédito próximo ao topo do Guidance esperado para o ano com todos os segmentos de clientes apresentando crescimentos de dois dígitos no comparativo anual.

Em paralelo, por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, mantivemos uma contínua busca pela captura de economias de escala, e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade em um cenário de menor crescimento na base de colaboradores.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$971,3 milhões em 2024 (aumento de 14,1% em relação a 2023) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,7% (15,5% em 2023). Ao final de 2024, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$53,2 bilhões (crescimento de 14,6% em relação ao final de 2023), com um patrimônio líquido de R\$6,4 bilhões e índice de Basiléia de 16,5%, com o Capital de Nível 1 representando 14,1%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco consolidou seu novo desenho organizacional e novos modelos de atuação, por meio de um

partnership na Recuperadora de Crédito e no Banco de Investimentos, além da contínua expansão da Corretora de Seguros e da Comercializadora de Energia.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve uma receita de R\$197,6 milhões no Banco de Investimentos, sendo um ano recorde de receitas para a franquia. A linha de receitas com Corretagem de Seguros e Tarifas cresceu 16,2% em 2024 quando comparada a 2023, beneficiada, entre outros fatores, pelo aumento de prêmios emitidos e produtos ofertados. Por fim, em 2024 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$158,7 milhões, redução de 3,3% em relação a 2022.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basiléia adequado (16,5% em dezembro de 2024). Em 2024, o Banco efetuou a recapitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos, devido às expectativas de crescimento do volume de operações de crédito. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida em ritmo inferior ao ano anterior (entre 7% a 12% para 2024). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos dos últimos anos.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2023

O ano de 2023 inicia-se com a mudança de governo no país e a perspectiva da aprovação de duas propostas essenciais: o arcabouço fiscal, com o intuito de substituir o antigo teto de gastos; e a reforma tributária, a fim de simplificar a carga de impostos. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 0,8%, em meio à desaceleração da inflação e com a expectativa da queda da taxa de juros ao longo do ano. Na primeira semana do ano, o mercado financeiro é surpreendido com a divulgação do rombo contábil de uma grande empresa varejista, ocasionando no aumento da provisão para devedores duvidosos e impacto negativo nos resultados financeiros dos bancos. No ambiente externo, a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia; a perspectiva de aumento nas taxas de juros nos Estados Unidos e a menor atividade econômica da China seriam fatores a serem observados ao longo do ano.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2022, demonstrando a resiliência do modelo de negócios e aumentando dessa forma a diversificação ao longo dos trimestres, tanto na exposição ao crédito, quanto nas fontes de receitas. Tivemos como foco o crescimento em linhas de negócios sem ou com baixa alocação de capital, como cash management, derivativos e corretagem de seguros. Este resultado foi obtido apesar de um ambiente corporativo com crescimento de mercado de crédito significativamente abaixo da média histórica, além de importantes eventos de crédito que influenciaram negativamente o mercado de renda fixa local no primeiro semestre, levando a uma revisão do *Guidance* para 2022. Tivemos, por fim, um crescimento da carteira de crédito dentro do esperado, através de uma abordagem mais prudente na concessão de crédito.

Em paralelo, por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, construímos uma infraestrutura física e de capital humano preparada para suportar nossa ambição de crescimento, visando ganhos de escala tanto de negócios já consolidados, quanto de iniciativas mais recentes.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$851,6 milhões em 2023 (aumento de 6,4% em relação a 2022) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,5% (16,2% em 2022). Ao final de 2023, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$46,4 bilhões (crescimento de 7,2% em relação ao final de 2022), com um patrimônio líquido de R\$5,9 bilhões e índice de Basiléia de 14,9%, com o Capital de Nível 1 representando 12,7%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco implementou um novo desenho organizacional e novos modelos de atuação, a exemplo da estruturação de um *partnership* na Recuperadora de Crédito e no Banco de Investimentos e contando com a consolidação da Corretora de Seguros e da Comercializadora de Energia.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve uma receita de R\$120,4 milhões no Banco de Investimentos, com destaque para a área de Debt Capital Markets. A linha de receitas com Corretagem de Seguros e Tarifas cresceu 33,9% em 2023 quando comparada a 2022, beneficiada, entre outros fatores, pela consolidação da operação da Corretora de Seguros. Por fim, em 2023 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$162,0 milhões, redução de 3,3% em relação a 2022.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basiléia adequado (14,9% em dezembro de 2023). Em 2023, o Banco efetuou a recapitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos, devido às expectativas de crescimento do volume de operações de crédito. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos

internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida em ritmo superior ao ano anterior (entre 10% e 15% para 2024) e com uma nova perspectiva do ritmo de crescimento da carteira Middle (entre 15% e 25% para 2024). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos dos últimos anos.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2022

O ano de 2022 inicia-se com uma recuperação das atividades econômicas em todo o mundo, devido ao avanço da vacinação de COVID-19 e à diminuição das medidas de restrição gerando assim um impacto positivo na economia brasileira. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 2,1%, em meio às incertezas em relação à alta da inflação, a qual pode ocasionar uma redução do poder de consumo do brasileiro. No ambiente externo, temos um cenário de turbulência devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia e à perspectiva de aumento nas taxas de juros em várias economias.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2021 e conseguiu dar continuidade à sua estratégia de expansão no segmento Middle, que vem se tornando cada vez mais representativo na carteira de crédito, além da maturação de novas iniciativas e a diversificação de serviços e produtos oferecidos. O ambiente corporativo brasileiro se encontrava numa perspectiva de retomada, o que permitiu com que o Banco executasse seu plano de expansão da carteira de crédito, atingindo um crescimento dentro do indicado no Guidance para 2022.

Em paralelo aos investimentos realizados para expansão do segmento Middle, ao longo de 2022 foi observado a maturação de iniciativas que começam a trazer resultados consistentes para o Banco. Dentre elas estão a Comercializadora de Energia, a Corretora de Seguros e o ABC Link. Essas novas iniciativas seguem ganhando escala, e devem cada vez mais contribuir na geração de resultados do ABC Brasil.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$800,2 milhões em 2022 (aumento de 39,9% em relação a 2021) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,2% (12,8% em 2021). Ao final de 2022, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$43,3 bilhões (crescimento de 14,7% em relação ao final de

2021), com um patrimônio líquido de R\$5,2 bilhões e índice de Basiléia de 15,2%, com o Capital de Nível 1 representando 13,1%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco realizou o maior ciclo de investimentos de sua história, investindo consideravelmente em capital humano e tecnologia, o que permitiu que o Banco escalasse seus serviços para mais de 1.200 clientes corporativos.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve novamente receita recorde de R\$145,1 milhões no Banco de Investimentos (crescimento de 35,2% contra 2021), com destaque para a área de Debt Capital Markets. A linha de receitas com Tarifas e Corretagem de Seguros cresceu 67,2% em 2022 quando comparada a 2021, beneficiada, entre outros fatores, pela maturação da operação da ABC Corretora de Seguros. Por fim, em 2022 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$167,5 milhões, redução de 5,6% em relação a 2021.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basiléia adequado (15,2% em dezembro de 2022). Em 2022, o Banco não recapitalizou os juros sobre o capital próprio distribuídos, devido a sua sólida posição de capital. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida no mesmo ritmo do ano anterior (entre 12% e 16% para 2023), com a leve redução do ritmo de crescimento da carteira Middle (entre 35% e 45% em 2023). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos em 2022.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

Indicadores

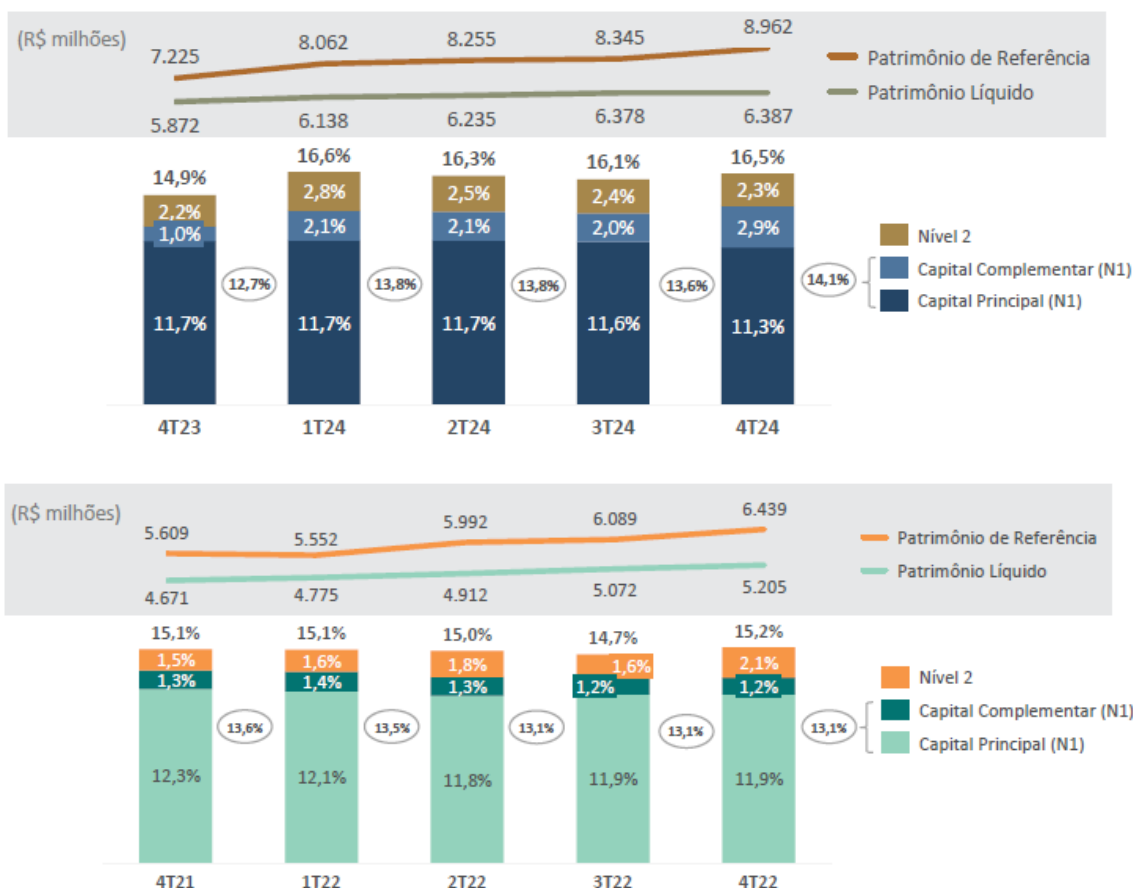
Apresentamos a seguir comentários sobre nossos principais indicadores:

i) Índice de Basiléia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado

de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basiléia. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.955/2021 e 4.903/2021, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.958/2021, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

Abaixo demonstramos o cálculo e a evolução do nosso Índice de Basiléia:



Em Dez/24, o Índice de Basileia do Banco era 16,5%, sendo 14,1% capital de nível I e 2,3% capital de nível II. A variação desse indicador no comparativo com Dez/23 decorre: (i) da emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (Nível 1) que passaram a compor na base de capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento de 14,6% da carteira de crédito expandida no período.

Em Dez/23, o Índice de Basileia do Banco era 14,9%, sendo 12,7% capital de nível I e 2,2% capital de nível II. A variação desse indicador no comparativo com Dez/22 decorre: (i) do aumento da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento de 7,2% da carteira de crédito expandida no período.

Em Dez/22, o Índice de Basileia do Banco era 15,2%, sendo 13,1% capital de nível I e 2,1% capital de nível II. O aumento de 0,1 p.p desse indicador no comparativo com Dez/21 decorre: (i) do aumento da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento da carteira de crédito no período.

Ressaltamos que as operações de garantias prestadas é parte integrante do ativo ponderado pelo risco (RWA), e do cálculo do Índice de Basileia do Banco.

ii) Índice de Eficiência Operacional

O quadro abaixo apresenta o cálculo e a evolução do nosso Índice de Eficiência Operacional:

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	2024x2023	2023x2022
Índice de Eficiência (A/B)	37,9%	38,6%	38,4%	-0,7	0,2
DESPESAS (A)	(1.048,3)	(972,7)	(876,7)	7,8%	10,9%
Despesas de Pessoal	(497,4)	(447,8)	(379,0)	11,1%	18,2%
Despesas Administrativas	(272,0)	(240,1)	(221,3)	13,3%	8,5%
PLR	(278,9)	(284,8)	(276,5)	-2,1%	3,0%
RECEITAS (B)	2.766,1	2.519,9	2.283,9	9,8%	10,3%
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Despesas Tributárias	(104,4)	(100,7)	(103,4)	3,7%	-2,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20,7	(8,4)	(20,0)	-345,3%	-57,9%

Em 2024, o Índice de Eficiência foi de 37,9%, variando -0,7 p.p em relação a 2023. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento da Margem Financeira Gerencial e da Receita de Serviços, ocasionando um crescimento das Receitas em patamar superior às Despesas.

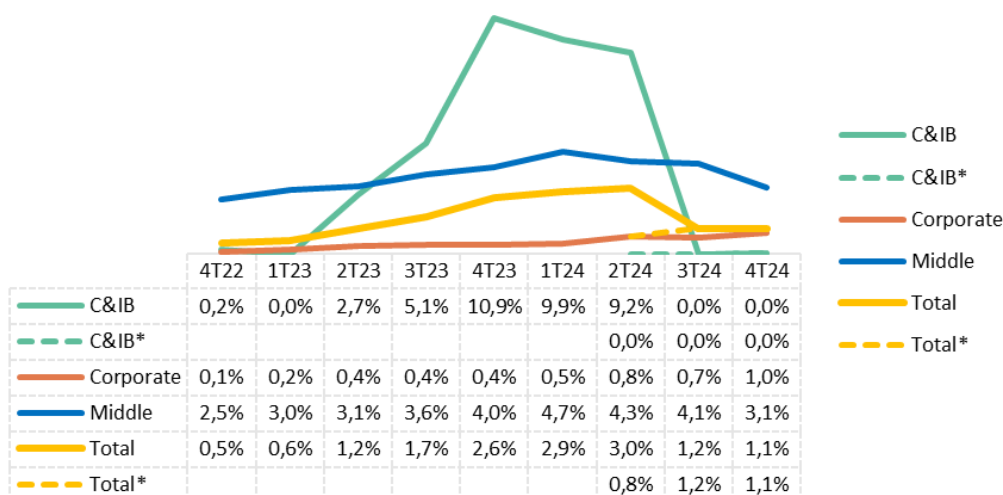
Em 2023, o Índice de Eficiência foi de 38,6%, variando +0,2 p.p em relação a 2022. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas Despesas de Pessoal e Administrativas e PLR, compensado pelo crescimento das Receitas em patamar superior às Despesas.

Em 2022, o Índice de Eficiência foi de 38,4%, variando +3,4 p.p em relação a 2021. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas Despesas de Pessoal e Administrativas e PLR.

iii) Indicadores da Carteira de Crédito

Operações com atrasos acima de 90 dias (inclui parcelas vencidas e vincendas)

% da carteira de empréstimos



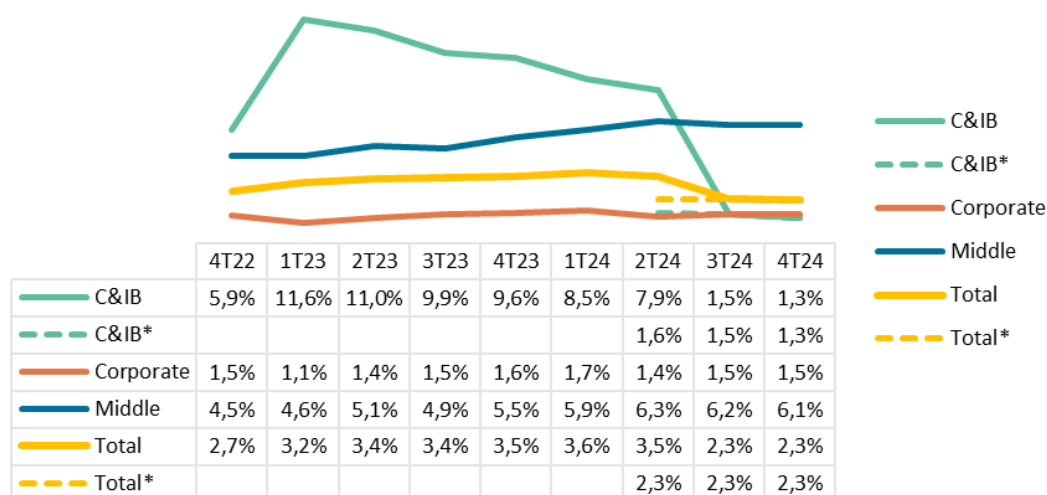
Este indicador compreende o saldo das operações com atraso superior a 90 dias, que encerrou dezembro de 2024 em 1,1% da carteira, apresentando uma queda em relação ao final do ano de 2023 (2,6%). Essa queda é justificada pela resolução de um crédito isolado do segmento C&IB que teve a finalização de sua Recuperação Judicial no 3T24 e pela diminuição ao longo do ano do índice de atraso no segmento Middle.

Este indicador compreende o saldo das operações com atraso superior a 90 dias, que encerrou dezembro de 2023 em 2,6% da carteira. Desconsiderando o efeito de um caso isolado de uma empresa no segmento CI&B, o índice atingiu 1,0% da carteira, em linha com a média histórica. Apesar do leve aumento, observamos uma resiliência da carteira em um ambiente de aumento dos índices de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional.

Este indicador encerrou dezembro de 2022 em 0,5%, apresentando uma queda em relação ao final do ano de 2021 (1,1%). Essa queda é justificada pela diminuição do atraso nos segmentos CI&B e Corporate, apesar do aumento no segmento Middle com o mencionado índice permaneceu abaixo da média histórica.

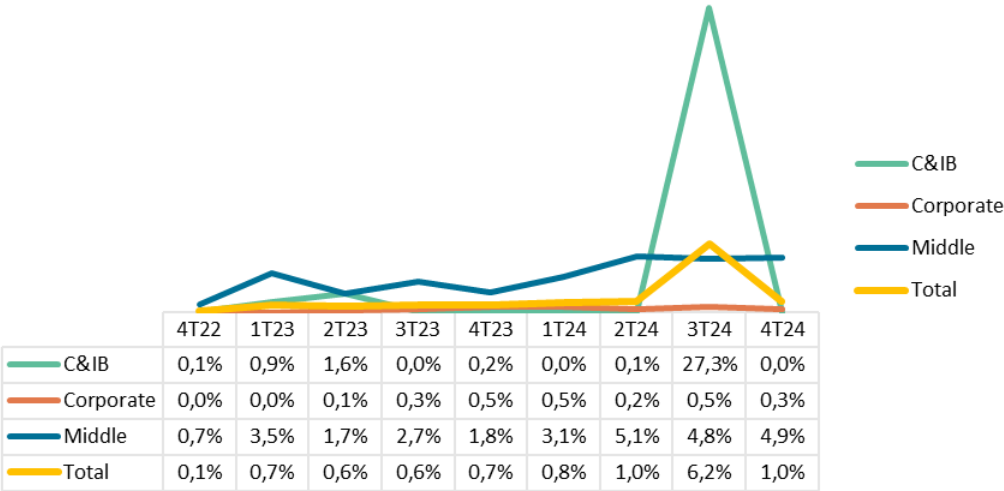
Saldo de PDD

% da carteira de empréstimos



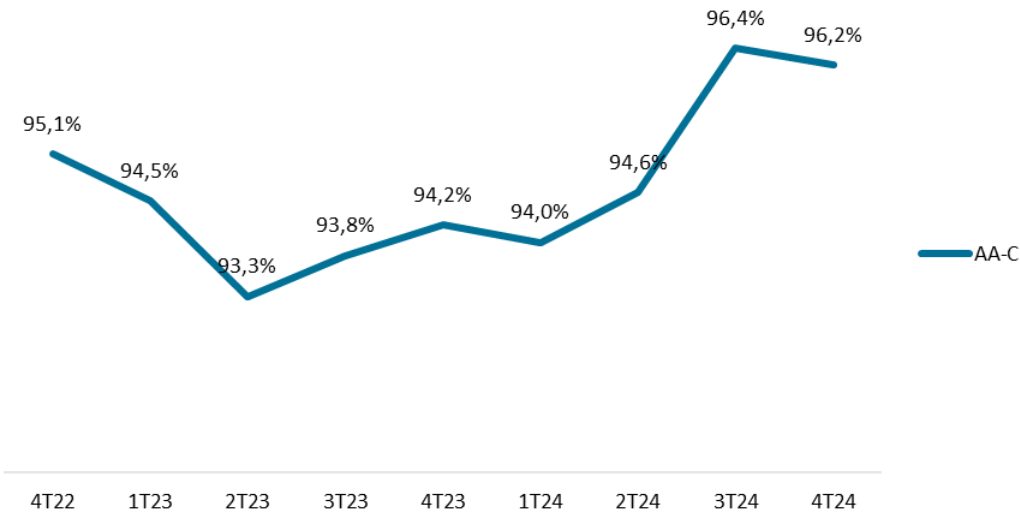
O Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) representou 2,3% da carteira de empréstimos em dezembro de 2024 (3,5% em dezembro de 2023 e 2,7% em dezembro de 2022). A maior parte dessa queda é justificada pela resolução de um crédito isolado do segmento C&IB que teve a finalização de sua Recuperação Judicial no 3T24, apesar de um incremento das provisões no segmento Middle ao longo do ano de 2024.

Créditos baixados para prejuízo
% da carteira de empréstimos



O gráfico acima apresenta os fluxos trimestrais de créditos baixados a prejuízo desde dez/2022. As variações desse indicador refletem o comportamento da inadimplência e o processo de provisionamento, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil. Nota-se uma variação considerável no 3T24 decorrente da finalização da Recuperação Judicial de um crédito isolado do segmento C&IB.

Operações classificadas entre AA e C – Resolução 2.682 do Banco Central
% da carteira de empréstimos



As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco entre AA (melhor indicador) e H (pior indicador), seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, o histórico de relacionamento e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil. Usualmente as instituições financeiras realizam operações de crédito somente com clientes que tenham uma classificação inicial de crédito entre AA e C, de modo que, caso um cliente venha a ser classificado com rating D ou inferior, isso significa que ele teve sua classificação de risco rebaixada pela instituição financeira. Assim, o percentual das operações classificadas entre AA e C é utilizado por analistas de mercado como um indicador da qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras.

Em 2024, esse indicador se manteve em patamar inferior à média histórica até o 2T24 devido a um evento isolado em um cliente do segmento CI&B, sendo que no 3T24, após a finalização da Recuperação Judicial desse crédito do segmento C&IB, o indicador voltou a se manter em um patamar elevado até o final do ano, encerrando 2024 com 96,2% das operações classificadas entre AA e C (contra 94,2% em dezembro de 2023).

Em 2023, esse indicador foi impactado devido a um evento isolado em um cliente do segmento CI&B, visto que a totalidade de seus créditos foram reclassificados no segundo trimestre para G (devido ao provisionamento de 70%), contribuindo para esse indicador encerrar dezembro de 2023 com 94,2% das operações classificadas entre AA e C.

Em 2022, esse indicador se manteve em patamares elevados e apresentou tendência de alta até quase o final do ano, quando um evento isolado em um cliente do segmento CI&B fez com que seus créditos fossem reclassificados de AA para E, contribuindo para esse indicador encerrar dezembro de 2022 com 95,1% das operações classificadas entre AA e C.

b) Estrutura de capital

(R\$ mil)	Dez/24	% em relação ao passivo total	Dez/23	% em relação ao passivo total	Dez/22	% em relação ao passivo total
Passivo Total (a)	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.884	100,0%
Capital Próprio (b)	6.411.114	8,7%	5.885.371	9,7%	5.207.403	9,1%
Capital de Terceiros (a) - (b)	67.174.863	91,3%	54.747.241	90,3%	52.201.481	90,9%

O ABC Brasil entende que a atual estrutura de capital é adequada para o seu plano de negócios. A representatividade do capital de terceiros para o financiamento das operações é normal para uma companhia cuja atuação principal é a intermediação financeira.

A tabela a seguir demonstra a distribuição do capital próprio do Banco em número de ações:

Estrutura de Capital

Número de Ações (Unidades)	dez/24	dez/23	dez/22
ON	122.961.704	119.010.510	113.445.475
PN	117.334.193	113.539.858	107.407.332
Subtotal	240.295.897	232.550.368	220.852.807
Ações em Tesouraria (PN)	4.360.960	4.385.728	5.237.311
Total	244.656.857	236.936.096	226.090.118

Em dezembro de 2024, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$5,7 bilhões, composto por 244.656.857 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.961.704 ações ordinárias e 121.695.153 ações preferenciais. O aumento na quantidade de ações ocorreu mediante a emissão de novas ações devido ao processo de recapitalização de dividendos. O aumento no Capital Social ocorreu mediante a incorporação de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos”, no valor de R\$1,1 bilhão, em julho de 2024.

Em dezembro de 2023, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$4,4 bilhões, composto por 236.936.096 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 119.010.510 ações ordinárias e 117.925.586 ações preferenciais. O aumento na quantidade de ações ocorreu mediante a emissão de novas ações devido ao processo de recapitalização de dividendos.

Em dezembro de 2022, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$4,3 bilhões, composto por 226.090.118 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 113.445.475 ações ordinárias e 112.644.954 ações preferenciais.

As tabelas abaixo demonstram a composição acionária do Banco em 2024, 2023 e 2022:

Número de Ações (Unidades)	Dez/24					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	122.961.464	100,0%	30.122.403	24,8%	153.083.867	62,6%
Outros	240	0,0%	87.211.790	71,7%	87.212.030	35,6%
Tesouraria	0	0,0%	4.360.960	3,6%	4.360.960	1,8%
Total	122.961.704	100,0%	121.695.153	100,0%	244.656.857	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/23					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	119.010.270	100,0%	28.907.187	24,5%	147.917.457	62,4%
Outros	240	0,0%	84.632.671	71,8%	84.632.911	35,7%
Tesouraria	0	0,0%	4.385.728	3,7%	4.385.728	1,9%
Total	119.010.510	100,0%	117.925.586	100,0%	236.936.096	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/22					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	113.445.235	100,0%	27.140.382	24,1%	140.585.617	62,2%
Outros	240	0,0%	80.266.950	71,3%	80.267.190	35,5%
Tesouraria	0	0,0%	5.237.311	4,6%	5.237.311	2,3%
Total	113.445.475	100,0%	112.644.643	100,0%	226.090.118	100,0%

i. Hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

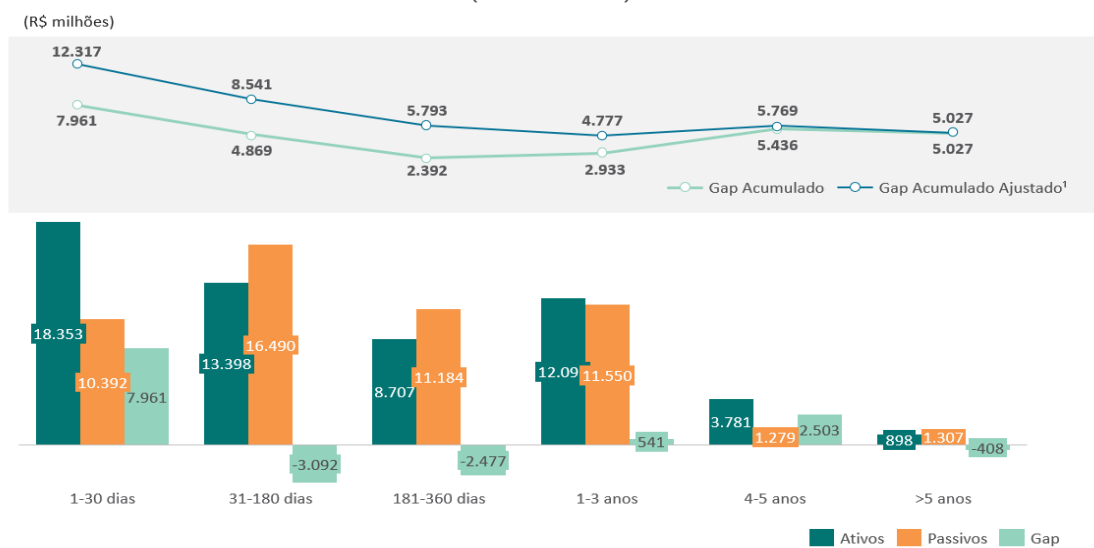
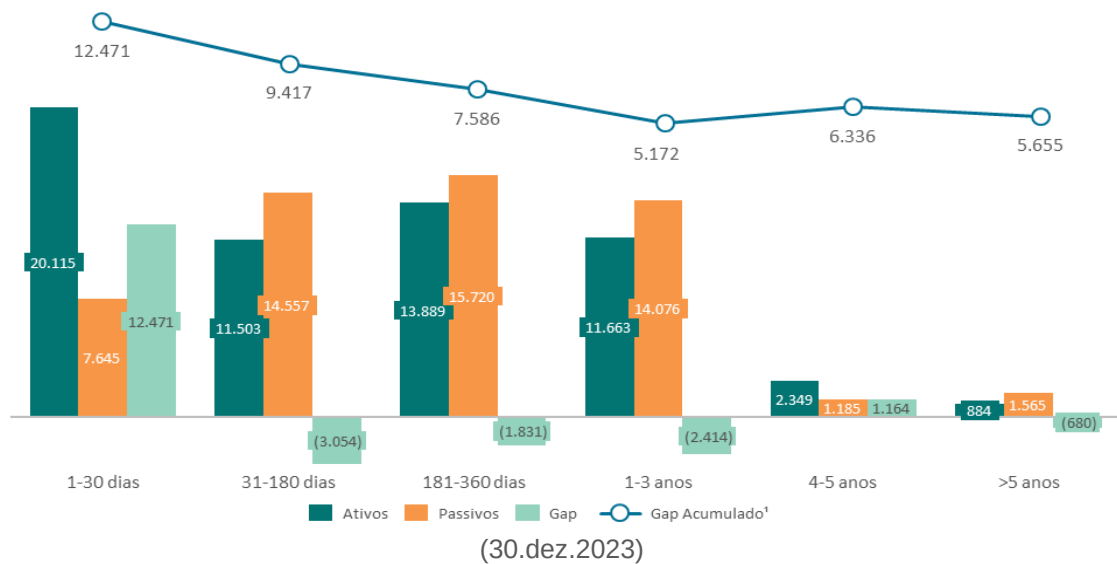
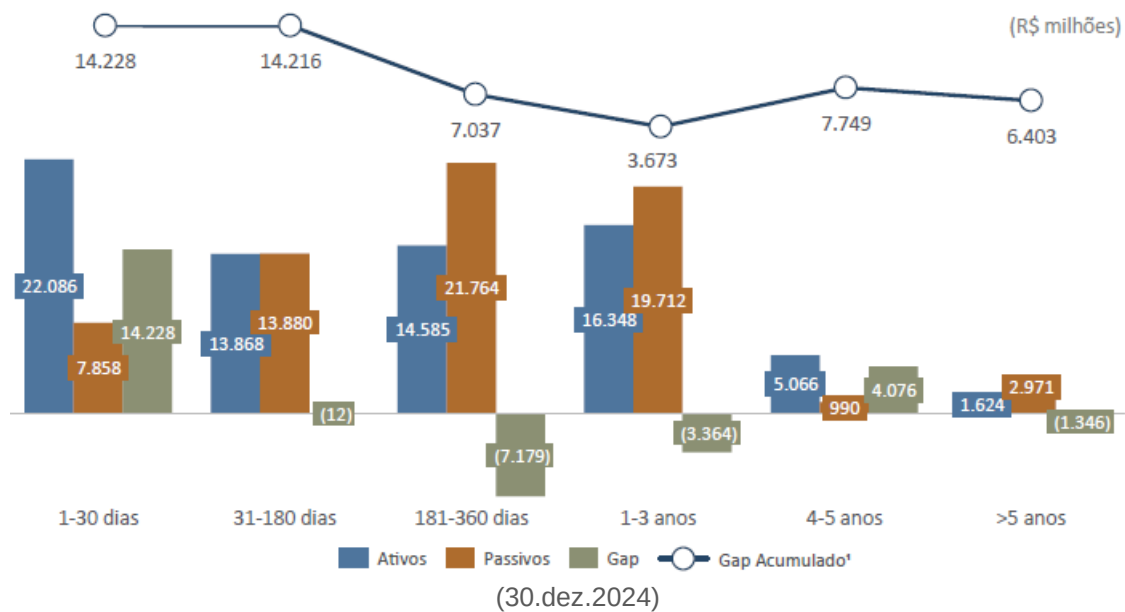
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Política de Gestão de Ativos e Passivos

A política de gestão de ativos e passivos do ABC Brasil visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, a política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar a relação risco/retorno e assegurar que a disponibilidade de liquidez seja suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidades de capital de giro.

A tesouraria do Banco é responsável pela diversificação das fontes de captação de recursos, gestão de disponibilidades, controle de vencimentos, taxas de juros e moedas, e segue as políticas definidas pelo Comitê Financeiro (composto pelo Comitê Executivo, Diretor responsável pela área de Risco, Diretor responsável pela área de Planejamento e Diretor responsável pela área de Gerenciamento de Ativos e Passivos), que se reúne quinzenalmente para deliberar sobre tais políticas e avaliar sua implementação. Na tesouraria, a área de gestão de ativos e passivos mantém um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base nos níveis de recursos e na capacidade de obter acesso a recursos financeiros, a liquidez total do Banco é suficiente para cumprir as obrigações atuais junto aos clientes e detentores de títulos de dívida do Banco, bem como suportar possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades para capital de giro.

O gráfico abaixo contém a distribuição de ativos e passivos do Banco por prazo, ao final de 2024, 2023 e 2022:



¹Considera como títulos de liquidez de 1-30 dias os títulos públicos federais, pois são passíveis de conversão em caixa através de operações compromissadas ou venda no mercado secundário.

(31.dez.2022)

Liquidez

A política do Banco é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras e o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Procuramos garantir acesso contínuo a fontes diversificadas de financiamentos a custos eficientes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro e dos ativos circulantes e não-circulantes do Banco é feito através de seu capital próprio, conforme descrito no item 2.1.b, e das captações de recursos realizadas junto a terceiros, também descritas no item 2.1.f, e nas demonstrações financeiras, que incluem emissões de certificados de depósitos bancários, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, obrigações por empréstimos, obrigações por repasses e títulos emitidos no exterior.

O Banco tem acesso a diversificadas fontes de financiamento locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, órgãos multilaterais, etc). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores, etc).

Historicamente, o Banco tem diversificado suas fontes de financiamento, o que tem sido adequado ao controle de liquidez, pois proporciona a possibilidade de manter um saldo de caixa elevado, conforme explicado anteriormente, e que se mostrou eficiente em períodos de crise de liquidez. Adicionalmente, o Banco tem mantido índices de liquidez significativamente superior aos limites estabelecidos como mínimos, e tendo como um dos principais pontos de sua política de captação de recursos o alongamento dos prazos, além dos esforços em manter o mesmo nível relativo de custos praticado atualmente.

Segue abaixo um detalhamento das fontes de financiamento do Banco ao final dos anos 2024, 2023 e 2022:

Depósitos

	Dezembro de 2024				Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Depósitos	643.924	2.842.619	6.843.709	1.837.177	12.192.402
Á vista	643.924	-	-	-	643.924
Interfinanceiros	-	14.118	184.380	27.512	226.010
A prazo	-	2.828.501	6.659.329	1.809.665	11.322.468
Captações no mercado aberto	-	73.252	545.181	925.043	2.008.734

(Valores em R\$ mil)

Dezembro de 2023						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	704.384	3.952.780	4.928.159	973.093	665	10.559.081
À vista	704.384	-	-	-	-	704.384
Interfinanceiros	-	32.492	487.591	13.213	-	533.296
A prazo	-	3.920.288	4.440.568	959.880	665	9.321.401
Captações no mercado aberto	-	1.712.389	-	-	-	1.712.389

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	345.157	3.589.586	5.090.466	1.290.787	64.572	10.380.568
À vista	345.157	-	-	-	-	345.157
Interfinanceiros	-	24.512	442.776	37.352	-	504.640
A prazo	-	3.565.074	4.647.690	1.253.435	64.572	9.530.771
Captações no mercado aberto	-	1.519.555	-	-	-	1.519.555

(Valores em R\$ mil)

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Dezembro de 2024						
Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
Recursos de aceites e emissão de	-	2.748.277	9.901.136	10.357.954	142.529	23.149.896
Letras de crédito imobiliário	-	229.692	797.394	444.802	-	1.471.888
Letras de crédito do agronegócio	-	701.949	2.639.910	2.001.661	69.370	5.412.890
Letras financeiras	-	1.816.636	6.463.832	7.911.491	73.159	16.265.118
Certificados de operações estruturadas	-	-	-	-	-	-

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2023					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	2.281.694	6.186.560	11.120.522	216.467	19.805.243
Letras de crédito imobiliário	-	480.631	478.403	956.715	21.153	1.936.902
Letras de crédito do agronegócio	-	690.505	1.932.787	1.048.876	17.551	3.689.719
Letras financeiras	-	1.110.415	3.772.607	9.114.931	177.763	14.175.716
Certificados de operações estruturadas	-	143	2.763	-	-	2.906

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.413.091	5.907.935	7.756.468	274.204	17.351.698
Letras de crédito imobiliário	-	355.174	538.407	146.695	1.859	1.042.135
Letras de crédito do agronegócio	-	1.678.329	2.763.978	869.123	3.713	5.315.143
Letras financeiras	-	1.379.483	2.605.328	6.737.771	268.632	10.991.214
Certificados de operações estruturadas	-	105	222	2.879	-	3.206

(Valores em R\$ mil)

Obrigações por Empréstimos

Dezembro de 2024						
Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
Obrigações por empréstimos e	-	1.650.204	5.612.543	4.824.407	655.762	12.742.916
Obrigações por empréstimos – exterior	-	1.352.334	4.299.108	3.287.528	22	8.938.992
Repasse no país – BNDES	-	20.020	154.597	338.158	159.276	672.051
Repasse no país – FINAME	-	151.625	521.088	562.505	165.136	1.400.354
Repasse no país – FINEP	-	-	144	1.788	55.129	57.061
Repasse no país – outras Instituições	-	91.482	216.539	14.185	-	322.206
Obrigações por repasse – exterior	-	34.743	421.067	620.243	276.199	1.352.252

(Valores em R\$ mil)

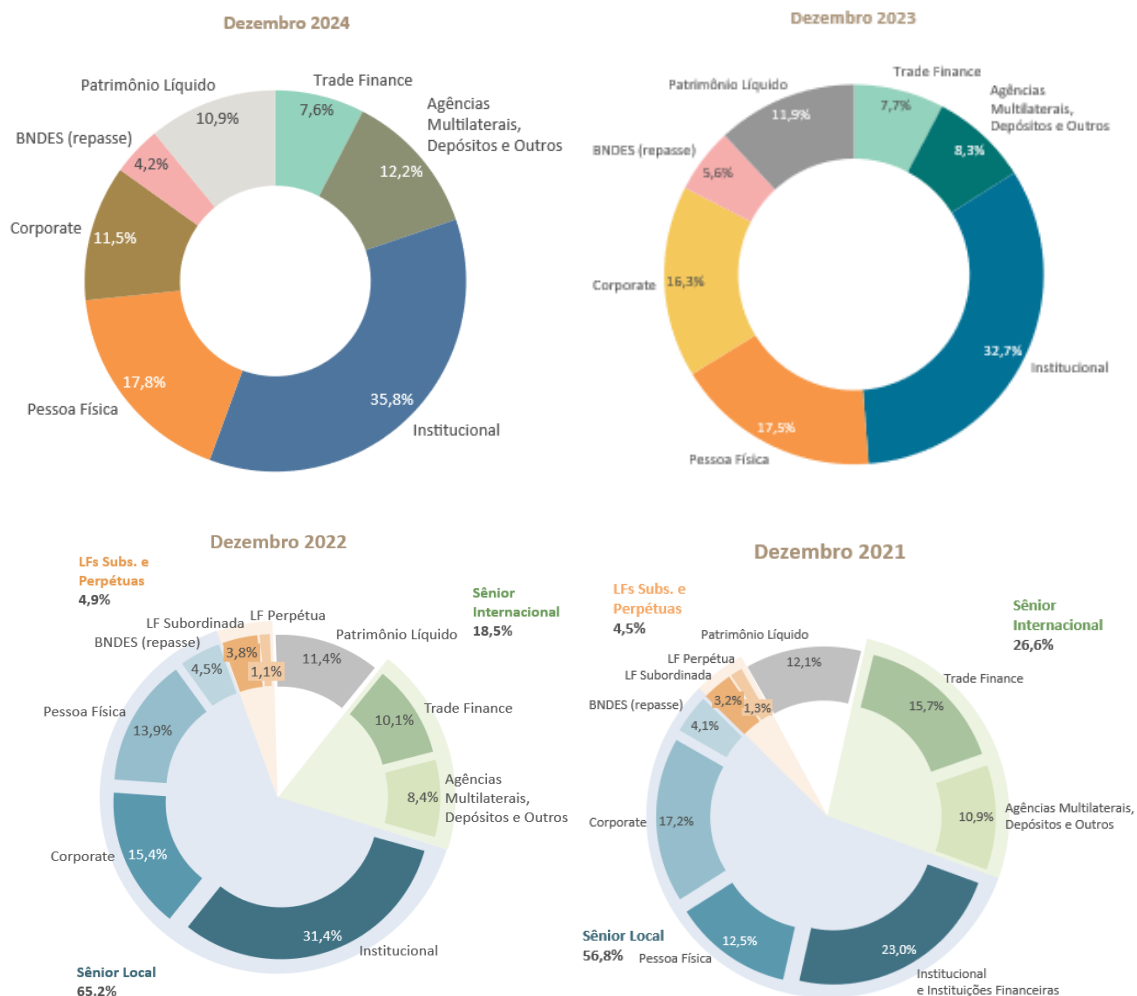
	Dezembro de 2023					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	4.076.193	4.805.751	791.480	856.520	10.529.944
Obrigações por empréstimos – exterior	-	3.173.831	3.450.820	1.260	21	6.625.932
Repasses no país – BNDES	-	20.326	62.113	123.507	147.257	353.203
Repasses no país - FINAME	-	702.641	719.927	545.250	126.488	2.094.306
Repasses no país – outras Instituições	-	72.437	204.486	13.151	-	290.074
Obrigações por repasses – exterior (Nota 12.b)	-	106.958	368.405	108.312	582.754	1.166.429

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.879.922	4.637.757	907.694	1.049.367	10.474.740
Obrigações por empréstimos – exterior	-	3.628.612	3.100.063	62.853	-	6.791.528
Repasses no país – BNDES	-	99.593	153.042	135.357	205.267	593.259
Repasses no país – FINAME	-	50.848	326.772	573.529	169.541	1.120.690
Repasses no país – outras instituições	-	100.869	198.753	19.894	-	319.516
Obrigações por repasses – exterior (Nota 12.b)	-	-	859.127	116.061	674.559	1.649.747

(Valores em R\$ mil)

Representatividade das fontes de financiamento de terceiros



e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes Adicionais de Captação

O Banco possui um Plano de Contingência de Liquidez (PCL) aprovado pelo Conselho de Administração. As ações a serem tomadas em uma eventual situação de crise de liquidez não são restritas à gestão de ativos e passivos, mas também incluem controles, informações e comunicação.

O foco do PCL são problemas de baixa probabilidade e alto impacto.

A intensidade de uma crise deve ser avaliada regularmente, já que problemas inicialmente amenos podem tornar-se muito sérios relativamente rápido. Por isso, o PCL leva em conta tanto o estágio quanto a intensidade da crise. Eventualmente o cenário usado deve ser novamente selecionado para adequar-se às condições de liquidez do mercado.

Utilizamos um cenário de crise sistêmica e um específico da instituição financeira (idiossincrático). Outros cenários alternativos podem ser criados, como, por exemplo, a interrupção dos sistemas de pagamento.

Seguem algumas das principais medidas a serem tomadas em casos de crises de liquidez:

- Vender ativos líquidos;
- Securitizar ativos ilíquidos;
- Solicitar e acessar linhas de crédito disponíveis com terceiros;
- Emitir DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial);
- Contratar fianças e liberar margem BM&F de títulos públicos e outros ativos líquidos;
- Negociar pré-pagamento de ativos;
- Solicitar e acessar a liquidez disponível junto ao controlador;
- Vender carteira de crédito e outros recebíveis para outras instituições financeiras;
- Ajustar a taxa para aumentar depósitos;
- Criar plano de retenção de depósitos;
- Criar plano para lidar com resgates antecipados;
- Reduzir seletivamente o crescimento de ativos.

Essas medidas não precisam ser tomadas necessariamente na ordem em que foram listadas acima, e estarão sujeitas às condições de mercado no momento em que forem tomadas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Como a principal atividade do ABC Brasil é a intermediação financeira, suas dívidas são compostas pelo seu passivo circulante e exigível a longo prazo, conforme sumarizado na tabela abaixo:

PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total
Depósitos	11.333.950	16,9%	10.472.468	19,1%	10.354.303	19,8%
Captações no Mercado Aberto	1.957.701	2,9%	1.683.322	3,1%	1.448.963	2,8%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	23.149.896	34,5%	19.805.243	36,2%	17.351.698	33,2%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.022.797	20,9%	10.633.277	19,4%	10.474.740	20,1%
Dívidas Subordinadas	3.623.636	5,4%	2.517.389	4,6%	2.247.416	4,3%
Outras Obrigações	13.086.883	19,5%	9.635.542	17,6%	10.324.361	19,8%
TOTAL	67.174.863	100,0%	54.747.241	100,0%	52.201.481	100,0%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com instituições financeiras que julguemos ser relevantes para o ABC Brasil.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

Dívidas subordinadas
2024, 2023 e 2022

Em dezembro de 2024, o ABC Brasil possuía saldo de R\$2.055.969 mil referente às captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação.

O saldo referente a captações com letras financeiras subordinadas perpétuas era de R\$1.567.667 mil em dezembro de 2024, sendo que houve novas emissões ao longo do ano de 2024.

A composição do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 ficou assim demonstrada:

	Banco e Consolidado		
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Total	Total	Total
Dívida subordinada	3.623.636	2.517.389	2.247.416
Letras financeiras	2.055.969	2.014.932	1.742.379
Letras financeiras Perpétuas	1.567.667	502.457	505.037

Na ocorrência das hipóteses de liquidação extrajudicial ou de decretação de falência do Banco, a lei atribui uma ordem de prioridade de pagamento entre as diversas classes de credores da massa. Exclusivamente no tocante às dívidas integrantes do endividamento do Banco, a seguinte ordem deve ser obedecida: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; e (iii) dívidas subordinadas. Uma vez habilitados os créditos e definida sua classificação, uma classe só terá acesso ao resultado da liquidação do ativo do Banco, desde que existam créditos não pagos nas classes precedentes.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

As dívidas de longo prazo contraídas pelo ABC Brasil preveem a antecipação do seu vencimento, quando da ocorrência de determinados eventos. Até 30 de dezembro de 2024 não houve descumprimento de obrigações financeiras e não financeiras assumidas pelo Banco sob os instrumentos que formalizam as dívidas por ele contraídas.

Com o objetivo de otimizar a estrutura de capital, durante o período de 2024, o Banco iniciou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, elegíveis a compor o Patrimônio de Referência após aprovação do Banco Central do Brasil. O saldo das emissões ao final do ano de 2024 era de R\$ R\$1.567.667 mil.

O Banco emitiu, em 8 de abril de 2010, notas subordinadas designadas “7.875% Subordinated Notes due 2020” (Notas Subordinadas com vencimento em 2020), no valor de US\$300.000.000,00, e em setembro de 2012, houve uma reabertura desta emissão em que foram emitidas notas adicionais no valor de US\$100.000.000,00. Em 8 de abril de 2020, a dívida subordinada decorrente das captações no exterior, foi integralmente liquidada conforme termos contratuais.

De acordo com os documentos que formalizaram as notas subordinadas, o Banco obrigou-se a não realizar qualquer operação de incorporação, fusão e/ou cisão e a não alienar seus bens e/ou a transferir suas obrigações a terceiros, salvo se houver o prévio consentimento dos titulares das referidas notas e/ou se a entidade que receber tais ativos ou que suceder o Banco se comprometa a cumprir com todas as obrigações, inclusive as de pagamento de principal e juros, decorrentes de todas as aludidas notas.

Adicionalmente, o ABC Brasil instituiu, em janeiro de 2011, um programa para emissão e distribuição de notas designado “Banco ABC Brasil S.A. US\$3.000.000.000,00 Global Medium Term Note Programme”.

De acordo com os documentos do programa citado no parágrafo acima, o Banco e suas controladas obrigaram-se a não conceder garantias sobre seus bens para garantir dívidas contraídas pelo Banco, por suas controladas e/ou por terceiros, exceto se tais garantias forem constituídas e/ou compartilhadas em garantia das notas e em alguns casos específicos, expressamente previstos nos documentos das notas.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo ABC Brasil constantes do instrumento “*IFC Global Trade Finance Program: Guarantee Facility*”, datado de 16 de julho de 2009: (i) não criar ou permitir a criação de quaisquer garantias sobre seus bens e receitas, a exceção de casos específicos previstos no referido instrumento; (ii) não alienar e/ou transferir quaisquer de suas propriedades e/ou bens que exceder 20% do total do seu ativo; e (iii) não

realizar qualquer fusão, cisão ou incorporação. Esta captação foi integralmente liquidada no mês de dezembro de 2020.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco junto ao IDB Invest constantes do instrumento “*TFFP - TRADE FINANCE FACILITATION PROGRAM*”, datado de 01 de setembro de 2020:

- (i) Índice de Basiléia não inferior a 11,50%;
- (ii) Índice Nível I não inferior a 8,50%;
- (iii) Gap de Liquidez não inferior a 0;
- (iv) Índice de Cobertura de Liquidez não inferior a 125%;
- (v) Índice de Exposição Cambial não superior a 15%;
- (vi) Índice de Exposição de Grupo Econômico não superior a 25%; e
- (vii) Índice de Exposição de Crédito em Aberto sobre Patrimônio de Referência
 - não superior a 20% (vinte por cento) até 31 de dezembro de 2021 e
 - não superior a 15% (quinze por cento) após 31 de dezembro de 2021.

Segue a relação de *covenants* financeiros assumidos pelo ABC Brasil no instrumento referido no parágrafo acima, e o nível de cada indicador em dezembro de 2024:

- a) Manter a taxa de capital disponível em relação aos ativos ponderados por risco não inferior a onze inteiros e cinquenta centésimo por cento (11,50%) => 16,48%;
- b) Manter a taxa do Índice Nível I em relação aos ativos ponderados não inferior a oito inteiros e cinquenta centésimo por cento (8,50%) => 14,14%;
- c) Manter o Gap de Liquidez, ativos e os compromissos extrapatrimoniais com vencimento em 90 (noventa) dias (incluindo os Ativos Líquidos) em relação aos passivos e os passivos extrapatrimoniais com vencimento dentro de 90 (noventa) dias (incluindo Dívida de Curto Prazo) não inferior a zero (0) => R\$12.383,2 milhões;
- d) Manter a taxa do Índice de Cobertura de Liquidez - LCR não inferior a cento e vinte e cinco por cento (125%) => 236%;
- e) Manter a taxa do índice de exposição cambial em relação ao Patrimônio de Referência não superior a quinze por cento (15%) => 2,12%;
- f) Manter a taxa de exposição a um único grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte e cinco por cento (25%) => 10,76%;
- g) Manter a taxa de exposição a créditos problemáticos menos provisionamento para devedores de liquidação duvidosa sobre o Patrimônio de Referência não superior a vinte por cento (20%) até 31 de

dezembro de 2021 e não superior a quinze por cento (15%) após 31 de dezembro de 2021 => 2,65%;

- h) Caso a regulação bancária do país onde o Banco é incorporado estabeleça requerimentos financeiros ou taxas mais restritivas do que as listadas acima, o Banco deverá observar e estar em conformidade com esses requerimentos mais restritivos.

Por fim, segue a relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco junto à Proparco - Filial da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) em instrumento datado em 15/01/2021 e o nível de cada indicador em dezembro de 2024:

- a) Índice de Adequação de Capital
Manter o Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados por risco não inferior a onze por cento (11,00%) => 16,48%;
- b) Índice de Exposição a Créditos Problemáticos
Manter a exposição a créditos problemáticos em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte e cinco por cento (25%) => -1,97%;
- c) Índice de Grandes Exposições Agregadas
Manter a exposição a um único grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência não superior quatrocentos por cento (400%) => 0,00%;
- d) Índice de Empréstimos a Partes Relacionadas
Manter os empréstimos a partes relacionadas em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte por cento (20%) => 0,06%;
- e) Índice de Cobertura de Liquidez
Manter a Cobertura de Liquidez (LCR) acima de cem por cento (100%) => 236%;
- f) Índice de Exposição a Posições Abertas
Manter a exposição a posições abertas em moeda estrangeira não garantidas em relação ao Patrimônio de Referência não superior a trinta por cento (30%) => 2,12%;

Em 30 de dezembro de 2024 os níveis de todos os indicadores constantes na relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco estavam dentro dos limites acordados.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, em dezembro de 2024, o Banco possuía os seguintes limites e indicadores: (i) Patrimônio de Referência compatível com os

riscos de sua atividade (o Banco possuía Patrimônio de Referência de R\$8.961,6 milhões); (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente (o imobilizado do Banco representava 3,16% do valor do Patrimônio de Referência); (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente (o maior cliente do Banco possuía exposição de 10,76% do Patrimônio de Referência); e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento (o banco possuía Índice de Basileia de 16,48% e Patrimônio Líquido de R\$6.411,1 milhões).

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: (i) a concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas ligadas, administradores e parentes; e (ii) a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5% e Capital Principal de no mínimo 8,0% (o Índice de Basileia do Banco ao final de dezembro de 2024 era de 16,48%). Além disso, há restrições a concentração de risco, de forma que ao final do ano de 2024 o valor limite para utilização dos financiamentos obtidos em operação de crédito a qualquer pessoa ou conjunto de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum era de R\$2.240,4 milhões (25% do Patrimônio de Referência de R\$8.961,6 milhões).

Ao final do ano de 2024, as dívidas com captações conforme descrito no item 2.1.d somavam o total de R\$54.088 milhões (R\$45.112 milhões ao final de 2023 e R\$41.887 milhões ao final de 2022), e financiavam uma carteira contábil de empréstimos de R\$22.761 milhões (R\$23.922 milhões ao final de 2023 e R\$25.433 milhões ao final de 2022) e uma carteira de títulos privados de R\$15.607 milhões (R\$10.224 milhões ao final de 2023 e R\$6.025 milhões ao final de 2022).

Em termos percentuais, 70,9% das dívidas descritas no item 2.1.d eram usadas para financiar as carteiras de empréstimos e títulos privados, supracitadas, ao final do ano de 2024 (75,7% ao final de 2023 e 75,1% ao final de 2022).

Restrições à Concentração de Risco

A legislação brasileira proíbe as instituições financeiras de concentrarem riscos em apenas uma pessoa ou grupo de pessoas relacionadas. A legislação também proíbe que uma instituição financeira conceda crédito a qualquer pessoa ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse comum, em valor total, igual ou superior, a 25,0% do Patrimônio de Referência da instituição financeira. Essa limitação se aplica a quaisquer operações que impliquem concessão de crédito, incluindo as que envolvam:

- empréstimos e adiantamentos;
- garantias; e
- subscrição, compra e renegociação de valores mobiliários.

Restrições a Investimentos

As instituições financeiras não podem:

- Deter, em bases consolidadas, ativos permanentes que excedam 50,0% de seu Patrimônio de Referência;
- Deter imóveis, exceto imóveis para seus próprios escritórios e filiais; ou
- Adquirir participações, direta ou indireta, no capital de quaisquer sociedades sediadas no país ou no exterior sem a prévia aprovação do Banco Central.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

ATIVO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total	Dez/24 x Dez/23	Dez/23 x Dez/22
Disponibilidades	540.043	0,7%	647.009	1,1%	329.879	0,6%	-16,5%	96,1%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.062.533	8,2%	5.092.910	8,4%	6.149.351	10,7%	19,0%	-17,2%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	31.698.758	43,1%	21.935.838	36,2%	15.959.053	27,8%	44,5%	37,5%
Relações Interfinanceiras	751.266	1,0%	608.284	1,0%	293.766	0,5%	0,0%	0,0%
Operações de Crédito	22.227.242	30,2%	23.062.276	38,0%	24.739.609	43,1%	-3,6%	-6,8%
Outros Créditos	11.828.740	16,1%	8.881.876	14,6%	9.581.016	16,7%	33,2%	-7,3%
Outros Valores e Bens	194.268	0,3%	156.112	0,3%	176.253	0,3%	24,4%	-11,4%
Permanente	283.127	0,4%	248.307	0,4%	179.917	0,3%	14,0%	38,0%
TOTAL DO ATIVO	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.844	100,0%	21,4%	5,6%
PASSIVO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total	Dez/24 x Dez/23	Dez/23 x Dez/22
Depósitos	11.333.950	15,4%	10.472.468	17,3%	10.354.303	18,0%	8,2%	1,1%
Captações no Mercado Aberto	1.957.701	2,7%	1.683.322	2,8%	1.448.963	2,5%	16,3%	16,2%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	23.149.896	31,5%	19.805.243	32,7%	17.351.698	30,2%	16,9%	14,1%
Relações Interdependências	62.094	0,1%	160.494	0,3%	100.200	0,2%	-61,3%	60,2%
Obrigações por Empréstimos	11.571.125	15,7%	7.895.694	13,0%	8.441.275	14,7%	46,5%	-6,5%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.451.672	3,3%	2.737.583	4,5%	2.033.465	3,5%	-10,4%	34,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.913.327	5,3%	2.353.893	3,9%	1.958.193	3,4%	66,2%	20,2%
Outras Obrigações	12.735.098	17,3%	9.638.544	15,9%	10.513.384	18,3%	32,1%	-8,3%
Resultado de Exercícios Futuros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio Líquido	6.411.114	8,7%	5.885.371	9,7%	5.207.403	9,1%	8,9%	13,0%
TOTAL DO PASSIVO	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.844	100,0%	21,4%	5,6%

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 2024, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$6.062,6 milhões, aumento de 19,0% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto e em moedas estrangeiras.

Em 2023, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$5.092,9 milhões, redução de 17,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu entre outros, da redução de Operações Compromissadas

Em 2022, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$6.149,4 milhões, aumento de 101,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 2024, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$31.698,8 milhões, apresentando um aumento de 44,5% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria e pelo aumento da carteira de derivativos.

Em 2023, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$21.935,8 milhões, apresentando um aumento de 37,5% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria e pelo aumento da carteira de derivativos.

Em 2022, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$15,959,0 milhões, apresentando um aumento de 9,8% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria apesar da diminuição do saldo de derivativos.

Operações de crédito

Em 2024, o saldo de operações de crédito totalizou R\$22.227,2 milhões, redução de 3,6% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$23.062,3 milhões.

Em 2023, o saldo de operações de crédito totalizou R\$23.062,3 milhões, redução de 6,8% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$24.739,6 milhões.

Em 2022, o saldo de operações de crédito totalizou R\$24.739,6 milhões, crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$22.321,0 milhões.

Outros créditos

Em 2024, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$11.838,7 milhões, crescimento de 33,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Em 2023, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$8.881,9 milhões, redução de 7,3% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pela redução da carteira de câmbio.

Em 2022, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$9.581,0 milhões, crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Depósitos

Em 2024, o saldo dos depósitos somou R\$11.333,9 milhões, apresentando aumento de 8,2% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento dos Depósitos a Prazo, compensando uma diminuição do saldo de Depósitos à Vista e Interfinanceiros.

Em 2023, o saldo dos depósitos somou R\$10.472,5 milhões, apresentando aumento de 1,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento dos Depósitos à Vista e Interfinanceiros, compensando uma diminuição do saldo de Depósitos a Prazo.

Em 2022, o saldo dos depósitos somou R\$10.354,3 milhões, apresentando aumento de 30,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente à aumento dos Depósitos a Prazo.

Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 2024, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$23.149,9 milhões, apresentando aumento de 16,9% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito ao Agronegócio.

Em 2023, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$19.805,2 milhões, apresentando aumento de 14,1% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito Imobiliárias.

Em 2022, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$17.351,7 milhões, apresentando aumento de 40,6% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito ao Agronegócio.

Obrigações por empréstimos

Em 2024, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$11.571,1 milhões, apresentando um aumento de 46,5% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pelo aumento da linha de obrigações por empréstimos e de repasses no exterior.

Em 2023, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$7.895,7 milhões, apresentando uma queda de 6,5% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pela redução da linha de obrigações por empréstimos e repasses no exterior.

Em 2022, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$8.441,3 milhões, apresentando uma queda de 17,9% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pela redução da linha de obrigações por empréstimos e repasses no exterior.

Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Em 2024, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.451,7 milhões, apresentando redução de 10,4% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, da diminuição das operações de repasses de recursos do FINAME.

Em 2023, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.737,6 milhões, apresentando aumento de 34,6% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do FINAME.

Em 2022, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.033,4 milhões, apresentando aumento de 29,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do FINAME.

Outras obrigações

Em 2024, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$12.735,1 milhões, apresentando crescimento de 32,1% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento no saldo da Carteira de Câmbio.

Em 2023, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$9.638,5 milhões, apresentando uma queda de 8,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido à redução no saldo da Carteira de Câmbio.

Em 2022, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$10.513,4 milhões, apresentando crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido à redução no saldo da Carteira de Câmbio.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

2024 e 2023

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
(R\$ milhões, exceto percentuais)					
Receitas da Intermediação Financeira	10.310,1	100,0%	5.616,4	100,0%	83,6%
Despesas da Intermediação Financeira	(8.551,8)	-82,9%	(4.087,8)	-72,8%	109,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.758,4	17,1%	1.528,7	27,2%	15,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(503,6)	-4,9%	(467,8)	-8,3%	7,6%
Resultado Operacional	1.254,8	12,2%	1.060,9	18,9%	18,3%
Resultado não Operacional	8,6	0,1%	4,0	0,1%	112,9%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	1.263,4	12,3%	1.064,9	19,0%	18,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12,2)	-0,1%	59,7	1,1%	-120,5%
Participação nos Lucros	(259,3)	-2,5%	(259,5)	-4,6%	-0,1%
Participação de Acionistas Não Controladores	(20,6)	-0,2%	(13,5)	-0,2%	52,0%
Lucro Líquido	971,3	9,4%	851,6	15,2%	14,1%
¹ Calculado sobre as receitas da intermediação financeira					

O lucro líquido aumentou 14,1%, para R\$971,3 milhões em 2024, comparado com os R\$851,6 milhões em 2023, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
(R\$ milhões, exceto percentuais)					
Operações de Crédito	5.031,0	48,8%	2.675,8	47,6%	88,0%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.165,2	30,7%	2.817,5	50,2%	12,3%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.087,5	10,5%	298,7	5,3%	264,0%
Resultado de Operações de Câmbio	1.026,5	10,0%	(175,6)	-3,1%	-684,6%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Receitas de Intermediação Financeira	10.310,1	100,0%	5.616,4	100,0%	83,6%
¹ Calculado sobre as receitas da intermediação financeira					

As receitas da intermediação financeira aumentaram 83,6%, atingindo R\$10.310,1 milhões em 2024, comparado com os R\$5.616,4 milhões em 2023, devido ao incremento nas linhas de Operações de Crédito e nos Resultados de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 2024, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$5.031,0 milhões, um aumento de 88,0% comparado com o resultado em 2023, que foi de R\$2.675,8 milhões. Esse resultado é explicado, principalmente pela variação cambial das operações de crédito que impactou positivamente essa linha, assim como pelo accrual de juros das operações.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 12,3%, atingindo R\$3.165,2 milhões em 2024, comparado com os R\$2.817,5 milhões em 2023. Esse resultado é explicado, principalmente pelo accrual de juros e marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e disponíveis para venda.

O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram resultado de R\$1.087,5 milhões em 2024, comparado com os R\$298,7 milhões registrados em 2023. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de hedge cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento feito em dólar pelo ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do hedge feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com

derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado de R\$1.026,5 milhões em 2024, comparado com resultado negativo de R\$175,6 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo dos últimos trimestres.

Despesas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
Operações de Captação no Mercado	(4.276,4)	50,0%	(3.704,8)	90,6%	15,4%
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.081,8)	47,7%	(58,0)	1,4%	6942,6%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(0,2)	0,0%	(325,6)	8,0%	-99,9%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	(191,2)	2,2%	0,6	0,0%	33881,6%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(2,1)	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(8.551,8)	100,0%	(4.087,8)	100,0%	109,2%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira aumentaram em 109,2%, atingindo R\$8.551,8 milhões em 2024, comparado com a despesa de R\$4.087,8 milhões registrados em 2023. Esse aumento foi causado majoritariamente devido às maiores despesas relacionadas às linhas de Operações de Empréstimos e Repasses e das Operações de Captação no Mercado.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 15,4%, atingindo R\$4.276,4 milhões em 2024, comparado com os R\$3.704,8 milhões registrados em 2023, devido principalmente ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses variaram em 6.942,6%, atingindo o valor de R\$4.081,8 milhões em 2024, comparado com os R\$58,0 milhões registrados em 2023. O aumento dessas despesas se referem a maiores custos com variações cambiais, juros e correções monetárias relacionados às captações internacionais.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa diminuiu em 99,9%, atingindo R\$204 mil em 2024, comparado com os R\$325,6 milhões em 2023. Essa variação é decorrente da finalização da Recuperação Judicial de um crédito isolado do segmento C&IB.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio atingiu R\$191,2 milhões em 2024, ante a um valor positivo de R\$566 mil em 2023. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira aumentou em 15,0%, atingindo R\$1.758,4 milhões em 2024, comparado com os R\$1.528,7 milhões em 2023.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

(R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
Receitas de Prestação de Serviços	490,9	-97,5%	395,7	-84,6%	24,0%
Despesas de Pessoal	(521,3)	103,5%	(477,2)	102,0%	9,2%
Outras Despesas Administrativas	(353,1)	70,1%	(303,4)	64,9%	16,4%
Despesas Tributárias	(120,9)	24,0%	(136,6)	29,2%	-11,5%
Outras Receitas Operacionais	20,3	-4,0%	85,5	-18,3%	-76,3%
Outras Despesas Operacionais	(19,4)	3,9%	(31,9)	6,8%	-39,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(503,6)	100,0%	(467,8)	100,0%	7,6%

¹Calculado sobre outras receitas (despesas) operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram R\$503,6 milhões em 2024, aumento de 7,6% em relação aos R\$467,8 milhões registrados em 2023, principalmente devido ao incremento nas Receitas de Prestações de Serviços, mesmo considerando o aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços aumentaram 24,0%, atingindo R\$490,9 milhões em 2024, comparado com R\$395,7 milhões em 2023. Esse resultado é explicado, principalmente pelo aumento das receitas do Banco de Investimentos, segmento que obteve no ano o seu maior resultado histórico.

As Despesas de Pessoal aumentaram 9,2%, atingindo R\$521,3 milhões em 2024, comparado com R\$477,2 milhões em 2023, devido principalmente ao aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle* e da maturação das iniciativas de negócios, com foco na diversificação das fontes de receitas e crescimento nas linhas de negócios.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 16,4%, atingindo R\$353,1 milhões em 2024, comparado com os R\$303,4 milhões registrados em 2023. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias reduziram em 11,5%, atingindo R\$120,9 milhões em 2024, comparado com R\$136,6 milhões em 2023, devido a uma maior gestão no pagamento de tributos municipais, estaduais e federais.

Outras Receitas Operacionais reduziram em 76,3%, atingindo R\$20,3 milhões em 2024, comparado com os R\$85,5 milhões registrados em 2023.

Outras Despesas Operacionais reduziram em 39,1%, atingindo R\$19,4 milhões em 2024, comparado com os R\$19,4 milhões registrados em 2023.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou um montante de R\$1.254,8 milhões em 2024, comparado com o montante de R\$1.060,9 milhões em 2023.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional aumentou em 112,9%, atingindo R\$8,6 milhões em 2024, comparado com a receita de R\$4,0 milhões registrada em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu um valor negativo de R\$12,2 milhões em 2024, ante um valor positivo de R\$59,7 milhões em 2023, representando uma variação de 120,5%. Esse resultado é consequência, principalmente, de uma base de cálculo de imposto e contribuição superior ao do último ano.

Participações nos Lucros

A despesa com Participação nos Lucros diminuiu em 0,1%, atingindo R\$259,3 milhões em 2024 ante R\$259,5 milhões em 2023, resultado principalmente da expansão da rentabilidade do Banco.

Participações de Acionistas Não Controladores

A despesa com Participação de Acionistas Não Controladores aumentou 52,0%, atingindo R\$20,6 milhões em 2024 ante R\$13,5 milhões em 2023, resultado do modelo de *partnership* adotada pelo banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do ABC Brasil aumentou 14,1%, para R\$971,3 milhões em 2024, comparado com os R\$851,6 milhões registrados em 2023.

2023 e 2022

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Variação
(R\$ milhões, exceto percentuais)					
Receitas da Intermediação Financeira	5.616,4	100,0%	4.181,1	100,0%	34,3%
Despesas da Intermediação Financeira	(4.087,8)	-72,8%	(2.607,7)	-62,4%	56,8%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.528,7	27,2%	1.573,4	37,6%	-2,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(467,8)	-8,3%	(405,1)	-9,7%	15,5%
Resultado Operacional	1.060,9	18,9%	1.168,3	27,9%	-9,2%
Resultado não Operacional	4,0	0,1%	0,7	0,0%	486,3%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	1.064,9	19,0%	1.169,0	28,0%	-8,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	59,7	1,1%	(115,5)	-2,8%	-151,7%
Participação nos Lucros	(259,5)	-4,6%	(250,8)	-6,0%	3,5%
Participação de Acionistas Não Controladores	(13,5)	-0,2%	(2,5)	-0,1%	450,3%
Lucro Líquido	851,6	15,2%	800,2	19,1%	6,4%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

O lucro líquido aumentou 6,4%, para R\$851,6 milhões em 2023, comparado com os R\$800,2 milhões em 2022, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Variação
(R\$ milhões, exceto percentuais)					
Operações de Crédito	2.675,8	47,6%	2.451,6	58,6%	9,1%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.817,5	50,2%	1.629,4	39,0%	72,9%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	298,7	5,3%	132,6	3,2%	125,3%
Resultado de Operações de Câmbio	(175,6)	-3,1%	(33,2)	-0,8%	429,5%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,6	0,0%	-100,0%
Receitas de Intermediação Financeira	5.616,4	100,0%	4.181,1	100,0%	34,3%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram 34,3%, atingindo R\$5.616,4 milhões em 2023, comparado com R\$2.451,6 milhões em 2022, devido ao incremento nas linhas de Operações de Crédito e nos Resultados de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 2023, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$2.675,8 milhões, um aumento de 9,1% comparado com o resultado em 2022, que foi de R\$2.451,6 milhões. Esse resultado é explicado, principalmente pela variação cambial nos últimos trimestres que impactou positivamente essa linha e pelo accrual de juros das operações.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 72,9%, atingindo R\$2.817,5 milhões em 2023, comparado com os R\$1.629,4 milhões em 2022. Esse resultado é explicado, principalmente pelo accrual de juros e marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação.

O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram resultado de R\$298,7 milhões em 2023, comparado com os R\$132,6 milhões registrados em 2022. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de hedge cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento

feito em dólar pelo ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do hedge feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado negativo de R\$175,6 milhões em 2023, comparado com resultado negativo de R\$33,2 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo dos últimos trimestres.

Despesas da Intermediação Financeira

(R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Variação
Operações de Captação no Mercado	(3.704,8)	90,6%	(2.979,8)	114,3%	24,3%
Operações de Empréstimos e Repasses	(58,0)	1,4%	602,2	-23,1%	-109,6%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(325,6)	8,0%	(230,4)	8,8%	41,3%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	0,6	0,0%	0,4	0,0%	45,1%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(4.087,8)	100,0%	(2.607,7)	100,0%	56,8%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira aumentaram em 56,8%, atingindo R\$4.087,8 milhões em 2023, comparado com a despesa de R\$2.607,7 milhões registrados em 2022. Esse aumento foi causado majoritariamente devido às maiores despesas relacionadas às linhas de Operações de Captação no Mercado e Operações de Empréstimos e Repasses, além do aumento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 24,3%, atingindo R\$3.704,8 milhões em 2023, comparado com R\$2.979,8 milhões registrados em 2022, devido principalmente ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses variaram em 109,6%, atingindo o valor de R\$58,0 milhões em 2023, ante o valor positivo de R\$602,2 milhões registrados em 2022. Aumento dessas despesas se referem a maiores custos com juros relacionados às captações internacionais.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 41,3%, atingindo R\$325,6 milhões em 2023, comparado com R\$230,4 milhões em 2022. Essa variação é decorrente do aumento do provisionamento devido principalmente a um evento isolado de um cliente no segmento C&IB, que gerou um incremento na constituição de provisões.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio foi próxima a R\$600 mil em 2023, diminuição de 45,1% em relação a 2022, quando a despesa foi de R\$400 mil. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira recuou 2,8%, atingindo R\$1.528,7 milhões em 2023, comparado com R\$1.573,4 milhões em 2022.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

(R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Variação
Receitas de Prestação de Serviços	395,7	-84,6%	401,9	-99,2%	-1,5%
Despesas de Pessoal	(477,2)	102,0%	(404,7)	99,9%	17,9%
Outras Despesas Administrativas	(303,4)	64,9%	(263,1)	65,0%	15,3%
Despesas Tributárias	(136,6)	29,2%	(112,3)	27,7%	21,6%
Outras Receitas Operacionais	85,5	-18,3%	7,8	-1,9%	990,0%
Outras Despesas Operacionais	(31,9)	6,8%	(34,7)	8,6%	-8,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(467,8)	100,0%	(405,1)	100,0%	15,5%

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram R\$467,8 milhões em 2023, aumento de 15,5% em relação aos R\$405,1 milhões registrados em 2022, principalmente devido ao aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços diminuíram 1,5%, atingindo R\$395,7 milhões em 2023, comparado com R\$401,9 milhões em 2022. Essa redução é consequência principalmente da queda da receita de Banco de Investimentos, segmento que obteve no ano anterior o seu maior resultado histórico.

As Despesas de Pessoal aumentaram 17,9%, atingindo R\$477,2 milhões em 2023, comparado com R\$404,7 milhões em 2022, devido principalmente ao aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle* e da maturação das iniciativas de negócios, com foco na diversificação das fontes de receitas e crescimento nas linhas de negócios.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 15,3%, atingindo R\$303,4 milhões em 2023, comparado com os R\$263,1 milhões registrados em 2022. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias aumentaram em 21,6%, atingindo R\$136,6 milhões em 2023, comparado com R\$112,3 milhões em 2022, devido ao aumento do volume de negócios de crédito e serviços prestados pelo Banco.

Outras Receitas Operacionais aumentaram em 990,0%, atingindo R\$85,5 milhões em 2023, comparado com os R\$7,8 milhões registrados em 2022.

Outras Despesas Operacionais reduziram em 8,6%, atingindo R\$31,9 milhões em 2023, comparado com os R\$34,7 milhões registrados em 2022.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou um montante de R\$1.060,9 milhões em 2023, comparado com o montante de R\$1.168,3 milhões em 2022.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional aumentou em 486,3%, atingindo R\$4,0 milhões em 2023, comparado com a receita de R\$0,7 milhões registrada em 2022.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu um valor positivo de R\$59,7 milhões em 2023, ante um valor negativo de R\$115,5 milhões em 2022, representando um queda de 151,7%. Essa variação é consequência, principalmente, de uma base de cálculo de imposto e contribuição superior ao do último ano.

Participações nos Lucros

A despesa com Participação nos Lucros aumentou 3,5%, atingindo R\$259,5 milhões em 2023 ante R\$250,8 milhões em 2022, resultado principalmente da expansão da rentabilidade do Banco.

Participações de Acionistas Não Controladores

A despesa com Participação de Acionistas Não Controladores aumentou 450,3%, atingindo R\$13,5 milhões em 2023 ante R\$2,5 milhões em 2022, resultado do modelo de *partnership* adotada pelo banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do ABC Brasil aumentou 6,4%, para R\$851,6 milhões em 2023, comparado com os R\$800,2 milhões registrados em 2022.

a) Resultado das Operações do Banco

i) Descrição de Quaisquer Componentes Importantes da Receita

Resultado Operacional

Resultado Operacional Gerencial (R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Despesa de Provisão	(278,3)	(327,5)	(235,4)	-15,0%	39,1%
Margem Financeira Gerencial pós-Provisão	2.097,4	1.917,7	1.783,6	9,4%	7,5%
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Despesas de Pessoal & Outras Administrativas	(769,4)	(687,8)	(600,2)	11,9%	14,6%
Despesas Tributárias & Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(93,3)	(91,1)	(119,2)	2,4%	-23,6%
Resultado Operacional	1.708,9	1.522,6	1.452,5	12,2%	4,8%

Destacamos na tabela acima o Resultado Operacional Gerencial do Banco em 2024, que apresentou um crescimento de 12,2% em relação ao ano de 2023. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 5,8% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pelo crescimento da Margem com Clientes e da Margem com Mercado – e da Receita de Serviços, com um aumento de 23,5% devido a um ano recorde de receitas do Banco de Investimentos.

No comparativo entre os anos de 2023 e 2022, o Resultado Operacional apresentou um crescimento de 4,8%. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 11,2% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pelo crescimento de todas as suas linhas.

Margem Financeira Gerencial pré-Provisão

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	503,6	559,7	474,8	-10,0%	17,9%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	1.364,2	1.250,5	4,9%	9,1%
Margem Financeira com Mercado	440,8	321,3	293,6	37,2%	9,4%

A Margem Financeira Gerencial pré-Provisão apresentou crescimento de 5,8% no comparativo entre os anos de 2024 e 2023, comparado a um crescimento de 11,2% entre os anos de 2023 e 2022. As variações são oriundas da composição da tabela acima, onde: (i) a remuneração do Patrimônio Líquido a CDI reflete o comportamento deste indexador entre os períodos (a taxa do CDI médio em 2024, 2023 e 2022 foi de, respectivamente, 10,83%, 13,21% e 12,45%, de acordo com dados da B3. O patrimônio líquido médio foi de, respectivamente, R\$6.199 milhões, R\$5.489 milhões e R\$4.932 milhões, nos mesmos períodos). Como o CDI médio apresentou uma menor taxa média de remuneração no último exercício social, o resultado dessa linha entre 2024 e 2023 diminuiu em 10,0%. Comparando o resultado da mesma linha entre 2023 e 2022, observamos um aumento de 17,9%, reflexo do aumento do CDI médio no período; (ii) a Margem Financeira com Clientes cresceu 4,9% no comparativo de 2024 com 2023, refletindo principalmente a melhora no mix de produtos e uma maior participação de receitas com baixa alocação de capital. Na comparação de 2023 em relação a 2022, a Margem Financeira com Clientes cresceu 9,1%, refletindo

principalmente a melhora no mix de produtos; e (iii) a Margem Financeira com o Mercado, que reflete o resultado das operações de tesouraria do Banco, apresentou um crescimento de 37,2% entre 2024 e 2023 e de 9,4% entre os anos de 2023 e 2022. A exposição média a risco de mercado medido pelo VaR da carteira trading foi de R\$4,5 milhões, R\$3,4 milhões e R\$2,9 milhões, respectivamente, em 2024, 2023 e 2022 (valor em risco estimado através do método de simulação histórica com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%). O aumento na Margem com Mercado pode ser explicado, primariamente, pelo maior volume de transações de juros e câmbio.

Receita de Serviços

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Garantias Prestadas	158,7	162,0	167,5	-2,1%	-3,3%
Banco de Investimentos	197,6	120,4	145,1	64,1%	-17,0%
Corretagem de Seguros e Tarifas	117,8	101,4	75,7	16,2%	33,9%

A Receita de Serviços apresentou um aumento de 23,5% no comparativo dos anos de 2024 e 2023, e uma leve retração de 1,2% no comparativo dos anos de 2023 e 2022. Comparando o ano de 2024 com o ano de 2023, a principal contribuição para o aumento do faturamento vem da linha Banco de Investimentos, que cresceu 64,1% em relação a 2023 (contra a redução de 17,0% entre 2023 e 2022), devido a um aumento do volume de operações de DCM no período, quanto do fechamento de operações de assessoria. A linha de Corretagem de Seguros e Tarifas apresentou um aumento de 16,2% entre 2024 e 2023 (após um crescimento de 33,9% entre 2023 e 2022) devido ao aumento de sua carteira de clientes e prêmios emitidos. Por último, a receita de Garantias Prestadas sofreu redução de 2,1% entre 2024 e 2023, e de 3,3% entre 2023 e 2022, devido à diminuição dos spreads praticados apesar da relativa estabilidade da carteira no período.

ii) Fatores que Afetaram Materialmente os Resultados Operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da empresa nos últimos três exercícios sociais, além daqueles descritos no item 2.1.h e 2.2.a.i.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Dentre as receitas sujeitas a variações atribuíveis a variação de preços e volumes, destacamos:

A Margem Financeira com Clientes apresentou crescimento de 4,9% no comparativo entre 2024 e 2023 e crescimento de 9,1% no comparativo entre 2023 e 2022, enquanto a variação do volume médio de empréstimos apresentou uma redução de

3,0% entre 2024 e 2023 e de 0,6% entre 2023 e 2022. O crescimento da Margem Financeira com Clientes é resultado, principalmente, do incremento na oferta de transações estruturadas aos clientes, em especial de derivativos e cash management e da maior participação de receitas com baixa alocação de capital.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de descasamentos de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado de ativos financeiros, totalizou R\$440,8 milhões em 2024, R\$321,3 milhões em 2023 e R\$293,6 milhões em 2022. O aumento de 37,2% no comparativo entre 2024 e 2023 pode ser explicado, pelo maior volume de transações de juros e câmbio. O aumento de 9,4% no comparativo entre os anos de 2023 e 2022 se deve, primariamente, pelo crescimento do balanço do Banco.

A receita do Banco de Investimentos advém da atividade de estruturação e distribuição de ofertas públicas iniciais (*IPOs*), ofertas públicas subsequentes (*Follow-Ons*) e de dívidas públicas e privadas; da assessoria para coordenação, execução e negociação de fusões e aquisições de empresas (*M&A*), assim como da assessoria em projetos de infraestrutura (*Project Finance*). Em 2024, a receita foi de R\$197,6 milhões, apresentando um crescimento de 64,1% em relação à receita do ano anterior, resultando em um ano recorde para a franquia, devido a um aumento do volume de operações de DCM e de operações de assessoria. Já no exercício social de 2023, a área de Banco de Investimentos apresentou receita de R\$120,4 milhões, comparado com R\$145,1 milhões em 2022. A queda de 17,0% entre 2023 e 2022 foi causada por um primeiro semestre de mercado de capitais com atividade mais fraca.

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	503,6	559,7	474,8	-10,0%	17,9%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	1.364,2	1.250,5	4,9%	9,1%
Margem Financeira com Mercado	440,8	321,3	293,6	37,2%	9,4%

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Garantias Prestadas	158,7	162,0	167,5	-2,1%	-3,3%
Banco de Investimentos	197,6	120,4	145,1	64,1%	-17,0%
Corretagem de Seguros e Tarifas	117,8	101,4	75,7	16,2%	33,9%

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Empréstimos	24.050	24.829	25.770	-3,1%	-3,7%
C&IB	4.672	3.835	4.470	21,8%	-14,2%
Corporate	15.372	16.895	17.209	-9,0%	-1,8%
Middle	4.006	4.099	4.091	-2,3%	0,2%
Garantias Prestadas	13.515	11.328	11.460	19,3%	-1,1%
C&IB	7.756	7.889	8.324	-1,7%	-5,2%
Corporate	5.716	3.403	3.076	68,0%	10,6%
Middle	43	37	60	17,5%	-38,9%
Carteira de Crédito (inclui Garantias Prestadas)	37.564	36.157	37.230	3,9%	-2,9%
C&IB	12.428	11.724	12.794	6,0%	-8,4%
Corporate	21.087	20.298	20.286	3,9%	0,1%
Middle	4.049	4.135	4.151	-2,1%	-0,4%

Apesar das variações na Margem Financeira e na Receita de Serviços nos anos de 2024, 2023 e 2022, pelos motivos explicados nos parágrafos anteriores, não ocorreram variações significativas nas receitas atribuíveis à introdução de novos produtos e serviços, de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, e alterações de volumes, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, bem como no resultado financeiro do Banco, conforme descrito no item 2.2.a.ii.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco

Durante os períodos de alta nas taxas de juros, há um aumento na receita financeira, pois a remuneração dos ativos geradores de juros tende a aumentar. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de aumento da despesa financeira, pois a remuneração das obrigações sensíveis às taxas de juros também aumenta. Mudanças no volume de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros afetam as receitas e despesas financeiras do Banco. Por exemplo, um aumento na receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume dos empréstimos em aberto.

Apesar do cenário de taxa de juros em alta observado nos últimos anos, devido ao efeito mencionado no parágrafo anterior, em que o aumento da receita de juros é compensado pelo aumento da despesa de juros, a linha da Margem Financeira com Clientes não foi impactada de forma relevante pelas variações na taxa Selic e a Carteira de Crédito continuou sua trajetória de crescimento.

Contudo, a linha da receita do Patrimônio Líquido Remunerado ao CDI foi diretamente impactada pela queda da taxa básica de juros: em 2024, a receita totalizou R\$503,6 milhões, redução de 10,0% em comparação a 2023. Já em 2023, a receita totalizou R\$559,7 milhões, crescimento de 17,9% em comparação a 2022, quando o resultado foi de R\$474,8 milhões.

Além disso, quando o Real se desvaloriza, ocorrem: (i) perdas nos passivos denominados em/ou indexados em moeda estrangeira, tais como títulos denominados em Dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em Reais da despesa financeira relativa aumenta; e (ii) ganhos nos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como os títulos e operações de crédito indexados ao Dólar, quando a receita desses ativos mensurada em Reais aumenta. Opostamente, quando o Real se valoriza, ocorrem: (i) perdas nos ativos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira; e (ii) ganhos nos passivos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira.

2.3 – Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no exercício findo em 2024 que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício de 2024 não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional do Banco ABC Brasil.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

- No exercício de 2024 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco ABC Brasil.
- No exercício de 2023, o Banco constituiu as empresas: VISIO GESTORA DE CRÉDITOS LTDA, ABC INVESTMENT BANKING LTDA, ABC M&A e ECM LTDA, ABC DCM LTDA e ABC Holding Financeira Ltda onde seus objetivos estão descritos abaixo:

A Visio Gestora de Créditos LTDA, atua na atividade de credit recovery, com a iniciativa de análise e precificação de carteiras de crédito não performadas, bem como de inteligência da gestão de recebíveis.

A ABC Investment Banking LTDA, atua na reorganização da área de Banco de Investimentos. É controlada pelo Banco e tem seus principais executivos em uma estrutura de partnership apostando no aumento da relevância da atividade dentro do Banco.

A ABC M&A e ECM Ltda, desempenha as atividades de: assessoria financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas em operações de fusões e aquisições, o que inclui o processo de venda de participação total ou parcial, operações de compra de parte ou totalidade das ações, fusão entre empresas e captação de recursos.

A ABC DCM Ltda, desempenha as atividades de: assessoria e estruturação financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas, como assessoria para processo de non deal roadshow, emissão de rating e assessoria de projetos na modalidade Project Finance além da atuação na estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas e de fundos de investimento.

A ABC Holding Financeira Ltda, tem por objetivo social exclusivo a participação, como sócia, quotista ou acionista, no capital de instituições financeiras e em outras sociedades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

- No exercício de 2022 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco ABC Brasil.

c) eventos ou operações não usuais.

No exercício de 2024 não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco ABC Brasil que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

a) Informar o valor das medições não contábeis.

Não há.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Não há.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Não há.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, foram emitidas pelo Banco em 11 de fevereiro de 2025. Não temos conhecimento de qualquer evento posterior a 31 de dezembro de 2024 que possa impactar ou alterar a avaliação das demonstrações financeiras de forma relevante.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Conforme previsto no artigo 39 do estatuto social do Banco, por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas:

- I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos;
- II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional;
- III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional será limitada a 50% do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia será limitada a 10% do capital social e terá por finalidade adquirir ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, de acordo com o procedimento a ser definido pelo Conselho de Administração e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo formada com recursos equivalentes a até 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas das reservas de lucros existentes para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social, ou, ainda, capitalizadas independentemente do percentual atingido, a critério do Conselho.

Segue abaixo, tabela para melhor compreensão:

	2024	2023	2022
a. regras sobre retenção de lucros	a.i. Valores das Retenções de Lucros.	a.i. Valores das Retenções de Lucros.	a.i. Valores das Retenções de Lucros.
	Reserva Legal - R\$ 48.563.662,22	Reserva Legal - R\$ 42.579.095,68	Reserva Legal - R\$ 40.011.635,51
	Reserva Equalização - R\$ 527.580.528,63	Reserva Equalização - R\$ 451.843.712,15	Reserva Equalização - R\$ 452.060.235,26
	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados
	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10 % do capital social	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10 % do capital social	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10 % do capital social
b. regras sobre distribuição de dividendos	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Semestral	Semestral	Trimestral
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há	Não há	Não há
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017 e atualizada em 01/11/2024.	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017 e atualizada em 01/11/2024.	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017 e atualizada em 01/11/2024.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio é realizada semestralmente mediante as deliberações do conselho de administração, oportunidade em que serão definidos os valores, posição acionária a ser considerada e data de pagamento. As deliberações do conselho de administração, quanto à distribuição de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2024, ocorreram nas datas de 24/06/2024 e 20/12/2024.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco ABC Brasil S.A. possui política de destinação de resultados que foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017 e atualizada em 01/11/2024.

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

b) natureza e o propósito da operação.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

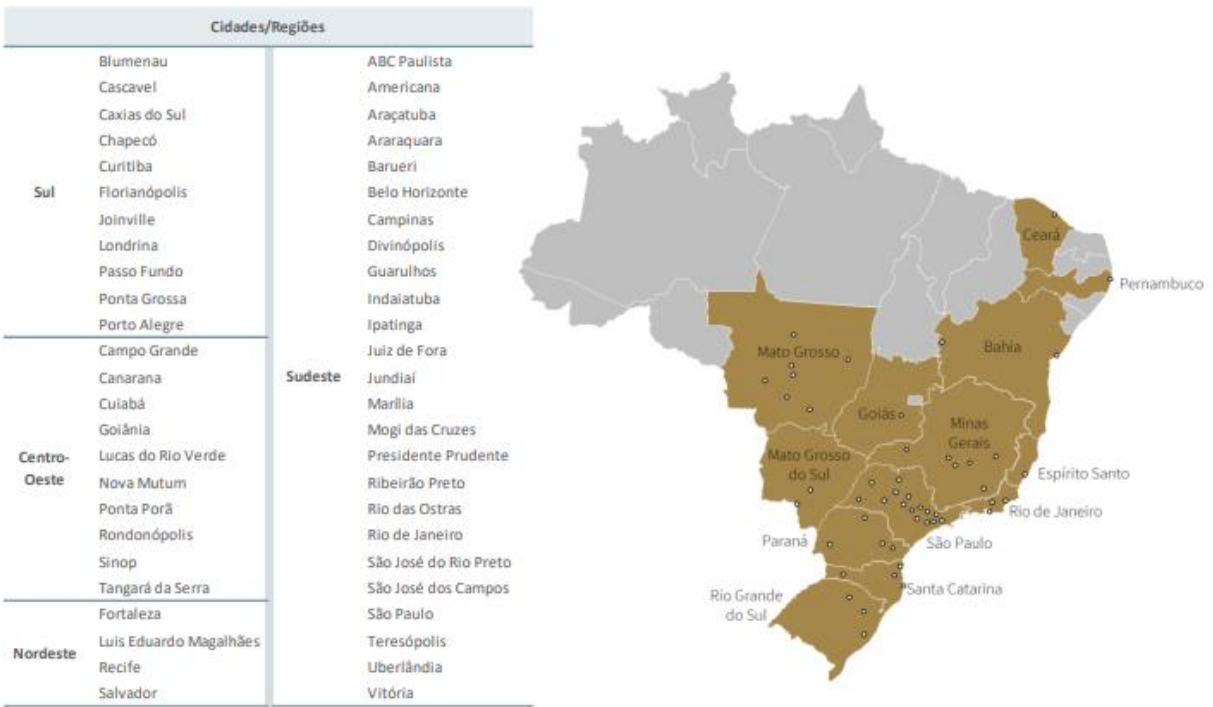
Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) Investimentos, incluindo
- i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Fluxo das atividades de investimento (R\$ mil)	Dez/24	Dez/23	Dez/22	Dez/24 x Dez/23	Dez/23 x Dez/22
Aquisição de investimentos	(1.117)	(2.251)	(5.664)	-50,4%	-60,3%
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(89.990)	(114.572)	(84.592)	-21,5%	35,4%
Alienação de investimentos	51	7.324	721	-99,3%	915,8%
Constituição de reserva de capital	14.709	25.196	25.088	-41,6%	0,4%
Aumento de capital de acionistas não controladores	2.249	0	0	100,0%	100,0%
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(74.098)	(84.303)	(64.447)	-12,1%	30,8%

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possuía atuação comercial em 50 cidades brasileiras, dentre 13 estados do país.



Em 2024, o Banco investiu na melhoria de sua infraestrutura já desenvolvida nos últimos anos, com um menor crescimento na base de colaboradores e na contínua busca pela captura de economias de escala, através da implementação de iniciativas de ganhos de produtividade.

Em 2023, o Banco manteve a estratégia de forma a expandir sua força comercial e avançar em sua transformação digital através de investimentos em tecnologia, dados e inovação.

Em 2022, o Banco fez investimentos estruturantes de forma a ampliar portfolio de produtos, diversificar fontes de receita e agregar escalabilidade em sua operação. Dentre estas iniciativas, podemos destacar a forte expansão do headcount, o aumento da força comercial e a intensificação dos investimentos em tecnologia. Além disso, também deu início à operação da Recuperadora de Crédito.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito através de seu capital próprio. Maiores detalhes sobre o capital próprio são apresentados no item 2.1.b.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco.

c) Novos produtos e serviços, indicando

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços relevantes, que possam impactar a estrutura de receitas e despesas do Banco.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do Banco relacionadas a questões ASG

Em 2024, o ABC Brasil intensificou seu compromisso com a sustentabilidade, ampliando as oportunidades de negócios que apoiam a transição para uma economia de baixo carbono. A incorporação de critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) como um KPI estratégico resultou em um aumento de 17,1% nos ativos vinculados a esses critérios, totalizando R\$ 20,6 bilhões em dezembro de 2024. Nossas operações de crédito ASG são fundamentadas no Framework de Finanças Sustentáveis da instituição, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e aos Princípios para Títulos Sociais.

Com o objetivo de apoiar o financiamento de projetos sustentáveis e de impacto socioambiental, o Banco passou a ofertar investimentos em Renda Fixa, como CDBs e Letras Financeiras “Sustentáveis”, alcançando em 2024 o montante de R\$ 1,8 bilhões em captações sustentáveis no mercado local.

Em relação ao Mercado de Capitais, o ABC Brasil estruturou-se para apoiar seus clientes na identificação de oportunidades e suporte em todo processo de estruturação para emissão de Títulos Verdes, Azuis, Sociais e Sustentáveis. Adicionalmente, implementou a Mesa de Soluções de Créditos de Carbono, com foco em oferecer soluções personalizadas que contribuam para a descarbonização dos clientes.

Em 2023, a área de ESG do ABC Brasil passou por uma reestruturação, com foco em fomentar oportunidades de negócios sustentáveis, oferecendo soluções inovadoras, apoiando os clientes na transição para uma economia de baixo carbono e trazendo novas fontes de receita para o Banco. Essa frente é responsável pelo mapeamento, fomento e desenvolvimento de soluções que colaborem para o desenvolvimento sustentável e atua transversalmente junto aos diferentes segmentos de clientes do ABC Brasil, intensificando o diálogo sobre a agenda e identificando oportunidades.

Para amparar esses negócios, foi implementado o Sistema de Classificação de Finanças Sustentáveis (SFF - Sustainable Finance Framework, em inglês), uma taxonomia que determina os critérios para classificar ativos como verdes, sociais e sustentáveis. Esse sistema dá transparência ao monitoramento e reporte das atividades, além de apoiar o desenvolvimento de produtos de financiamento sustentável e de mitigar o risco de greenwashing. Referendado em parecer de segunda parte (Second Party Opinion), o SFF do ABC Brasil está baseado em diretrizes, padrões e princípios nacionais e internacionais da indústria, como a Associação Internacional de Mercado de Capitais (ICMA), Associação do Mercado de Empréstimos (LMA), FEBRABAN e UNEP FI.

Além de realizar o monitoramento das operações atreladas a critérios ESG, também é realizado o monitoramento das captações sustentáveis e dos títulos de dívida ESG no mercado de capitais.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 2024, 2023 e 2022, o ABC Brasil não teve despesas relevantes com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, de modo que todos os fatores relevantes que poderiam impactar o desempenho operacional do ABC Brasil já estão citados nos demais itens desta seção.

a. objeto da projeção

O ABC Brasil divulga projeções de crescimento para a Carteira de Crédito Expandida, para a Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle, para as Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR) e para o Índice de Eficiência.

b. período projetado e prazo de validade da projeção

As projeções apresentadas são para o exercício de 2026, sendo válidas até o final do ano.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Essas projeções levam em conta a atual conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil, fatores que estão além do alcance da gestão do Banco.

Sob influência da Administração está a decisão estratégica do foco no atendimento aos clientes corporativos dos segmentos “*Large Corporate*” (empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões), “*Corporate*” (empresas com faturamento anual entre R\$500 milhões e R\$4 bilhões), e “*Middle*” (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$500 milhões).

Essas projeções também assumem a estratégia de expansão da base de clientes, incluindo mudanças no mix de produtos e continuidade da expansão do segmento Middle; manutenção de despesas de provisões e operações em atraso em linha com a média histórica recente; ganho de escala e maturação de novas iniciativas, as quais visam ampliar o portfólio de produtos e serviços, diversificar e acelerar as fontes de receita, diluir custos fixos e expandir o ROAE estrutural do ABC Brasil; e, por fim, através de um crescimento mais lento de despesas e a continuidade da expansão das receitas, bem como da captura de alavancagens operacionais.

É importante ressaltar que as projeções abaixo contêm declarações e perspectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data e não constituem promessa de desempenho.

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

Para o ano de 2026, as projeções do ABC Brasil para crescimento da Carteira de Crédito Expandida, da Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle, das Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR) e do Índice de Eficiência constam no quadro abaixo:

2026	Projeção
Carteira de Crédito Expandida*	6% a 10%
Crescimento da Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle*	12% a 18%
Crescimento de Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR)	4% a 8%
Índice de Eficiência (Despesas/Receitas)	37,5% a 39,5%

**Inclui as carteiras de empréstimos, garantias prestadas e títulos privados*

a. Quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 06/02/2026, na ocasião da divulgação de resultados do 4º Trimestre de 2025 e conforme Fato Relevante divulgado no mesmo dia, foram divulgadas as projeções de crescimento para a Carteira de Crédito Expandida, para a Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle, para as Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR) e para o Índice de Eficiência no ano de 2026, como mencionado no item 3.1 deste Formulário de Referência.

As projeções revisadas em 06/11/2025 pelo ABC Brasil para o ano 2025 e publicadas na divulgação de resultados do 3º Trimestre de 2025, tiveram como resultado um crescimento anual em 2025 da Carteira de Crédito Expandida de 3,0%, parte superior do Guidance revisado para o ano de 1% a 4%, sendo esta performance sustentada principalmente pelo segmento Middle que apresentou expansão de 15,0% no período, já considerando a nova segmentação de clientes. Em relação às Despesas, finalizamos 2025 com um crescimento anual de 5,6% dentro do Guidance revisado de 4% a 7%, resultado de uma estabilidade do crescimento na base de colaboradores e da contínua busca pela captura de economias de escala, e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade. Já o Índice de Eficiência fechou 2025 em 39,2%, na parte inferior do Guidance revisado de 39% a 40% para o ano.

As projeções revisadas em 09/08/2024 pelo ABC Brasil para o ano 2024 e publicadas na divulgação de resultados do 4º Trimestre de 2024, tiveram como resultado um crescimento anual em 2024 da Carteira de Crédito Expandida de 14,6%, parte superior do Guidance para o ano de 10% a 15%, sendo que este crescimento de dois dígitos se deu em todos os segmentos de clientes. Já o segmento Middle fechou 2024 com um crescimento de 11,5%, também dentro do Guidance para o ano de 10% a 15%. Em relação às Despesas, finalizamos 2024 com um crescimento anual de 7,8% na parte inferior do Guidance revisado de 7% a 12%, resultado de um menor crescimento na base de colaboradores e da contínua busca pela captura de economias de escala, e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade. Já o Índice de Eficiência fechou 2024 em 37,9%, dentro do Guidance de 36% a 38% para o ano, influenciado por um crescimento das receitas que expandiram 9,8% na base anual, 200 pontos base acima do crescimento anual das despesas – contribuindo para uma melhora de 70 pontos base do Índice.

As projeções revisadas em 11/08/2023 realizadas pelo ABC Brasil para o ano 2023 e publicadas na divulgação de resultados do 4º Trimestre de 2023, tiveram como resultado um crescimento anual em 2023 da Carteira de Crédito Expandida de 7,2%, sendo esta performance sustentada principalmente pelo segmento Corporate que apresentou expansão de 12,1% no ano. Já o segmento Middle fechou 2023 com um crescimento de 2,5%, reflexo principalmente de um ambiente de maiores taxas de juros, o que exigiu uma abordagem mais prudente na concessão de crédito. Em relação às Despesas, finalizamos 2023 com um crescimento anual de 10,9% na parte inferior do Guidance revisado de 10% a 15%, resultado de um menor crescimento na base de colaboradores e do início da captura de economias de escala, fruto da implementação de iniciativas de ganhos de produtividade. Já o Índice de Eficiência fechou 2023 em 38,6%,

levemente acima do Guidance de 36% a 38% para o ano, influenciado por um menor crescimento das receitas, que expandiram 10,3% na base anual.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Seguem abaixo os comparativos entre os dados projetados e o efetivo desempenho para os anos de 2025, 2024 e 2023:

2025	Estimado (Revisado)	Realizado
Carteira de Crédito Expandida*	1% a 4%	3,0%
Crescimento de Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR)	4% a 7%	5,6%
Índice de Eficiência (Despesas/Receitas)	39% a 40%	39,2%

*Inclui as carteiras de empréstimos, garantias prestadas e títulos privados

2024	Estimado (Revisado)	Realizado
Carteira de Crédito Expandida*	10% a 15%	14,6%
Crescimento da Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle*	10% a 15%	11,5%
Crescimento de Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR)	7% a 12%	7,8%
Índice de Eficiência (Despesas/Receitas)	36% a 38%	37,9%

*Inclui as carteiras de empréstimos, garantias prestadas e títulos privados

2023	Estimado (Revisado)	Realizado
Carteira de Crédito Expandida*	4% a 8%	7,2%
Crescimento da Carteira de Crédito Expandida do Segmento Middle*	5% a 15%	2,5%
Crescimento de Despesas (Pessoal, Outras Administrativas e PLR)	10% a 15%	10,9%
Índice de Eficiência (Despesas/Receitas)	35% a 38%	38,6%

*Inclui as carteiras de empréstimos, garantias prestadas e títulos privados

Os desempenhos verificados nos anos de 2025, 2024 e 2023, disponíveis nas tabelas apresentadas acima, refletiram:

- i) Em 2025, o crescimento da Carteira, das Despesas e do Índice de Eficiência dentro do Guidance revisado para o ano é sustentado principalmente pela expansão do segmento Middle, assim como uma estabilidade do crescimento na base de colaboradores e da contínua busca pela captura de economias de escala, e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade.

- ii) Em 2024, o crescimento da Carteira, das Despesas e do Índice de Eficiência dentro do Guidance para o ano é resultado do crescimento de dois dígitos em todos os segmentos de clientes, da captura de economias de escala e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade.
- iii) Em 2023, o crescimento da Carteira inferior e do Índice de Eficiência superior ao Guidance para o ano é resultado de uma menor demanda de crédito pelas empresas, quanto uma performance mais fraca de Banco de Investimentos no primeiro semestre do ano.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções divulgadas pelo ABC Brasil para o ano de 2026, apresentadas no item 3.1, permanecem válidas e não sofreram alterações até a data de publicação deste documento.

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

Nosso sistema de gerenciamento e controle de riscos pode não ser suficiente para evitar perdas.

A assunção de risco configura um aspecto relevante envolvido na realização de nossos negócios. Uma parcela de nossa carteira é destinada a operações de tesouraria e crédito e, em razão disto, taxas de juros, preços de ativos mobiliários, taxas de câmbio e outros índices flutuantes do mercado podem afetar negativamente nossos resultados. Uma parcela das perdas decorrentes da assunção de riscos é inevitável, mas o sucesso de nossas operações depende, dentre outros fatores, da equivalência entre os riscos que assumimos e os retornos obtidos em nossas operações. Em razão disto, devemos estar sempre voltados para a identificação, análise, gerenciamento e controle de riscos, não apenas quando o mercado apresenta condições normais, mas também em condições extremas, quando a concentração de nossa exposição pode levar a perdas materiais. Não podemos garantir que nosso sistema de gestão de risco será suficiente para evitar perdas caso:

- não sejamos capazes de identificar totalmente os riscos de nossa carteira;
- nossa análise dos riscos identificados ou a resposta direcionada a tais riscos seja inadequada ou incorreta;
- o mercado se movimente de forma inesperada em relação a sua velocidade, direção, rigor e outros aspectos correlatos e nossa habilidade de gerir riscos no cenário resultante de tal movimento seja restrita;
- os terceiros para os quais realizamos operações sejam severamente afetados por eventos inesperados, dos quais decorram inadimplimentos ou perdas superiores àquelas previstas em nossa análise de risco; e
- as garantias prestadas por terceiros provem ser inadequadas para cobrir as obrigações de nossos clientes no momento em que se tornem inadimplentes.

Estamos altamente expostos ao risco de crédito do Governo Federal. Eventual impontualidade do Governo Federal no pagamento de suas obrigações poderá afetar negativamente nossa situação financeira.

Nós investimos em títulos de dívida do Governo Federal, que são, em sua maioria, de curto prazo e alta liquidez. Caso o Governo Federal deixe de efetuar pagamentos dentro dos prazos desses títulos, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira poderão ser afetados negativamente em virtude da marcação a mercado desses títulos.

Nossas operações com títulos e valores mobiliários e derivativos podem resultar em perdas substanciais.

Nós realizamos operações com títulos e valores mobiliários e compra de títulos representativos de dívida e ações para venda no curto prazo, visando à geração de lucros provenientes de momentâneas diferenças de preço. Esses investimentos podem nos expor a perdas substanciais no futuro, dado que os títulos e valores mobiliários estão sujeitos a flutuações de preço que nos podem ser adversas.

Realizamos, ainda, operações com derivativos para gerenciamento de nossas exposições, incluindo taxa de juros e risco cambial. A realização de operações no mercado de derivativos poderá acarretar variações em nosso patrimônio líquido ou resultados superiores àqueles que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Não podemos garantir que nossas operações não sofrerão perdas relacionadas a essas operações com derivativos.

Desequilíbrios significativos entre nossa carteira de crédito e nossas fontes de recursos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa capacidade de ampliar nossas operações de crédito.

Estamos expostos a determinados desequilíbrios entre nossos créditos e obrigações com relação às taxas de juros e prazos de vencimento praticados, descasamentos relevantes entre o vencimento de nossas operações de crédito e de nossas fontes de recursos potencializaria o efeito de qualquer desequilíbrio nas taxas de juros, representando, ainda, risco de liquidez caso não tenhamos uma captação de recursos contínua e/ou suficiente para o cumprimento de nossas obrigações e nossas operações. Um aumento no custo total de nossas fontes de captação poderá implicar em aumento nas taxas de juros que cobramos sobre os créditos que concedemos, podendo, conseqüentemente, afetar nossa capacidade de atrair novos clientes.

Quaisquer desses desequilíbrios poderão afetar as nossas operações de crédito e afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dificuldades na captação de recursos poderão afetar negativamente nossos resultados operacionais.

Nossa estrutura de captação envolve obtenção de recursos no mercado doméstico e no mercado internacional. Os custos de tais captações são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de nosso controle, tais como as condições macroeconômicas e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em nossa classificação de crédito, resultando na diminuição da oferta de recursos em termos aceitáveis, aumento relevante dos custos de captação ou até mesmo na indisponibilidade de recursos, nas ocasiões em que mais necessitemos de recursos adicionais. A diminuição da oferta de recursos e o aumento de nossos custos de captação em moeda estrangeira poderão afetar negativamente o resultado de nossas operações.

Adicionalmente, não podemos assegurar que os depósitos a prazo no mercado local continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se não conseguirmos obter novos recursos, podemos não ter condições de continuar a ampliar o volume da nossa carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de negócio e pressões competitivas, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, situação financeira ou resultado operacional.

Uma deterioração de nossa classificação de crédito e/ou classificação de risco poderá aumentar os nossos custos de captação, o que poderá nos afetar de forma adversa.

Os nossos custos de captação de recursos são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de nosso controle, tais como as condições macroeconômicas e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em nossa classificação de crédito e em nossa classificação de risco. Esse impacto adverso em nossa classificação de crédito e/ou classificação de risco poderia restringir a nossa capacidade de tomar recursos emprestados, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos favoráveis, aumentando o nosso custo de captação de recursos.

Estamos sujeitos a erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Assim como as demais instituições financeiras, estamos expostos a variados riscos operacionais, inclusive riscos de fraude por parte de nossos Colaboradores ou de terceiros, falhas em documentar apropriadamente nossas operações, falhas em nossos equipamentos e erros de nossos Colaboradores. Estamos expostos a eventuais erros ou problemas operacionais, que possam afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a risco de insucesso de novos negócios que poderão não gerar os retornos esperados e/ou drenar recursos dos negócios já existentes.

Estamos fazendo investimentos na ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços, de modo a diversificar nossa atuação. Estes desenvolvimentos envolvem áreas que são também responsáveis pelo gerenciamento dos negócios existentes e envolvem recursos financeiros próprios do Banco. Não podemos assegurar que teremos sucesso em todas as iniciativas. O insucesso de uma ou mais destas pode ter efeito negativo nos nossos resultados operacionais e situação financeira.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores dos setores em que o emissor atue

A saída ou falta de apoio de nosso acionista controlador em um cenário econômico de baixa liquidez poderá ter um efeito adverso em nossos negócios.

A economia brasileira vivenciou, ao longo dos anos, cenários de baixa liquidez e queda na confiança dos investidores em bancos, especialmente os de médio porte como nós. Caso ocorram novas crises de liquidez, a saída ou falta de apoio do nosso acionista controlador poderá diminuir nossas fontes e aumentar nosso custo de captação, e poderemos ser negativamente afetados pela falta de liquidez do mercado.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro, os quais podem ser obtidos por meio de aumentos em nosso capital; tais aumentos de capital podem diluir a participação dos investidores no capital social de nosso Banco.

Podemos necessitar de recursos adicionais no futuro e podemos não ser capazes de obter financiamento, quer em condições atraentes ou não. Se não formos capazes de obter fundos adequados para satisfazermos nossas exigências de capital, podemos precisar aumentar o nosso capital. Além disso, podemos optar por buscar capital adicional, se acreditarmos que será em condições mais vantajosas. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumentos no capital pode diluir a participação dos investidores detentores de nossas ações, caso eles não participem proporcionalmente do aumento de capital.

Acontecimentos e riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das nossas Ações.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão, o que poderia prejudicar o preço de mercado das nossas Ações.

c. suas controladas e coligadas

O ABC Brasil possui participações diretas nas seguintes empresas: ABC Brasil Administração e Participações Ltda., ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda., ABC Brasil Investment Banking Ltda. e indiretamente na ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda., ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros Ltda., Visio Gestora de Crédito Ltda., ABC DCM Ltda., ABC Holding Financeira Ltda., ABC M&A e ECM Ltda. e ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A sendo que o resultado dessas participações compõe o resultado do Banco. Eventualmente, o Banco poderia sofrer impactos, embora não relevantes, em razão de resultados negativos advindos de contingências legais ou societárias envolvendo referidas empresas.

d. seus administradores

A saída de membros da nossa administração ou alta gerência, ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado para integrar essas áreas, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossa capacidade em manter nossa posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende da nossa administração e gerências. Não podemos garantir que teremos sucesso em atrair e reter pessoal qualificado em posições chave de nossa administração ou alta gerência.

A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa administração e alta gerência, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais

e. seus fornecedores

O Banco ABC Brasil está sujeito à interrupção de algumas atividades prestadas por empresas terceirizadas e que podem interferir negativamente na operação da instituição.

O ABC Brasil utiliza uma ampla rede de empresas terceirizadas que envolvem serviços de caráter acessório ou complementar ao seu funcionamento regular. Neste sentido, o Banco está sujeito a efeitos negativos advindos de possibilidades de interrupções de certas atividades prestadas por terceirizados, principalmente aquelas relacionadas à tecnologia da informação.

f. seus clientes

O aumento da inadimplência de nossos tomadores de crédito poderá afetar negativamente nossos resultados.

A capacidade de nossos tomadores de crédito de honrar pontualmente suas obrigações é diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica no País, que afeta, em especial, o desempenho das empresas *de Middle, Corporate e CIB*. Situações de crise econômica ou o fraco desempenho da economia poderão gerar um aumento da inadimplência das operações de crédito. Nossas estratégias compreendem esforços para aumentar significativamente nossas atividades de concessão de crédito para empresas nos segmentos de *Middle, Corporate e CIB*. O aumento no nível de inadimplência da nossa carteira de crédito pode resultar no aumento das perdas obtidas com operações de crédito e afetar adversamente os nossos negócios e a nossa situação financeira.

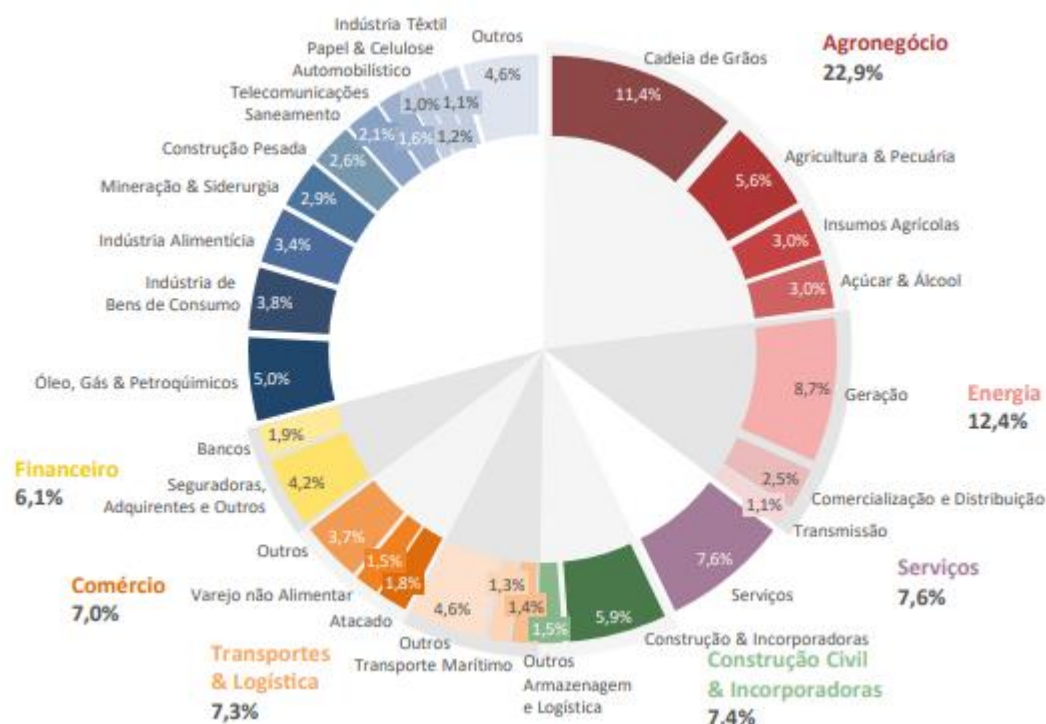
Uma deterioração na qualidade de crédito dos sacados na carteira de garantia de recebíveis pode afetar de maneira adversa nossas operações de crédito a empresas.

Uma parcela de nossas operações de crédito a empresas, especialmente as do segmento de *Middle e Corporate*, encontra-se garantida por recebíveis detidos pelos respectivos mutuários em face de seus próprios clientes. Qualquer mudança desfavorável na qualidade de crédito destes terceiros devedores poderá afetar de forma negativa a nossa capacidade de recebimento dos valores devidos por nossos clientes, o que pode nos afetar de forma adversa.

Adversidades nos cenários macroeconômicos, regionais ou setoriais podem deteriorar determinados mercados, em particular os mais relevantes para carteira de crédito.

A Instituição possui políticas e estratégias para maximizar a pulverização da sua carteira, evitando concentrações que possam ocasionar deterioração significativa da qualidade de crédito. A definição de apetite por risco para estes fatores, através de limites de concentração e o monitoramento ocorrem de forma permanente.

A tabela abaixo apresenta a carteira de crédito por setor econômico (31 de março de 2025):



g. setores da economia nos quais o emissor atue

Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) estabelece periodicamente a taxa SELIC, taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. A taxa básica de juros tem oscilado frequentemente nos últimos anos. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal.

Aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Em particular, a concessão de crédito para empresas dos segmentos de *Middle*,

Corporate e *CIB*, nosso principal foco de atuação, tende a ser mais afetado pelo aumento da taxa básica de juros, o que pode causar um impacto adverso em nossos negócios. Reduções na taxa básica de juros também podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros.

Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão nos afetar adversamente.

O Governo Federal implementa regularmente mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam a nós e a nossos clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento dos nossos pagamentos de impostos e contribuição para a previdência social, o que poderia nos afetar adversamente. Por exemplo, não podemos assegurar que teremos condições de manter nossa lucratividade de anos anteriores caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre o nosso Banco, nossas subsidiárias e nossas operações. Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentaram o custo dos créditos e contribuíram para aumentar a inadimplência em nossa carteira de crédito, o mesmo podendo ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal. Não podemos assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre nós.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossas atividades e o valor de mercado das Ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que frequentemente modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, controle de salários e de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e imposição de determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados das nossas operações, bem como o valor de mercado das Ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como em razão de outros fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- inflação;
- taxas de juros;

- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

A inflação e as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente os resultados de nossas operações e o preço de mercado das Ações.

Historicamente, o Brasil tem tido taxas de inflação muito elevadas. A inflação e algumas medidas adotadas pelo governo brasileiro para controlá-la têm tido efeitos negativos consideráveis na economia brasileira, especialmente no período anterior a 1995. O índice de inflação anual medido pelo IGP-M atingiu 2.567,3% em 1993. Muito embora a inflação brasileira venha apresentando índices substancialmente mais baixos desde 1994, as pressões inflacionárias podem persistir. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. A inflação, as medidas para controlar a inflação e a especulação pública a respeito de possíveis medidas adicionais também poderão contribuir de forma significativa para a incerteza no Brasil e, conseqüentemente, reduzir a confiança do investidor no Brasil e afetar adversamente o crescimento e a liquidez da economia brasileira e, por sua vez, provocar um impacto negativo sobre nossos negócios.

O Brasil poderá enfrentar altos níveis de inflação no futuro. Nessa hipótese, os resultados de nossas operações poderão ser afetados, influenciando adversamente nossa capacidade de satisfazer nossas obrigações. As pressões inflacionárias também poderão reduzir nossa capacidade de acesso aos mercados financeiros estrangeiros e levar a novas intervenções do governo na economia, inclusive a introdução de políticas que afetem adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, nossas operações e o preço de mercado das Ações.

Como somos uma instituição bancária brasileira, podemos ser afetados pelas flutuações das taxas de juros, que podem influir tanto nos nossos custos de captação quanto nas nossas receitas de operações de crédito.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar adversamente os resultados das nossas operações, bem como o valor de mercado das Ações.

No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou uma série de políticas cambiais, inclusive desvalorizações cambiais repentinas, mini desvalorizações cambiais periódicas (com ajustes mensais e diários), taxa de câmbio flutuante, controle cambial e adoção de dois diferentes mercados de câmbio. Recentemente, os efeitos do regime de taxa de câmbio flutuante acarretaram

volatilidade cambial significativa do real frente ao Dólar e outras moedas.

A maioria de nossas operações é denominada em Reais. No entanto, possuímos ativos e passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras, principalmente o Dólar. A exposição cambial consolidada equivale à diferença entre os ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluindo derivativos marcados a mercado. O Banco Central exige que instituições financeiras mantenham exposição consolidada em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em ouro não superior a 30,0% do respectivo patrimônio de referência.

A desvalorização do Real frente ao Dólar poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Ademais, a desvalorização do Real limita de modo geral o acesso ao mercado de capitais internacionais, podendo provocar intervenção governamental no mercado.

Essa intervenção governamental poderia tomar a forma de políticas recessivas.

Por outro lado, uma forte valorização do Real frente ao Dólar poderá afetar adversamente a balança de pagamentos do Brasil.

A flutuação da cotação do Dólar pode (i) aumentar ou diminuir o nosso custo de captação denominado em moeda estrangeira ou advindo de captações externas atreladas à moeda estrangeira; (ii) aumentar ou diminuir a demanda dos nossos clientes por crédito de moeda estrangeira denominada ou empréstimos atrelados à moeda estrangeira; (iii) aumentar ou diminuir a porcentagem de créditos indexados à moeda estrangeira; e (iv) afetar significativamente o valor de nossos ativos e passivos vinculados à moeda estrangeira.

Qualquer dessas hipóteses poderá prejudicar nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, bem como o preço de mercado das Ações e nossas atividades.

Risco de instabilidade Política e Econômica.

Uma crise política aguda que gere incertezas sobre a governabilidade do país pode influenciar de forma muito negativa no desempenho da economia brasileira, afetando a confiança dos investidores, reduzindo o interesse por ativos brasileiros, podendo resultar em uma desaceleração da economia com redução do preço dos ativos locais, diminuição do acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações do Banco.

Este cenário de incertezas sempre vem acompanhado de aumento da volatilidade de preços e taxas de mercado e de uma eventual redução seletiva do crédito na economia e pode afetar de forma adversa os preços das ações do banco e o seu resultado.

O ambiente cada vez mais competitivo do setor bancário no Brasil e a crescente concorrência nos segmentos de *Middle*, *Corporate* e *CIB* poderão afetar adversamente nossas perspectivas de negócio.

O mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. Enfrentamos significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais. Desde o início da década de 90, a indústria bancária brasileira passou por um período

de significativa consolidação. Vários bancos foram liquidados (p. ex.: Banco Rural, Banco Cruzeiro do Sul), alguns bancos estatais foram privatizados (p. ex.: Banespa, Banestado), e diversos bancos privados foram adquiridos por outras instituições financeiras (p. ex: ABN Amro Real, Mercantil). Além disso, a concorrência tem aumentado com o surgimento e fortalecimento das *Fintechs*.

O aumento da concorrência pode afetar adversamente os resultados dos nossos negócios e nossa situação econômica em virtude, dentre outros fatores, da dificuldade em aumentar a base de clientes e expandir nossas operações, resultando na redução de nossa margem de lucro sobre nossas atividades, e aumentando a disputa pelas oportunidades de investimento.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

O Governo Federal regulamenta as operações dos bancos brasileiros e quaisquer modificações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Os bancos brasileiros estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização por parte do Banco Central. Não temos controle sobre as regulamentações governamentais que se aplicam a todas as nossas operações, inclusive no que diz respeito a:

- exigências de capital mínimo;
- limites de empréstimos e outras restrições de crédito; e
- exigências contábeis e estatísticas.

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui constantemente. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a maneira como as leis e regulamentos são aplicados ou interpretados pode mudar e novas leis e novos regulamentos podem vir a ser adotados. Em particular, o Governo Federal, numa tentativa de implementar políticas econômicas, tem historicamente promulgado regulamentações que afetam as instituições financeiras. Essas regulamentações são usadas pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País. Essas mudanças na atual regulamentação ou a promulgação de novos regulamentos podem afetar adversamente nossas operações e nossos resultados.

Poderemos ter, no futuro, insuficiência de capital para nos enquadrar nas regras de capital mínimo estabelecidas pelo CMN e pelo Banco Central, de tempos em tempos.

As instituições financeiras brasileiras devem observar diretrizes impostas pelo CMN e pelo Banco Central semelhantes às do Acordo da Basiléia relativas à adequação de capital, inclusive no que se refere ao capital mínimo. Ademais, as instituições financeiras somente poderão distribuir resultados, a qualquer título, em montante superior àquele porventura exigido em lei ou na regulamentação aplicável, caso essa distribuição não venha a comprometer o cumprimento das exigências de capital e patrimônio líquido. Não podemos garantir que teremos, no futuro, recursos suficientes

ou meios disponíveis para nos capitalizar e, assim, nos enquadrar às regras de capital mínimo impostas pelo CMN e pelo Banco Central. Além disso, a adequação às regras de capital mínimo poderá afetar negativamente nossa capacidade de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.

Determinadas medidas tomadas pelo Banco Central em relação a outras instituições financeiras podem afetar adversamente a confiança dos investidores e, conseqüentemente, ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos garantir que o Banco Central não intervirá em outras instituições financeiras. Caso o Banco Central realize uma intervenção, nós poderemos sofrer saques inesperados de recursos que poderão nos afetar adversamente.

Mudanças nas exigências de depósitos compulsórios podem afetar nossa lucratividade.

Periodicamente, o nível de depósitos compulsórios a serem mantidos pelas instituições financeiras no Brasil com o Banco Central tem sido alterado. O Banco Central pode aumentar as exigências de depósito compulsório no futuro ou impor novas exigências de depósito compulsório.

Os depósitos compulsórios geralmente não apresentam o mesmo rendimento que nossos outros investimentos e depósitos pois:

- parte dos depósitos compulsórios não rende juros;
- parte dos depósitos compulsórios deve ser mantida em títulos e valores mobiliários do Governo Federal; e
- parte dos depósitos deve ser destinada a financiamento imobiliário e rural.

O aumento nas exigências de depósitos compulsórios pode reduzir nossa capacidade de conceder empréstimos e de fazer outros investimentos, inclusive àqueles relacionados com nossas estratégias, e, conseqüentemente, podem nos afetar adversamente.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

O ABC Brasil possui uma agência em Cayman Islands. Na eventualidade de ocorrerem alterações significativas no ambiente regulatório daquele país, as atividades dessa agência podem sofrer impactos, decorrentes do risco país.

j. questões sociais

Para o Banco ABC Brasil S.A. os aspectos sociais são relevantes em seus negócios, e se mal geridos, podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. O Banco tem entendimento que o Risco Social, Ambiental e Climático tem como característica a transversalidade a outras modalidades de risco. A falha em antecipar e gerir este risco pode trazer consequências para a instituição, incluindo risco de crédito, risco legal, risco reputacional, risco operacional, risco de mercado e liquidez. Sob a ótica social o Banco pode vir a incorrer na possibilidade de ocorrências de perdas

ocasionados por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. Dentre os fatores de risco social, temos:

- a) Impactos adversos aos direitos humanos decorrentes direta ou indiretamente das atividades e relações comerciais das contrapartes;
- b) Relações comerciais com contrapartes e fornecedores que tenham situação de trabalho em situação análoga à escravidão e ao trabalho infante, à exploração sexual e ao tráfico de pessoas e ao proveito criminoso da prostituição;
- c) Discriminação e assédio de qualquer natureza;
- d) Comunidades com as quais se relaciona, e especialmente de comunidades tradicionais e povos indígenas afetadas diretamente por financiamento de atividades e projetos de contraparte.

k. questões ambientais

Para o Banco ABC Brasil S.A. os aspectos ambientais são relevantes em seus negócios, e se mal geridos, podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. O Banco tem entendimento que o Risco Social, Ambiental e Climático tem como característica a transversalidade a outras modalidades de risco. A falha em antecipar e gerir este risco pode trazer consequências para a instituição, incluindo risco de crédito, risco legal, risco reputacional, risco operacional, risco de mercado e liquidez. Sob a ótica ambiental, o Banco pode vir a incorrer na possibilidade de ocorrências de perdas ocasionados por eventos associados à degradação do meio ambiente. Dentre os fatores de risco ambiental, temos:

- a) Não conformidade com a legislação ambiental federal, estadual, municipal e setorial, bem como o não atendimento às licenças, autorizações e outorgas emitidas em favor da Parte Interessada ou respectivas dispensas, conforme o caso;
- b) Gestão inadequada de resíduos de toda natureza;
- c) Uso ineficiente de recursos naturais;
- d) Impactos em áreas especialmente protegidas e à biodiversidade, incluindo Unidades de Conservação (UCs), territórios indígenas e/ou de comunidades tradicionais, Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal, patrimônio histórico, artístico e cultural, dentre outros;
- e) Exploração irregular, ilegal ou criminosa de fauna e flora, da biodiversidade, de organismos geneticamente modificados (OGMs), bem como conhecimento tradicional associado e do patrimônio genético.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Para o Banco ABC Brasil S.A. os aspectos climáticos são relevantes em seus negócios, e se mal geridos podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. O Banco tem entendimento que o Risco Social, Ambiental e Climático tem como característica a transversalidade a outras modalidades de risco. A falha em antecipar e gerir este risco pode trazer consequências para a instituição, incluindo risco de crédito, risco legal, risco reputacional, risco operacional, risco de mercado e liquidez. Dentre os fatores de risco observados e avaliados quanto ao risco climático, temos:

- a) Risco de Transição: eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono.

O TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) distingue entre as seguintes categorias de riscos de transição:

Riscos regulatórios e legais: O desenvolvimento de regulamentos relacionados às mudanças climáticas evolui cada vez mais rapidamente. Esse regulamento geralmente procura limitar as atividades que contribuem para a mudança climática e promover medidas de adaptação contra ela. Isso implica que os atores econômicos devem se adaptar ao novo regulamento, que às vezes implica impactos muito relevantes em sua estratégia, negócios e modelos produtivos. Alguns exemplos de políticas que apresentam risco de transição são a implementação de precificação do carbono, o fomento e subsídio de fontes de energia renováveis e eficientes ou o estabelecimento de metas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Além disso, existe um risco crescente de uma empresa ser processada por sua contribuição negativa às mudanças climáticas, por sua negligência no estabelecimento de medidas de mitigação e/ou adaptação para seus efeitos ou por falta de transparência sobre seus riscos.

Riscos tecnológicos: As inovações tecnológicas voltadas para a transição para uma economia de baixo carbono podem afetar significativamente as empresas e os setores econômicos, uma vez que implicam perdas de valor antecipadas em infraestrutura já desenvolvida, além de pesados investimentos em P&D e incorporação de novas tecnologias que ainda estão em fase evolutiva. Alguns exemplos são melhorias tecnológicas relacionadas à energia renovável, captura de CO₂ ou eficiência energética.

Risco de mercado: As mudanças climáticas podem afetar o mercado de várias maneiras, sendo uma das principais mudanças na oferta e demanda de produtos e serviços ou o aumento dos custos de produção. Mudanças no comportamento do consumidor que aumentam a demanda por produtos classificados como sustentáveis ou a diminuição da oferta de determinados recursos devido à maior escassez são exemplos desse tipo de risco. Incluiria nessa categoria a diminuição da avaliação financeira das reservas de combustíveis fósseis (o que é conhecido como ativos ociosos ou stranded assets), derivado do fato de que dois terços dessas reservas não poderiam ser queimadas em um cenário de 2o C.

Risco de reputação: Mudanças na imagem e no prestígio de uma instituição ou atividade econômica, devido à sua contribuição ou obstáculo à transição para uma economia mais sustentável, podem gerar riscos relevantes, bem como oportunidades.

b) Risco Físico: eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.

Os riscos físicos são subdivididos em dois tipos:

Riscos agudos: são aqueles causados por eventos climáticos extremos cuja frequência e intensidade aumentariam devido ao aquecimento global, como ciclones, furacões, inundações ou incêndios.

Riscos crônicos: são aqueles que resultam de uma mudança de médio e longo prazo no comportamento climático, principalmente devido ao aumento geral das temperaturas. Exemplos disso são os impactos produzidos pela elevação do nível do mar, pela acidificação dos oceanos ou alterações no nível e na frequência das chuvas.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Sem questões adicionais

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1.Risco de Instabilidade Econômica e Política: o Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossas atividades e o valor de mercado das Ações.

2.Desequilíbrios significativos entre nossa carteira de crédito e nossas fontes de recursos e aumento da inadimplência de nossos tomadores de crédito, poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa capacidade de ampliar nossas operações de crédito.

3.Risco de insucesso de novos negócios que poderão não gerar os retornos esperados e/ou drenar recursos dos negócios já existentes

4.Erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

5.Quaisquer modificações nas leis e nos regulamentos existentes (que regulamentam as operações dos bancos brasileiros) ou a imposição de novas leis e regulamentos, poderão afetar adversamente

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

O Banco ABC Brasil está exposto principalmente a riscos de taxa de juros e de moedas. Adicionalmente, existe exposição a ações negociadas em bolsa, ao valor de mercado de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior e à flutuação do preço de algumas commodities.

Tais riscos são resultantes da atividade bancária e refletem tanto a natureza dos produtos financeiros oferecidos a nossos clientes quanto à atuação da Tesouraria, dentro das restrições dos mercados em que atua. O Banco ABC Brasil calcula o capital regulatório necessário para cobrir os riscos advindos de suas operações de acordo com regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, segundo prescrição do Comitê da Basileia.

Em 31 de março de 2025 foram alocados R\$ 210,2 milhões para fazer frente aos riscos de mercado, segmentados da seguinte forma: R\$ 138,9 milhões para cobrir os riscos de taxas de juros, R\$ 27,0 milhões para moedas, R\$ 44,3 milhões para índices, ações e mercadorias.

O Banco ABC Brasil sempre procurou operar em níveis bem conservadores de exposição cambial, em março de 2025 esta exposição ficou em 0,30% do Patrimônio de Referência do Banco.

Segue abaixo o quadro de análise de sensibilidade considerando os cenários de choque de 25% e 50% no câmbio, nas taxas de juros, mercadoria e renda variável publicado nos demonstrativos financeiros de 31 de março de 2025 do Banco ABC Brasil.

O Banco ABC Brasil também mensura e avalia os riscos das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB), com exposição de R\$ 138,8 milhões na data de 31 de março de 2025.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxa de Juros			
Exposição de Juros Pré - fixados (RWA_{jur1})	24.851	29.490	34.128
Exposição de Cupons de moeda (RWA_{jur2})	64.484	69.425	74.366
Exposição de Cupons de índices (RWA_{jur3})	49.519	55.800	62.080
Total da exposição a taxas de Juros	138.855	154.715	170.574
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição a taxas de Câmbio	26.983	57.569	88.155
iii) Índices, ações e mercadorias			
Total da exposição a índices, ações e mercadorias	44.317	44.665	45.014

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Contingências Tributárias (Passivas)

1) Processo: 1026093-02.2020.4.01.3400 – judicial decorrente do processo administrativo 16327.720723/2011-47 (encerrado) 5015950-22.2020.4.03.6182 (execução fiscal suspensa até trânsito em julgado da ação anulatória)	
a. Juízo	7ª Vara Federal do Distrito Federal (JFDF) – 8ª turma TRF1 5ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo (suspensão)
b. Instância	Judicial
c. Data da Instauração	01/05/2020
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A. e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.814.996,56
f. Principais fatos	INSS. Auto de Infração para a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos funcionários à título de Participação nos Lucros e Resultados dos exercícios de 2006 a 2008. Apresentada impugnação ao auto de infração a qual foi julgada parcialmente para desonerar o crédito tributário referente PLR 2005 (meses 02 e 03/2006). Interposto Recurso Voluntário perante Conselho Administrativo de Recursos Fiscais quanto ao restante da discussão. O recurso do Banco teve o provimento negado por voto de qualidade (julgamento desempatado pelo conselheiro do Fisco). O acórdão apresentou algumas omissões razão pela qual o Banco ABC Brasil apresentou embargos de declaração contra decisão. Embargos não foram admitidos. Apresentamos o Recurso Especial para a Câmara Superior, que negou provimento ao Recurso, apresentamos embargos de declaração e o processo se encaminha para o encerramento. Proposta ação anulatória de débito fiscal. Concedida antecipação de tutela para autorizar emissão de CND e impedir inscrição no CADIN em razão da oferta de apólice de seguro. A sentença julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial. Foram opostos embargos de declaração contra a decisão, que aguardam

	juízo. Após decisão desfavorável na esfera administrativa, o Banco ingressou com ação anulatória de débito fiscal. Concedida antecipação de tutela para autorizar emissão de Certidão Negativa de Débito e impedir inscrição no CADIN em razão da oferta de apólice de seguro. sentença julgou ação improcedente e o Banco apresentou Embargos de Declaração que foram acolhidos relativamente à cobrança de CPs sobre PLR de 2006/2008 apenas para analisar e julgar improcedente o argumento de limitação da base de cálculo dos terceiros a 20 salários-mínimos. Dessa forma, o Banco opôs recurso de apelação. Com a exclusão definitiva das multas de mora e de ofício cobradas e, conseqüentemente, a redução do débito discutido na nossa ação de PLR de 2006 a 2008 (êxito parcial) no PRDI, no valor histórico das multas de mora e ofício que foram excluídas totalizando R\$ 8.792.894,74. (atualizado em 07/2024)
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento da apelação interposta contra sentença desfavorável.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 1038689-18.2020.4.01.3400 (judicial decorrente de processo administrativo já encerrado nº 16327.720131/2014-78)	
a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo (encerrado) 20ª Vara Federal Cível da JFDF - 7ª turma TRF1
b. Instância	Judicial
c. Data da Instauração	10/07/2020
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A. e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.244.587,88
f. Principais fatos	INSS. Contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos à título de Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2009. Apresentamos impugnação ao auto de infração aguardando julgamento. Sobreveio acórdão que manteve os valores autuados foram mantidos exceto quanto ao recolhimento da diferença do INSS dos

	diretores do mês 01/2009. Protocolamos Recurso Voluntário perante o CARF. O recurso do Banco teve o provimento negado por voto unanimidade. O Banco interpôs Recurso Especial para Câmara Superior, no qual o CSRF deu parcial seguimento ao recurso. Protocolamos Embargos de Declaração do acórdão cujo desfecho foi desfavorável. Ajuizada ação anulatória de débito fiscal. Concedida antecipação de tutela para autorizar emissão de CND e impedir inscrição no CADIN em razão da oferta de apólice de seguro. Proferida sentença de integral procedência. A União interpôs recurso de apelação, apresentamos contrarrazões e, atualmente, aguarda-se julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Após decisão desfavorável na esfera administrativa, foi proferida sentença de integral procedência na esfera judicial.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pelo Fisco.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo:

16327-721091/2015-52

Ação Antecipatória de Garantia nº 5003585-46.2024.4.03.6100

Execução Fiscal nº 5004467-53.2024.4.03.6182

Embargos à Execução nº 5008023-63.2024.4.03.6182

16327.721191/2020-56

Ação Antecipatória nº 5022401-63.2020.4.03.6182

Execução Fiscal nº 5015930-26.2023.4.03.6182

Embargos à Execução nº 5008416-85.2024.4.03.6182

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo 3ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo 8ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	30/03/2015
d. Partes no Processo	União Federal e Banco ABC Brasil S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 135.439.254,05
f. Principais fatos	INSS. Contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos à título de à título de Participação nos

	Lucros e Resultados do exercício de 2010 a 2012. Decisão de primeira instância administrativa desfavorável. Decisão de segunda instância administrativa (câmara baixa) parcialmente procedente para reduzir o valor do débito. Após decisão de segunda instância administrativa que reduziu o valor do débito, julgando parcialmente procedente o recurso voluntário do Banco, a cobrança do saldo remanescente foi desmembrada, de modo parte da cobrança passou a se dar nos autos de um novo processo, o de nº16327-721.191/2020-56. Foi ajuizado Mandado de Segurança nº 5022270-43.2020.4.03.6100 para que fosse reconhecida a nulidade do processo administrativo nº 16327.721191/2020-56, em razão do desmembramento de valores do processo originário e impossibilidade de segregação da inscrição de dívida ativa. Após decisões desfavoráveis nos autos do mandado de segurança, foram interpostos recursos especial e extraordinário pelo Banco ABC. Visando garantir integralmente o débito desmembrando objeto do processo nº16327-721.191/2020-56, foi ajuizada ação cautelar antecipatória de garantia 5022401-63.2020.4.03.6182 com o oferecimento de seguro-garantia. Houve aceitação da garantia pelo juiz e foi proferida decisão garantindo a emissão de CND. Após, foi ajuizada execução fiscal e, posteriormente, o Banco apresentou Embargos de Execução Fiscal. Após o desmembramento do processo, o valor remanescente do débito continuou a ser discutido na esfera administrativa, mas foi proferida decisão desfavorável da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O Banco ajuizou ação de antecipação de garantia nº 5004467-53.2024.4.03.6100 e posteriormente o Fisco ajuizou a execução Fiscal 5004467-53.2024.4.03.6182. A garantia ofertada na ação antecipatória foi transferida para os autos da execução fiscal. E os Embargos à Execução Fiscal foram protocolados.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões da segunda instância administrativa (câmara baixa) parcialmente procedente para reduzir o valor do débito. Decisão da câmara superior do CARF desfavorável ao Banco. Aguarda-se decisão judicial.
h. Estágio do processo	Aguarda-se decisão nos Embargos à Execução Fiscal.
i. Chance de perda	Possível

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.721115/2017-45

Ação Antecipatória nº 5009216-16.2024.4.03.6182

Execução Fiscal nº 5016189-84.2024.4.03.6182

Embargos à Execução Fiscal nº 5006803-93.2025.4.03.6182

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo 4ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo 13ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	18/01/2018
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 60.419.027,78
f. Principais fatos	INSS. Contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos à título de Participação nos Lucros e Resultados dos exercícios de 2013 e 2014. Apresentada impugnação, a qual foi julgada improcedente. Foi interposto Recurso Voluntário ao CARF, após o que foi proferido acórdão que lhe deu parcial provimento reduzindo, portanto, o valor do débito. Interposto Recurso Especial pela Fazenda e pelo Banco. Recurso Especial da Fazenda provido e Recurso Especial do contribuinte improvido. Foram opostos Embargos de Declaração pelo Banco, mas este novo recurso não foi acolhido. Uma parte dos valores discutidos foram definitivamente exonerados. Finalizou a discussão administrativa. Iremos ajuizar ação antecipatória de garantia. Foi ajuizada ação antecipatória de garantia. A Fazenda ajuizou execução fiscal e, posteriormente, o Banco apresentou embargos à execução fiscal.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões da segunda instância administrativa (câmara baixa) parcialmente procedente para reduzir o valor do débito. Decisão da câmara superior do CARF desfavorável ao Banco. Aguarda-se decisão judicial
h. Estágio do processo	Aguardando decisão judicial
i. Chance de perda	Possível

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327-720170/2018-07

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	09/04/2018
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.149.849,41
f. Principais fatos	IRPJ - Dedutibilidade PLR. Anos de 2013 e 2014. Apresentamos impugnação ao auto de infração. Julgamento foi parcialmente favorável ao Banco no tocante aos pagamentos de PLR efetuados mediante ações e desfavorável nos pagamentos efetuados aos diretores em dinheiro por considerar estes administradores (independente da condição de CLT). Apresentamos Recurso Voluntário para o CARF, que está pendente de julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso interposto em segunda instância administrativa
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.720020/2021-91

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	23/02/2021
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 60.547.337,14
f. Principais fatos	INSS. Contribuições previdenciárias (Contribuição da Empresa/do Empregador e GILRAT e contribuições para terceiros – INCRA e FNDE) relativas ao ano-

	calendário de 2016 sobre valores pagos a título de (i) PLR (paga em espécie e em ações; (ii) gratificações pagas aos administradores; (iii) benefícios relativos à alimentação (por meio de cartão eletrônico). Apresentada impugnação pelo Banco, a qual foi julgada improcedente. Foi interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento em segunda instância administrativa.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.720.021/2021-35

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	17/05/2021
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25.766.313,27
f. Principais fatos	IRPJ - Dedutibilidade PLR Diretoria. Ano de 2016. Apresentamos impugnação ao auto de infração. Decisão de primeira instância administrativa desfavorável. Apresentamos Recurso Voluntário, o qual está pendente de julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável.
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário do Banco interposto contra da decisão de primeira instância administrativa
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.721.002/2021-26 e 16327.721002/2021-71

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em
----------	--

	São Paulo
b. Instância	DEINF
c. Data da Instauração	06/12/2021
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 48.731.156,73
f. Principais fatos	16327.721.002/2021-26: INSS. Exigência de contribuições previdenciárias (contribuição da Empresa/do Empregador e GILRAT) e contribuições para terceiros relativa ao ano-calendário de 2017 com relação a valores pagos a título de (i) PLR; (ii) gratificações pagas a administradores; (iii) auxílio-alimentação. Apresentada impugnação pelo Banco. 16327.721002/2021-71: exigência de contribuições para terceiros (INCRA), relativas ao ano-calendário de 2017. Apresentada impugnação pelo Banco. Observação: valores com exigibilidade suspensa em razão de decisão proferida em medida judicial correlata (Mandado de Segurança nº 5010870-32.2020.4.03.6100). Após apresentação de impugnação, aguarda-se a prolação de decisão administrativa de primeira instância. O banco obteve decisão parcialmente favorável para cancelar parte do débito – R\$ 5.080.593,75 MM (aprox.), relativo aos pagamentos de vales refeições. Quanto ao restante do débito, relativos ao plano de participação nos lucros, a cobrança foi mantida, de forma que, apresentamos recurso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão parcialmente favorável
h. Estágio do processo	Decisão parcialmente favorável. Apresentamos recurso
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.721004/2021-15

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
----------	--

b. Instância	CARF
c. Data da Instauração	03/11/2021
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.877.786,95
f. Principais fatos	Dedutibilidade de PLR paga em espécie e de valores pagos decorrentes de alimentação de sócios, acionistas e administradores para fins de apuração do IRPJ. Para fins de CSLL foram glosadas só despesas com alimentação de diretores. Ano-calendário objeto da autuação: 2017. Apresentada impugnação, a qual foi julgada improcedente. O Banco interpôs Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327-720.623/2022-73 e 16327.720.624/2022-18

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	DRJ
c. Data da Instauração	03/11/2022
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.625.650,95
f. Principais fatos	16327-720.623/2022-73: INSS. Exigência de contribuição previdenciária (Contribuição da Empresa/do Empregador e GILRAT) incidente sobre os valores pagos à título de Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2018. 16327.720.624/2022-18: exigência de contribuições para terceiros – INCRA referente ao ano-calendário de 2018. Interposta impugnação em face dos autos lavrados. O Banco obteve duas decisões diferentes, uma parcialmente favorável para cancelar as multas e a

	outra desfavorável. Dessa forma, foram apresentados recursos.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Foram proferidas duas decisões, sendo que uma delas (que se refere às contribuições previdenciárias de terceiros) foi parcialmente favorável a Banco para cancelar multa de ofício, no valor de R\$ 91.216,14, trazendo uma redução no valor do débito.
h. Estágio do processo	Aguardando decisão no CARF
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.720625/2022-62

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	DRJ
c. Data da Instauração	03/11/2022
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 0,00
f. Principais fatos	IRPJ. Dedutibilidade PLR Diretoria. Ano de 2018. Interposta impugnação em face dos autos lavrados. Aguardando julgamento da impugnação. O Banco obteve decisão definitiva favorável e o processo foi extinto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Banco obteve decisão definitiva favorável.
h. Estágio do processo	Banco obteve decisão definitiva favorável.
i. Chance de perda	Prejudicado
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.720625/2022-62	
a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	DRJ
c. Data da Instauração	19/12/2023
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.002.180,27
f. Principais fatos	INSS. Auto de Infração para a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos funcionários à título de Participação nos Lucros e Resultados dos exercícios de 2019. Após a lavratura do auto de infração em 19/12/2023, foi apresentada impugnação pelo Banco, a qual aguarda julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões que versam sobre o mérito
h. Estágio do processo	Aguardando decisão de primeira instância administrativa
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro e e pelo fato do pagamento de PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327.720625/2022-62	
a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	DRJ
c. Data da Instauração	20/12/2023
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.241.822,20
f. Principais fatos	IRPJ. Dedutibilidade PLR Diretoria. Ano de 2019. Após a lavratura do auto de infração em 20/12/2023, foi apresentada impugnação pelo Banco, a qual aguarda julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões que versam sobre o mérito
h. Estágio do processo	Aguardando decisão de primeira instância administrativa
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o	Impacto financeiro e e pelo fato do pagamento de

processo é considerado relevante	PLR ser procedimento usual adotado todos os anos
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

Processo: 16327-721.420/2024-66

a. Juízo	Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo
b. Instância	DRJ
c. Data da Instauração	09/12/2024
d. Partes no Processo	Banco ABC Brasil S.A e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 167.839.888,49
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores relativos ao IRPJ, CSLL e multa dos exercícios de 2019 e 2020. A Receita Federal do Brasil não concordou com a forma como os valores de despesas referentes aos juros pagos para agência localizada no exterior foram declarados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF, pois entendeu que deveriam constar em campo/registro distinto da ECF. Por esta razão, o Fisco desconsiderou a dedução destas despesas da base de cálculo do imposto e da contribuição. O banco apresentou defesa e aguarda decisão.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões que versam sobre o mérito
h. Estágio do processo	Aguardando decisão de primeira instância administrativa
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não há valor provisionado em nenhum dos processos descritos no item 4.4.

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

O Banco ABC Brasil e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as contingências relevantes já foram abrangidas nos itens anteriores.

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Gestão de Riscos Corporativos é atualizada anualmente ou em período menor se necessário, sua aprovação é feita pelo Conselho de Administração. A última aprovação foi em novembro de 2024.

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição. Para tanto, inspira-se no arcabouço desenvolvido pelo Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (COSO), que considera que tais objetivos são atingidos por meio de ações que permitam:

- Alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- Tomar decisões em resposta aos riscos;
- Reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- Identificar e administrar riscos inerentes às estratégias de negócios;
- Articular respostas integradas aos diversos riscos;
- Otimizar a alocação de capital.

A Gestão de Riscos Corporativos é um processo que permite assegurar que os eventos que representem ameaças à organização sejam identificados e mitigados de forma proativa, em linha com o seu apetite e tolerância ao risco. Aplica-se a todos os Negócios e Funções do Banco, a todos os seus processos e executivos.

Para permitir uma gestão de riscos eficaz em toda a empresa, o Banco desenvolveu e implementou uma estrutura de gestão de riscos com base no modelo de três linhas de defesa. A estrutura suporta a identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos de acordo com o apetite ao risco do Banco. Além disso, a estrutura suporta a implementação de medidas para reforçar a robustez dos processos, prevenir e corrigir vulnerabilidades e inibir práticas que não estejam dentro do apetite ao risco.

A declaração de Apetite ao Risco apoia uma gestão de riscos eficaz e uma cultura de riscos sólida, permitindo decisões fundamentadas sobre a tomada de riscos, com o objetivo de garantir que as atividades de tomada de riscos sejam conduzidas dentro do apetite e tolerância ao risco da organização e que os riscos emergentes sejam identificados e abordados em tempo hábil.

Tolerância ao risco é o nível máximo de risco que o Banco ABC Brasil pode assumir em função de seu capital, sua capacidade de gestão e controle de riscos e suas restrições regulatórias.

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Definir uma estrutura de gestão de risco que contemple uma visão global da Instituição e da natureza dos riscos a que está sujeita. Organizar a estrutura de normativos relacionados à gestão de risco e servir-lhes de referência.

Estruturar a gestão de risco de acordo com os conceitos estabelecidos pelo arcabouço desenvolvido por Basiléia, COSO e reguladores, garantindo ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva que eventos de risco sejam identificados e geridos.

Envolver todos os funcionários no processo de gestão de risco corporativo e contribuir para o fortalecimento do ambiente interno.

i) Os riscos para os quais se busca proteção

- a) Risco de Crédito
- b) Risco de Mercado
- c) Risco de Liquidez
- d) Risco Operacional
- e) Risco Socioambiental e Climático
- f) Risco Estratégico
- g) Risco de Reputação e Imagem
- h) Risco de Conformidade

ii) Os instrumentos utilizados para proteção do risco

A seguir os principais instrumentos utilizados no controle de risco:

a) Risco de Crédito

A Gestão de risco de crédito foi projetada para preservar a independência e a integridade do processo de avaliação de risco. A estrutura é construída em torno de processos que visam garantir que os riscos de crédito sejam adequadamente identificados, avaliados, monitorados e gerenciados. A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico e regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos, quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para as pessoas, áreas e comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias para os segmentos CIB, Corporate e Middle, tendo-se em conta condições de mercado, perspectivas

macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;

- O risco de crédito é avaliado pelos seus próprios méritos, considerando-se adicionalmente o efeito mitigador das garantias;

b) Risco de Mercado

Valor-em-Risco (VaR ou “Value-at-Risk”): Indicador que mede o valor em unidades monetárias da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período para um nível de confiança estatístico predeterminado. Pode ser calculado de diversas formas, mas todas levam em conta a distribuição de retornos das carteiras.

Análise de sensibilidade (DV01): Indicador de renda fixa; mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp (basis-point – um centésimo de ponto percentual) na estrutura a termo de taxa de juros. Também serve para indicar concentração de risco, já levando em conta que o efeito de alteração nas taxas de juros é mais acentuado para prazos mais longos.

Testes de estresse: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos.

Testes de aferição (“Back-testing”): Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com a perda máxima prevista pelo VaR para um dado nível de confiança. O objetivo é verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.

Além dos instrumentos citados acima existem diversos tipos de limites utilizados no controle e monitoramento de risco de mercado, conforme descrito no item 5.2.

c) Risco de Liquidez

- Relatório de abertura do caixa. O relatório de abertura de caixa gerencial tem a finalidade de apurar e informar o volume e movimento previsto/realizado do caixa do Banco ABC, por moeda e veículo legal.
- Fluxo de caixa Consolidado. Este relatório considera todas as operações com caixa pertencentes à carteira do Banco ABC, inclusive o resultado projetado de derivativos. É apresentado com algumas aberturas, tais como: fluxo de caixa local (em reais), fluxo de caixa externo (em dólares) e fluxo das captações com cláusulas de liquidez. Além destas, existem outras visões do caixa contempladas para o gerenciamento da liquidez tais como: fluxos locais de lastros de agronegócio/imobiliário, fluxos externos de lastros de *trade finance*, fluxos de vencimentos de ativos/passivos segregados entre local e externo, entre outros.
- Necessidade de caixa e colchão de Liquidez. Relatório que define o nível mínimo de caixa que o banco deve a qualquer momento manter para garantir suas atividades. Tal caixa deve ser dimensionado como suficiente para suportar uma situação de tensão no mercado pelo tempo necessário até que se tomem as medidas adequadas e elas surtam efeito.

- Relatório de concentração da captação. Analisar e monitorar a concentração da captação do Banco ABC entre os diversos produtos, segmentos e grupos econômicos.
- Relatório de vencimentos de passivos. São gerados diversas tabelas e relatórios para acompanhamento dos vencimentos das captações do Banco ABC.
- Plano de Contingência de Liquidez. O foco do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) são problemas de baixa probabilidade e alto impacto. Toda situação diferente desta deve ser considerada nas políticas e práticas ordinárias de gestão de liquidez e gestão de risco de liquidez.

A intensidade de uma crise deve ser avaliada regularmente, já que problemas inicialmente amenos podem tornar-se muito sérios relativamente rápidos. Por isso, o PCL deve levar em conta o tanto o estágio quanto a intensidade da crise.

Utilizamos, no mínimo, um cenário de crise sistêmica e um específico da instituição financeira (idiossincrático).

Outros cenários alternativos podem ser criados, como, por exemplo, a interrupção dos sistemas de pagamento.

d) Risco Operacional

Contempla a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência de eventos externos ou falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal (e exclui o risco de estratégia e reputação) associado à inadequação ou deficiência dos contratos celebrados pela instituição, sanções pelo descumprimento de disposições legais e indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O arcabouço de atuação contempla:

- Matriz de riscos e controles: Mapeamento dos riscos e controles dos processos relevantes.
- Indicadores chave de risco: são capturados e cadastrados no sistema de gestão de risco operacional indicadores utilizados para monitoramento do nível de risco.
- Base de dados de incidentes de risco operacional: captura de incidentes que causem ou não perdas operacionais. Nesse sentido, são classificados por categoria de risco operacional e linhas de negócio e registradas nos sistemas de gestão de risco operacional depois de conciliadas com os dados contábeis para incidentes registrados com perdas.
- Testes de controle: Os controles associados a processos críticos são testados pela Área de Gestão de Risco durante o decorrer do ano. Os testes permitem a aferição da qualidade dos controles registrados na matriz de riscos e controles.

e) Risco Socioambiental

A gestão do risco socioambiental está vinculada à autoridade do Comitê de Crédito, que é o responsável final pela aprovação das condições de relacionamento do Banco com seus clientes.

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante das atividades de análise de crédito, utilizando-se para tanto de dados capturados por pesquisas internas ou fornecidos pelos clientes.

f) Riscos Estratégicos, de Reputação e Imagem e Conformidade

O Banco ABC Brasil, dentro do seu compromisso em manter um ambiente de controles robusto e focado na mitigação dos riscos, continuou fortalecendo seus controles internos, assegurando por meio de seus comitês e alçadas colegiadas a adequada segregação de funções e aprovações de riscos.

Periodicamente realiza as revisões de processos, políticas e procedimentos, mantendo uma relação de forte confiança com as empresas de auditorias externas, reguladores e a sua matriz, para garantir um modelo de governança adequado para a organização, dentro de uma postura conservadora e com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A seguir o organograma e a estrutura de avaliação e monitoramento para os diversos riscos para os quais o banco busca proteção:



Gestão de Risco Operacional e Controles

A governança de gestão de risco operacional e controles internos está alinhada às recomendações sugeridas pelo Comitê de Basileia, COSO (The Committee of Sponsoring Organizations) e às determinações dos órgãos reguladores nacionais e internacionais, compreendendo pessoas, processos, ferramentas, sistemas e canais de informação que funcionam de forma coordenada.

Dessa forma, a estrutura de gestão de riscos e controles internos baseia-se no conceito de “3 linhas de defesa”, onde cada uma das linhas desempenha papéis e responsabilidades distintas uma da outra.

No conglomerado, a importância do papel da 1ª linha de defesa é propor e garantir a execução de controles internos reforçada pela presença dos agentes de risco operacional e controle que são figuras centrais no processo de gestão de riscos e controles do conglomerado. Os agentes são representados por pessoas experientes escolhidas pelos diretores e validada pela área de Controle de Risco Operacional.

Os agentes representam o elo entre áreas de negócio / suporte e a 2ª linha de defesa. Dentre as atividades atribuídas está: identificar e avaliar riscos, reportar incidentes, monitorar o respectivo ambiente de controles internos, avaliar aspectos de continuidade de negócio (através da ferramenta BIA – business impact Analysis) e disseminar a cultura de gestão de riscos operacionais. Há meta para os agentes relacionada a atuação em risco operacional e controles e anualmente ocorre revisão de itens a serem considerados.

Por fim, o Comitê de Riscos não Financeiros (CORINF) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade, compliance, controles internos e demais riscos não financeiros a que o Banco esteja exposto. É o fórum em que as áreas discutem a exposição a riscos e estratégia de implantação do ambiente de controle.

Ambiente de Controles

A estrutura de controles internos é parte integrante governança do Banco e empresas ligadas e cabe a 1ª Linha de Defesa executar e propor controles que efetivamente mitiguem riscos e lacunas em produtos e processos. A 2ª Linha de Defesa possui a função de oversight com atribuição de desafiar e promover com a 1ª Linha um processo efetivo de identificação e avaliação dos riscos através de análise e monitoramento dos controles existentes. Portanto, identificar e avaliar risco e a resposta ao mesmo constitui no estabelecimento de controles que o mitiguem diante de eventual materialização.

É função dessa estrutura:

- manter padrão de integridade e valores éticos, por intermédio da disseminação de cultura de riscos que enfatize e demonstre a todos os colaboradores e envolvidos a importância dos controles internos;
- assegurar a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis emitidos por órgãos supervisores nacionais, visando a transparência e aderência às políticas, normas e

- procedimentos internos estabelecidos;
- garantir que o ambiente de controles internos conduza à compreensão dos principais riscos decorrentes de fatores internos e externos incorridos, com a finalidade de assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente e eficaz;
 - supervisionar a disponibilidade de canais de informação para que os colaboradores acessem informações confiáveis, tempestivas e compreensíveis consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;
 - assegurar a existência de atribuição de responsabilidade e de delegação de autoridade, observada a estrutura hierárquica estabelecida para o conglomerado, garantindo a apropriada segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência requerida, potenciais conflitos de interesses existentes nas áreas;
 - proporcionar a consistência e tempestividade das informações que são relevantes para a tomada de decisões ou que afetem as atividades do conglomerado, por meio de processo de comunicação confiável, oportuno, compreensível e acessível;
 - garantir a elaboração de relatórios sobre as conclusões e recomendações dos controles internos do Banco, a serem apreciados e aprovados pelas alçadas competentes;
 - acompanhar demandas, solicitações ou questionamentos gerados pelos reguladores serão atendidos nos prazos estipulados nas regulamentações vigentes aplicáveis ou ofícios gerados, sob acompanhamento de Compliance.

Gestão de Riscos de Mercado

O risco de mercado é gerido pela Administração por meio do Comitê de Riscos do Conselho que estabelece os indicadores de apetite ao risco de mercado, assim como o mandato com os limites de risco de mercado, dentro dos quais áreas de Tesouraria (1ª linha) e Risco (2ª linha) executam o gerenciamento do risco, sob supervisão do Comitê Executivo e Comitê Financeiro.

A Tesouraria executa as orientações do Comitê Financeiro e administra posições próprias dentro dos limites estabelecidos.

Conta com o suporte da Área de Gestão de Risco, que monitora as exposições e reporta diariamente sua adequação aos limites e ao apetite de risco do Banco.

A Área de Gestão de Risco é independente e fornece relatórios à Tesouraria, à Diretoria Executiva e à Auditoria Interna. Quinzenalmente, o Comitê Financeiro discute as exposições e traça a estratégia para o período seguinte.

Gestão de Riscos de Liquidez

O risco de liquidez é gerido pela Administração por meio do Comitê de Risco do Conselho que estabelece os indicadores de apetite ao risco de liquidez, assim como o mandato com os limites de risco de liquidez, dentro dos quais áreas de Tesouraria (1ª linha) e Risco (2ª linha) executam o gerenciamento do risco, sob supervisão do Comitê Executivo e Comitê Financeiro.

A Tesouraria executa as orientações do Comitê Financeiro, gerindo a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas no tempo.

Conta com o suporte da Área de Gestão de Risco, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez no presente e futuro e da Área de Finanças, que concentra as informações para o controle das posições de caixa. Os relatórios gerados são enviados à Tesouraria, à Diretoria Executiva e à Auditoria Interna. Quinzenalmente, o Comitê Financeiro discute as exposições e traça a estratégia para o período seguinte.

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O Banco ABC Brasil adota atividades de controles internos voltados a garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras, tais como:

- Processo de conciliação contábil (sistemas legados x balancete contábil);
- Processo de conciliação do resultado contábil x resultado por produtos (área de Finanças);
- Acompanhamento do real x orçado;
- Avaliações das auditorias interna e independente.

Em relação às providências adotadas para a correção de eventuais deficiências, o Banco adota a seguinte estratégia:

- Todas as contas contábeis patrimoniais possuem relatório com a composição do saldo ao final de cada mês, demonstrando a área de controle responsável pela conciliação da conta. Os relatórios contábeis (conciliações) com a composição do saldo das contas extraídos do sistema ABC operações (cuja informação são originadas pelos sistemas de controle de produtos), devem ser mantidos em bases mensais. As correspondentes composições de saldos são de responsabilidade das áreas de controle do Back office que devem indicar possíveis inconsistências (Ativos ou passivos não localizados ou com alguma forma de irregularidade ou sem capacidade de realização de liquidação) através de relatórios específicos aprovados pela superintendência ou diretoria da área responsável com indicação de plano de ação e data prevista para liquidação das pendências, não sendo superior a 60 dias.

Considerando o histórico de inexistência de deficiências materiais identificados nas demonstrações financeiras, o Banco ABC considera como alto o grau de eficiência dos controles existentes.

Cabe ressaltar que o Banco ABC Brasil não mede esforços para realizar investimentos no desenvolvimento contínuo de sua infraestrutura de TI e de sistemas de informação para garantir com segurança razoável os seus registros e integrações contábeis.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O Banco está estruturado em 3 linhas de defesa, onde a área de negócios está na 1ª linha; riscos e compliance representam a 2ª linha e a auditoria interna pertence a 3ª linha.

Nesse sentido, a 1ª linha tem o papel de identificar e avaliar os riscos a que está exposta e estabelecer controles que mitiguem o risco atribuído. A 2ª linha provê políticas, método, ferramentas e o desafio necessário para que a mensuração de riscos esteja adequada e que o controle também seja resiliente em caso de materialização do risco. A 3ª linha reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e fornece asseguração razoável independente quanto à adequação do desenho/estrutura e eficácia operacional do ambiente de controles internos (governança corporativa, gerenciamento de riscos, ambiente de controles internos, gerenciamento de capital, aderência aos requerimentos legais e regulatórios).

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Metodologia de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno observa as regulamentações (Resoluções 4968, 4557 e CVM 35 e 161), assim como as melhores práticas preconizadas por Basiléia e Council of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e tem como objetivo orientar e padronizar a atuação da área em conjunto com os gestores da 1ª linha de defesa no tratamento e reporte dos eventos de risco e controles associados. O framework da Metodologia é definido em 5 etapas, suportadas por uma estrutura que envolve elementos de toda a organização:

1. Identificação;
2. Priorização;
3. Resposta;
4. Monitoramento;
5. Reporte.

Principais Processos e Procedimentos de Gestão

Para o desenvolvimento e implementação do arcabouço de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno na Instituição, em linha com a metodologia definida, a área de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno faz uso de seguintes ferramentas e processos:

- Matriz de Riscos e Controles (MRC) ou Risk and Control Assessment

Os principais eventos de risco são mapeados pela Metodologia de Gestão de Risco Operacional, destacando para cada evento sua severidade inerente, a efetividade dos controles associados, a severidade residual resultante e a resposta ao risco implementada. O processo de avaliação de riscos e controles é uma ferramenta que possibilita fornecer uma garantia razoável de que todos os objetivos de negócios serão atendidos.

A MRC consolida as informações coletadas focadas na Identificação, Priorização e Resposta. A MRC é uma das principais ferramentas de gestão de risco operacional e

controle e fornece uma visão estruturada e integrada dos eventos de riscos identificados em todos os processos e macro atividades mapeados, seu impacto e frequência, a adequação do ambiente de controles estabelecido para a sua mitigação e um resumo dos planos de ação implementados e à implementar.

Trata-se de um processo pelo qual os riscos operacionais e a eficácia dos controles são avaliados e examinados pela 1ª linha de defesa, com coordenação e desafio da 2ª linha de defesa, envolvendo também os gestores seniores e Diretores da Instituição.

A avaliação de riscos e controles realizada pela 1ª Linha tem o objetivo de:

- Identificar os principais riscos operacionais do Banco sob a ótica de risco inerente e residual;
- Identificar e revisar a eficácia e robustez dos controles existentes;

A avaliação de risco e controle performedo pela 1ª Linha de Defesa é subsidiada por:

- Incidentes operacionais com e sem perda,
- Mudanças de sistemas críticos;
- Alteração de requisitos regulatórios,
- Novos projetos e/ou produtos.

Os resultados de cada matriz de riscos e controles (MRC Matriz de Riscos e Controles) devem ser aprovados pelo Diretor ou Superintendente da respectiva área.

Planos de Ação e Auto apontamento

Como parte do processo de reposta aos riscos operacionais, todos os riscos devem ser:

- Mitigados: Medidas tomadas para reduzir o impacto e / ou probabilidade do evento de risco; ou
- Transferidos: por exemplo segurado, garantido por terceiro etc.; ou
- Aceitos: o impacto e a probabilidade do evento de risco são aceitos; ou
- Encerrados: as atividades que originam o risco são encerradas.

As decisões sobre o tratamento de um risco devem ser baseadas na análise das causas subjacentes e os controles já instalados. A decisão também deve levar em consideração a probabilidade e o impacto, o contexto mais amplo, como a disponibilidade de recursos para corrigir problemas, o tempo para corrigi-los, introdução planejada de novos sistemas, reorganizações etc.

Caso a resposta ao risco definida envolva o desenvolvimento de um plano de ação, esse deve contemplar no mínimo as seguintes etapas:

- Mapeamento e diagnóstico detalhado da causa-raiz;
- Identificação dos gaps de controles;
- Definição das ações necessárias para a mitigação do evento risco.

O “auto apontamento” ou self identified issue é o conceito adotando onde a 1ª LDD identifica fragilidade e se antecipa levantando o risco e eventual necessidade de controle/ações que mitiguem a materialização. A solução deve ser encaminhada através de planos de ação e registrados e monitorados nos sistemas apropriados. Findings e Pontos de Auditoria Interna/Externa, correspondente a 3ª linha de defesa, devem ser acompanhados no âmbito do Comitê de Auditoria.

Além da função de gerenciamento de controle interno ser exercida por diretor, há Comitê de Risco não Financeiro (CORINF) responsável por acompanhar incidentes, riscos e controles levantados pela 1ª e/ou 2ª Linha de Defesa e considerar sobre a eficácia do gerenciamento e a tempestividade para soluções e planos de ação. Isso inclui revisar e desafiar os planos de ação, classificações de risco, aceitação de risco etc. Perdas associadas a incidentes operacionais sensibilizam um indicador do RAS – *risk appetite statement*, que é monitorado pelas áreas de Risco Operacional e Controle Interno e Gestão de Risco Integrado, que reporta o indicador ao CRO, Comitê Executivo, e Comitê de Risco do Conselho.

Os controles são acompanhados através da matriz de risco e controle e testados pela 1ª linha (através do control self assessment) e pela 2ª linha através de testes regulares onde a seleção ocorre baseada em controles que mitigam riscos inerentes críticos e/ou significantes obedecendo planejamento da área.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O auditor independente não apontou deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares para o exercício de 2024.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há comentários dos diretores, pois conforme informado no item 5.2.d, não houve deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares apontados pelo auditor independente para o exercício de 2024.

5.3. Programa de Integridade.

O Banco ABC Brasil se preocupa em atuar com integridade e em conformidade com as legislações vigentes e boas práticas de governança corporativa. Como forma de combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a Administração Pública, o Banco possui um robusto arcabouço de regulamentos internos, sendo que alguns desses regulamentos estão disponíveis publicamente no website (<https://ri.abcbrasil.com.br/governanca/politicas-e-codigo-de-etica/>). Dentre as políticas disponibilizadas no site de Relações com Investidores, vale destacar o Programa de Integridade, que trata diretamente sobre o tema e que tem como objetivo estabelecer medidas anticorrupção e diretrizes que consolidam as melhores práticas nacionais e internacionais de ética e integridade para prevenção, detecção e remediação da corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira, conforma a Lei nº 12.846/2013. O Banco também possui uma política específica de relacionamento com o setor público, que tem como finalidade complementar o Código de Ética e o Programa de Integridade, estabelecendo diretrizes corporativas e princípios de conformidade para guiar a conduta dos colaboradores, terceiros e fornecedores no relacionamento com o setor público e com agentes públicos, brasileiros ou estrangeiros.

O Programa de Integridade do Banco ABC Brasil, implementado formalmente e revisado anualmente, consolida as ações, controles e os mecanismos de integridade para prevenção à corrupção e a outros atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira, que são adotados de forma organizada e integrada, para melhor eficácia, incluindo:

- Comprometimento da Alta Administração;
- Comitê de Integridade (composto pelas áreas de Compliance, Jurídico, Pessoas e Auditoria, e cujas reuniões ocorrem a cada dois meses, reportando-se ao Comitê Executivo);
- Gestão de relacionamento com terceiros;
- Gestão de operações societárias;
- Gestão em licitações, contratos públicos, e interação com o setor público;
- Comunicação e treinamento;
- Apuração de denúncias e infrações e aplicação de medidas disciplinares;
- Melhoria contínua. Ademais, vale destacar que o Banco ABC Brasil possui um treinamento e-learning sobre o Programa de Integridade aplicável a todos os colaboradores e de realização obrigatória e periódica.

Por fim, o Banco conta com um Comitê de Integridade que possui como responsabilidades formalmente constituídas:

- Propor, discutir e aprovar melhorias no Programa de Integridade;
- Definir processos e controles quando necessário;
- Acompanhar os pontos relativos a mudanças regulatórias;

- Avaliar casos relativos a colaboradores, fornecedores e terceiros, envolvendo questões do programa de Integridade;
- Avaliar e aprovar exceções às regras estipuladas no Programa de Integridade;
- Avaliar e sugerir aplicação das advertências previstas no Código de Ética e Conduta;
- Fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade.

O Banco conta, ainda, com um Código de Ética e Conduta, documento que faz parte do Programa de Integridade e estabelece as regras para interação pelos seus administradores e colaboradores com seus públicos de relacionamento, inclusive com o Poder Público. As sanções previstas no referido Código abrangem advertência escrita, suspensão e demissão por justa causa.

O Código de Ética e Conduta é aprovado pelos membros do Conselho de Administração, sendo que a última alteração ocorreu em Dezembro/2023. Ele é aplicável a todos os colaboradores, diretores, membros do comitê de auditoria, membros do comitê de remuneração, membros do conselho fiscal e membros do conselho de administração e está disponível para terceiros no site de Relações com Investidores, por meio do link <https://ri.abcbrasil.com.br/governanca/politicas-e-codigo-de-etica/>.

Em consonância com os valores descritos no Código de Ética e Conduta do Banco ABC Brasil, é disponibilizado um Canal de Denúncias independente alinhado com os compromissos de integridade, honestidade e transparência na condução de suas atividades e negócios. É importante ressaltar que o Canal de Denúncias é amplamente divulgado aos colaboradores e está também disponível para fornecedores, terceiros, parceiros, clientes e outras partes interessadas por meio do website <https://www.canaldedenuncia.com.br/bancoabc> e do telefone 0800 300 4726. O Canal de Denúncias é gerenciado por uma empresa especializada que efetua a triagem e armazenamento dos registros em sistema e direciona a denúncia e recomendações de tratativas ao Comitê de Ética (composto pelas áreas de Compliance, Jurídico e Pessoas). Assim, as apurações das denúncias são conduzidas pelo Comitê de Ética com o apoio de consultoria independente, de forma a garantir a imparcialidade e independência na apuração das denúncias.

Não foram identificados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

Ressaltamos que o item “d” não é aplicável, visto que o Banco possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.3.

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais Banco está exposto em relação ao exercício anterior.

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações que o Emissor considera relevantes constam como respostas aos itens anteriores.